

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

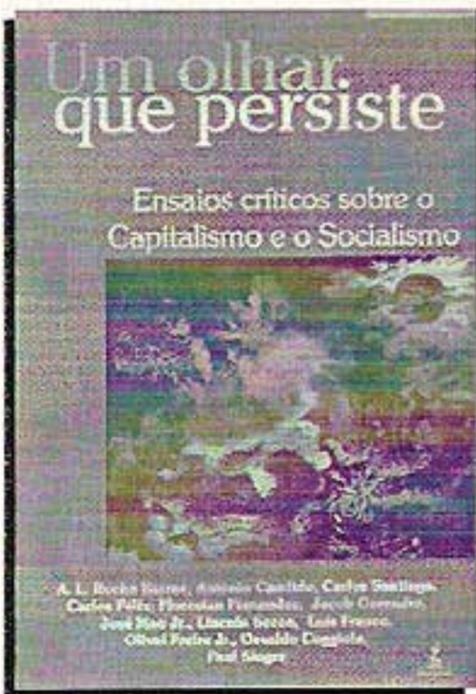
MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/97 Nº 45 R\$ 7,50

MST

e a questão
agrária

LANÇAMENTOS:

UM OLHAR QUE PERSISTE



Ensaaios Críticos sobre o Capitalismo e o Socialismo - 288 páginas - R\$ 20,00

Este livro traz uma colaboração muito importante para o debate sobre os tempos atuais. Prefácio de Florestan Fernandes

Parte 1: A atualidade de O Capital (Jacob Gorender); Marx x Mercado (Paul Singer); Globalização e Processo Produtivo (Carlos Félix).

Parte 2: Marxismo e Democracia (Lincoln Secco); A Revolução Cubana em questão (José Mao Jr.); Contribuição para a crítica da política (Luis Franco)

Parte 3: Ciência e filosofia na experiência socialista (Olival Freire Jr.); Dialética e teoria da ciência (A.L. da Rocha Barros); Fordismo, toyotismo e novas tecnologias (Oswaldo Coggiola)

Parte 4: Educação e Socialismo (Florestan Fernandes); Para a crítica da Qualidade Total no ensino (Carlos Santiago); Desemprego e exclusão social (Paul Singer)

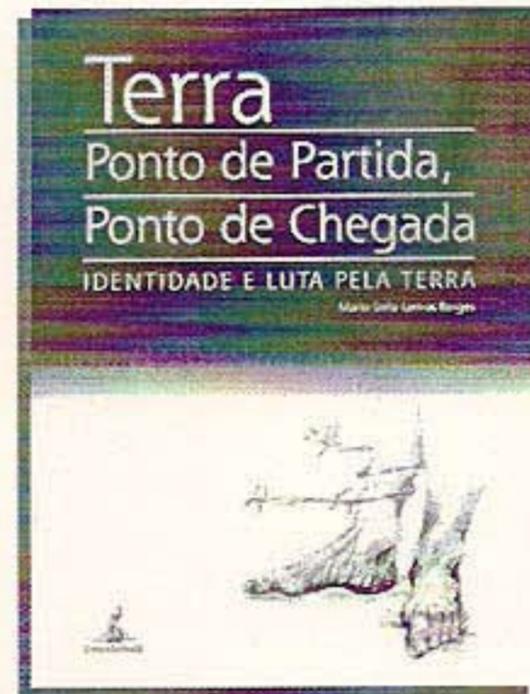
Apêndice: Homenagem a Florestan Fernandes, por Jacob Gorender e Antonio Cândido

TERRA - PONTO DE PARTIDA, PONTO DE CHEGADA

Identidade e Luta pela Terra - 216 páginas - R\$ 20,00

Terra, Ponto de Partida, Ponto de Chegada é um livro que analisa a luta de homens e mulheres cuja história é marcada por um violento processo de expropriação e exploração. Retrata a vida dos oprimidos, dos desclassificados, dos banidos, dos que são forçados a viver nos recantos escuros da sociedade. Além de mostrar as conquistas traduzidas pela posse da terra, o livro também revela a história daqueles que não resistiram nesta longa caminhada.

Terra, Ponto de Partida, Ponto de Chegada é destinado àqueles que se interessam pelas questões agrárias, pela reforma agrária ou pela história da propriedade da terra neste país. E também àqueles inconformados com a gigantesca injustiça social, com o profundo desrespeito aos direitos e às liberdades sociais. É um livro comprometedor, porque fere os interesses dos poderosos sem cair em apologias. É um livro para os que acreditam que a realidade é construída com ideais, idéias, ilusões, utopias e esperanças.



Guerrilha do Araguaia (documentos, fotos, biografias). 104 pag	R\$ 12,00	Agenda Ilustrada CHÉ 97	R\$ 10,00
Nas Barricadas do Fim do Século - a (Des)Ordem Neoliberal. Juliano Siqueira. 184 pag	R\$ 15,00	URSS - Ascensão e Queda. Luis Fernandes. 272 pag	R\$ 16,00
Cadernos Negros nº 19 (poesia). Diversos autores. 192 pag	R\$ 15,00	Marx e os Sindicatos. D.Losovski. 216 pag	R\$ 14,00
Cadernos Negros nº 17 - poetas do Quilombohoje. Diversos autores. 80 pag	R\$ 6,00	Manifesto do Partido Comunista. Marx e Engels. 72 pag	R\$ 5,00
A Mãe. Máximo Gorki. 320 pag	R\$ 12,00	Rio Maria - A Terra da Morte Anunciada. Moacir de O. Filho. 128 pag	R\$ 8,00
Sociedade dos Socialista Vivos. Marcos Gomes. 132 pag	R\$ 12,00	Socialismo - Ideal da Classe Operária. João Amazonas. 120 pag	R\$ 8,00
Racismo à Brasileira - Raízes Históricas. Martiniano J. Silva. 276 pag	R\$ 18,00	Em defesa do Socialismo Científico. Stálin. 172 pag	R\$ 11,00
Tendências e Centrais Sindicais (O mov sindical no Brasil - 1978-1994). Silvio Costa. 290 pag	R\$ 18,00	Estratégia e Tática. Lênin, Stálin, Dimitrov, João Amazonas. 172 pag	R\$ 11,00
Luta Armada no Brasil dos anos 60-70. Jaime Sautchuk. 100 pag	R\$ 10,00	30 Anos de Confronto Ideológico. Diversos autores. 300 pag	R\$ 14,00
Construindo o Futuro do Brasil. Programa Socialista do PCdoB. 128 pag	R\$ 10,00	Problemas Econômicos do Socialismo na URSS. Stálin. 100 pag	R\$ 7,00
Dialética Radical do Brasil Negro. Clóvis Moura. 248 pag	R\$ 16,00	Às Portas de Moscou. Alexander Bek. 300 pag	R\$ 15,00
Lênin - Biografia Ilustrada. Elio Bolsanello. 128 pag	R\$ 8,00	AIDS na Rota da Cocaína. Fábio Mesquita. 72 pag	R\$ 5,00
A II Internacional - Pelos seus Congressos. Edgard Carone. 132 pag	R\$ 8,00	Collor - a Raposa do Planalto. Sitônio Pinto. 112 pag	R\$ 8,00
Revista Princípios. Números anteriores	R\$ 7,50	Acho Tudo Muito Estranho. Fortuna. 126 pag	R\$ 8,00
		Araguaia - Relato de um Guerrilheiro. Glênio Sá. 52 pag	R\$ 5,00

PROMOÇÃO DO TRIMESTRE

NA COMPRA DE 2 LIVROS, DESCONTO DE 10%; NA COMPRA DE 3 OU 4 LIVROS, DESCONTO DE 20%; NA COMPRA DE 5 OU MAIS LIVROS, DESCONTO DE 30%. DESPESAS POSTAIS POR NOSSA CONTA!

FORMA DE PAGAMENTO

Cheque pré-datado para 30 dias, vale postal (para a agência Brigadeiro), depósito Banco Itaú Agência 0251, conta nº 48678-3 ou cartão Credicard/Diners (informe número e data de validade).

O P I N I Ã O

O retrato dos leitores

O retrato dos leitores da *Princípios*, desenhado pelas respostas ao questionário encartado na edição 44 da revista, começa a ficar pronto e mostra uma relação ampla e aberta entre a *Princípios* e seu público. Ela não atinge apenas os simpatizantes e filiados do PC do B (75% dos leitores), mas também muitos leitores filiados ao PT (18%), PDT, PCB, PPS, e, inclusive, PSDB. Esse pluralismo é visível também na lista dos 52 principais líderes políticos citados na pesquisa. João Amazonas aparece como destacado dirigente político brasileiro e Fidel Castro como o líder estrangeiro de mais projeção, acompanhados pelos nomes de Lula, Brizola, Arraes e João Pedro Stédile, entre os brasileiros, e Felipe Gonzales, Daniel Ortega, Álvaro Cunhal, Jiang Zemin, entre os estrangeiros. Até o escritor comunista português José Saramago foi mencionado entre os líderes estrangeiros!

O público da revista é formado principalmente por homens (81%), sua idade média é de 37 anos, embora mais da metade tenha menos de 40 anos. Os leitores estão espalhados por quase todos os estados. A maior concentração está no Sudeste (41%), seguido do Nordeste (27%) e Sul (21%). São leitores fiéis. Mais de 20% acompanham a revista há mais de 10 anos; 33% há mais de 4 anos; 15% há mais de um ano. São leitores, também, que dividem sua revista com outros: cada exemplar é lido por 2,3 pessoas em média.

Trata-se também de um público instruído: 52% tem formação universitária (entre estes, 35% tem pós-graduação); 38% tem segundo grau completo ou realizam algum curso universitário.

A imensa maioria dos leitores é formada por assalariados; 37% são profissionais liberais; 10% ocupam atividades operacionais ou administrativas urbanas; 8% são professores; 3% são funcionários públicos; há ainda trabalhadores rurais, estudantes, técnicos, etc, entre os leitores de *Princípios*.

A revista saiu bem no retrato. Revelou-se um veículo de idéias avançadas consolidado, com um público exigente, qualificado e fiel. Sua linha editorial aberta, atenta aos graves problemas nacionais, aos dilemas da cultura nacional avançada, à luta pelo socialismo e à defesa da herança marxista, acertou no alvo da sensibilidade política de seu público. É uma revista marxista que se dirige ao conjunto da sociedade brasileira, e os resultados mostram que ela se aproxima desse objetivo.

Agradecemos a todos aqueles que se dispuseram a responder o questionário enviado. Conhecer melhor quem efetivamente usa as informações é um passo essencial para o aperfeiçoamento da revista, tornando-a mais eficiente.



Socialismo

6 *Socialismo no século XXI*

O século XXI será cenário da grande batalha histórica entre o capitalismo monopolista e o socialismo.

JOÃO AMAZONAS

Brasil

9 *Terra, direito e justiça*

A luta pela terra brasileira sob o olhar do escritor.

JOSÉ SARAMAGO

14 *Os apóstolos do passado e os porta-vozes do futuro*

Uma análise histórica da questão agrária no Brasil: a visão economicista, subordinada aos interesses do capital, e a ótica política e social.

JOSÉ CARLOS RUY

20 *Caminhos de um autoritarismo civil subalterno*

A centralização do poder no executivo, a relação de compadrio entre os presidentes da Câmara e do Planalto e o papel das Forças Armadas no Governo FHC.

HAROLDO LIMA

30 *Forças Armadas, poder naval e soberania nacional*

A importância das forças armadas para a defesa da soberania nacional.

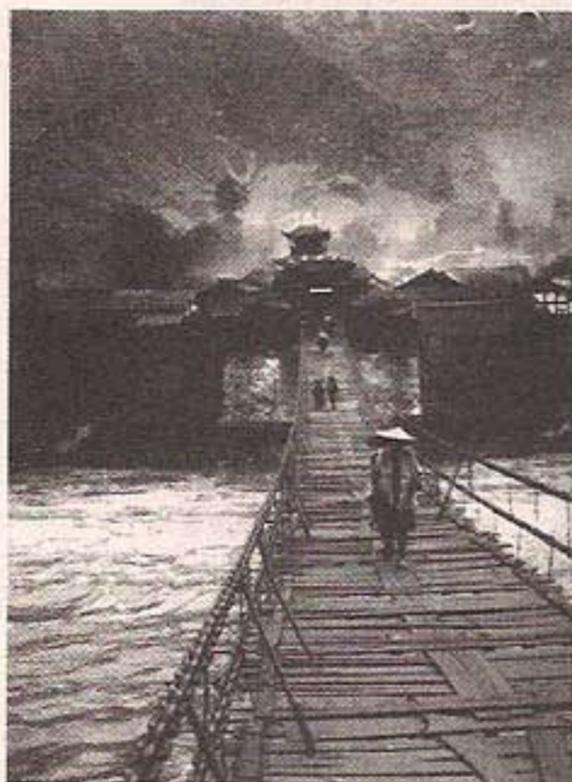
ALDO REBELO



36 *A política sindical do PCB entre 1948 e 1950*

O papel das organizações autônomas formadas pelos comunistas, entre os períodos de 48 e 50, e sua diferença em relação à estrutura sindical oficial.

AUGUSTO CÉSAR BUONICORI

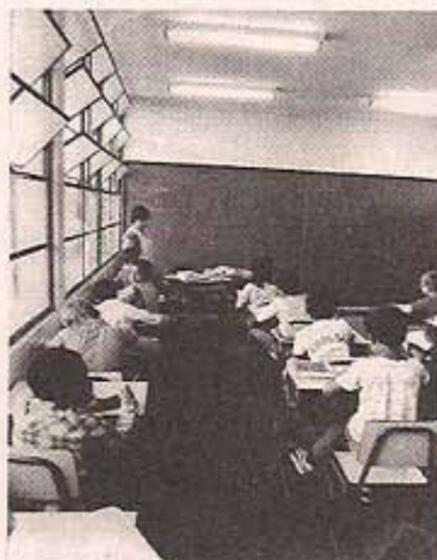


Internacional

38 *A luta Norte-Sul sobre os direitos humanos*

Uma visão chinesa sobre o conflito entre as concepções dos países ocidentais e dos países em desenvolvimento acerca dos direitos humanos.

DIÁRIO DO POVO (BEIJING)



Educação

44 *A relação trabalho-educação frente ao paradigma pós-fordista da produção*

A relação trabalho-educação dentro do panorama capitalista atual e sua implicação para a luta de classes.

CÁSSIA DAMIANI

52 *Educação brasileira em tempos neoliberais*

Uma crítica ao discurso oficial da qualidade do ensino a partir da análise do sistema escolar brasileiro.

NEREIDE SAVIANI

Arte

62 *Gesto inacabado*

O processo de criação do fazer artístico.

CECÍLIA ALMEIDA SALLES

70 *O último vôo do Shturmovick 4065*

Uma abordagem metafórica da ex-União Soviética.

RICARDO FERREIRA



Teoria

72 *Ciência para além do neoliberalismo e do determinismo tecnológico*

A implementação de métodos produtivos a partir da dialética.

EDVAR LUIZ BONOTTO

Resenhas

81 O fantasma do engenheiro executado, tecnologia e a queda da União Soviética, de *Loren R. Graham*, por **Olival Freire Jr.** Um olhar que persiste: ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo, do *Núcleo de Estudos d'O Capital*, por **Florestan Fernandes.**

Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr. (licenciado)

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá e Priscila Arantes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Augusto L. de Oliveira

Distribuição e Vendas: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Assinaturas: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Paper & Publisher- Produções Gráficas Ltda.

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

R. Mons. Passalaqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331
E-mail: agprincípios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311.

Socialismo no século XXI

O socialismo, como corrente do pensamento avançado, projeta-se sobre o novo século como alternativa inevitável ao capitalismo decadente. É a grande bandeira da renovação social

JOÃO AMAZONAS

Já vai distante a época dos profetas que vislumbravam o futuro com a suposta ajuda da divindade. Em geral prediziam as calamidades, os males que atormentariam a humanidade, o fim do mundo. Apareceram também os que negavam a possibilidade de conhecer o porvir. "O futuro a Deus pertence", sentenciavam. Nos tempos modernos surgiram verdadeiros profetas. Já não eram adivinhos, mas pensadores apoiados na ciência, no conhecimento das leis que regem a natureza, a sociedade e conformam o pensamento humano. A predição deixou de ser fruto da simples conjectura, mas resultado da elaboração de teorias e premissas que refletem os processos do eterno movimento de tudo que existe no universo.

Vivemos os anos finais do século XX pleno de contradições. Muitos gostariam de conhecer a feição provável dos acontecimentos vindouros, os caminhos por onde trilhará a humanidade em busca de uma vida feliz. O futuro não pode, porém, desligar-se do passado, do exame crítico da época que vai ficando para trás. Esse exame dá indicações, às vezes precisas, das perspectivas vindouras, porquanto a História segue rumos definidos por leis objetivas.

O século XX começou com a passagem do capitalismo florescente da livre concorrência para a sua

fase monopolista, imperialista. Todo este século transcorreu sob o domínio dos monopólios que, afinal, converteram-se em monopólios gigantes, os oligopólios transnacionais que aceleram a globalização da economia mundial.

A par dos progressos indiscutíveis na vida da sociedade ocorridos neste século, na produção, na ciência, nas artes, nos meios de comunicação, na identificação de fenômenos ecológicos, no aumento considerável da população do planeta, destacou-se também o lado sombrio, perverso, do sistema monopolista: duas grandes guerras nas quais pereceram cem milhões de pessoas, guerras variadas de dominação colonial, extermínio nuclear de populações indefesas, supressão violenta da liberdade, alargamento do fosso das desigualdades sociais.

Mas o século XX registra também memoráveis lutas sociais e políticas: revoluções, resistência armada aos opressores, levantes camponeses, combativas greves operárias, embates vigorosos contra o fascismo em defesa das liberdades.

A revolução socialista na velha Rússia dos czares é o grande marco da nossa época, seguida mais tarde por outro evento significativo, a proclamação da República Popular da China. Destaque especial teve ainda o movimento da

descolonização. Muitos países, após a II Grande Guerra, sacudiram o jugo da opressão nacional, tornaram-se independentes.

Esse processo violento, contraditório, que já dura cem anos é, em última instância, o lento e prolongado parto da História. O capitalismo chegou ao fim, já não tem condições de resolver os magnos problemas sociais e políticos gerados pelas próprias contradições que encerra. Não pode assegurar a convivência pacífica entre os povos, nem garantir o exercício da liberdade sempre mais restringida. Não pode deter a exclusão social de consideráveis parcelas da população laboriosa, nem impedir o crescimento da miséria que se alastra por todo o Globo. O socialismo, nova forma de organização da sociedade, apresenta deficiências naturais de um regime que acaba de nascer, carece de experiência suficiente para se consolidar em definitivo como sistema progressista. Sofreu derrota passageira na União Soviética e no Leste europeu, depois de haver alcançado importantes vitórias na edificação da nova vida.

A experiência histórica demonstra que o socialismo não conseguirá afirmar-se de um só golpe. Sua consolidação e enraizamento universal registrará muitas vitórias e também reveses. A construção da nova sociedade é mais difícil e

complicada do que antes se imaginava. Erra quem pensa que o socialismo morreu definitivamente. Erra igualmente quem o imaginava um processo em linha reta, somando sempre vitórias e expandindo-se sem obstáculos, continuamente. Também o capitalismo não desaparecerá em cada país com uma única cutilada. De certo modo, a morte do capitalismo está relacionada com a construção exitosa do socialismo. Em suma, não se constrói a nova vida nem liquida o capitalismo de uma só vez.

A transformação socialista da sociedade é um largo processo de lutas e de aprendizagem permanente. Transferir os meios de produção capitalista para a comunidade é relativamente fácil com a vitória da revolução. Mas essa transferência abrange tão somente a área econômica. Como organizar dinamicamente em todos os aspectos a nova sociedade é obra que demanda tempo e visão progressista, revolucionária.

Quando apareceram as primeiras idéias que sinalizavam a necessidade de substituir o capitalismo, aí pela metade de século XIX, surgiram os utopistas. Saint-Simon, Owen, Proudhon imaginavam, ou melhor, idealizavam a sociedade perfeita do futuro que terminaria com a exploração do homem pelo homem, com a corrida desenfreada ao lucro. Eram pregadores de ilusões, de utopias.

O socialismo, em certo sentido, é o novo desconhecido. Até hoje, em vários países, após a revolução, não se sabia exatamente como construir integralmente a sociedade do futuro. Tinha-se o plano geral, de base científica, e as forças militantes do partido de vanguarda. Já é muito, mas não o suficiente, pois além da construção econômica precisa-se forjar a vida espiritual das grandes massas. A sociedade reflete a base material em que se assenta, não, porém, de modo di-

reto. Condiionadas pela base material, as massas criam suas próprias formas de existência. Hábitos, moral, ética, convivência social, vínculos culturais não se forjam de um dia para o outro.

O socialismo não pôde vencer simultaneamente em todos os países, nem mesmo, como supunham Marx e Engels, nos mais desenvolvidos. Triunfou na Rússia, na China, na Coreia, no Vietnã, na Albânia, em Cuba. As idéias e modos de vida aí predominantes são de países atrasados. Tais idéias e modos de vida entram em contradição com os projetos avançados que se pretendem instaurar. É preciso tempo para reverter essa situação. Ademais, a pressão do modo de vida capitalista dos países ricos repercute entre as populações onde se instituiu um regime diferente, progressista, que não pode, de imediato, assegurar condições de vida confortável a todo o mundo. Certamente, nos países ricos, a par do conforto que desfrutavam as classes privilegiadas, existe a imensa faixa dos que vivem na pobreza. Essa faixa, na propaganda capitalista, fica na sombra, não aparece.

O século XXI será cenário da grande batalha histórica que se desenvolve no seio da sociedade humana. Batalha da luta entre o novo que procura abrir caminhos, tradicionais ou inusitados, ao progresso social, e o velho que resiste por todos os meios, pacíficos e não-pacíficos, a desaparecer. Quanto tempo ainda durará esse enfrentamento, é difícil, mesmo impossível prever.

O capitalismo monopolista ingressa nessa batalha, na viragem do século, sustentando a orientação neoliberal que seus apologistas tentam fazer crer tratar-se da nova forma, irreversível, de desenvolvimento da sociedade. A verdade, no entanto, indica que o neoliberalismo é a mais brutal

ofensiva do grande capital contra todas as conquistas alcançadas pela humanidade, em termos de democracia, direitos sociais, avanços culturais, identidade nacional, desenvolvimento econômico independente.

Haja visto o quadro desolador do mundo de hoje, em boa parte resultado dessa ofensiva neoliberal: 1 bilhão e 300 milhões de pessoas vivem na pobreza extrema, 800 milhões passam fome; cerca de 900 milhões de trabalhadores vivem o drama do desemprego e do subemprego. Mais de um bilhão de pessoas não conseguem usufruir cuidados básicos de saúde e ter livre acesso à educação.

A regressão antidemocrática, com a degradação da democracia política e os atentados às liberdades fundamentais, é expressão chocante da ofensiva reacionária. A soberania nacional dos países menos desenvolvidos sofre restrições e ameaças de toda ordem. *Pari passu*, a concentração das riquezas atinge níveis inimagináveis: 358 bilionários pos-



suem fortunas iguais aos rendimentos anuais de 45% da população do mundo. Esta situação paradoxal não pode deixar de suscitar anseios de mudança na forma de organização da sociedade.

De outra parte, o socialismo, como corrente do pensamento avançado, projeta-se sobre o novo século como alternativa inevitável ao capitalismo decadente. É a grande bandeira da renovação social.

Contudo, o socialismo ressentete-se da derrota que sofreu na ex-União Soviética e no Leste europeu. Suas idéias transformadoras da sociedade perderam força entre as massas. Evidenciou-se profunda crise no campo da teoria, da ideologia. Proliferam por toda parte "críticos" do marxismo, os que renegam princípios e a própria organização de vanguarda, assustados com o final desastroso do regime socialista na URSS e com a campanha anticomunista que se seguiu. "Ser revolucionário – dizem – é coisa do passado, velharias de outros tempos..."

Sem vencer essa crise, o socialismo não poderá avançar, nem comandar exitosamente a luta emancipadora de milhões de trabalhadores, dos explorados e oprimidos. Não há movimento revolucionário na ausência de teoria revolucionária.

Certamente vencer a crise no plano da teoria não significa repelir simplesmente fórmulas ultrapassadas, posições dogmáticas, sectárias. Impõe-se a defesa dos fundamentos da teoria marxista, seu espírito crítico e revolucionário, desenvolvê-la criadoramente, ligada ao tempo em que vivemos. Já Lênin, nos primórdios deste século, dizia: "Não temos a doutrina de Marx como algo acabado, inatingível; ao contrário, estamos persuadidos de que ela somente coloca as pedras angulares da ciência que os socialistas devem fazer progredir em todos os sentidos

se eles não querem se atrasar na vida". É preciso renovar o marxismo revolucionário, extrair as lições das primeiras tentativas de instauração do socialismo, particularmente na ex-União Soviética, a fim de que o movimento progressista continue avançando.

Longe de pretender fazer prognósticos infalíveis acerca da marcha dos acontecimentos políticos do próximo século, pode-se afirmar que prosseguirão as lutas que vêm de decênios passados por transformações da sociedade e que caracterizam a nossa época como a época da transição do capitalismo para o socialismo. Inevitavelmente, contra o neoliberalismo, expressão acabada do capitalismo declinante, levantar-se-ão os trabalhadores, os camponeses, os democratas, os patriotas, a juventude sem futuro, as massas populares atiradas à miséria. Entretanto, muitos desses movimentos sociais carecerão de perspectiva política mudancista, enquanto perdure a crise do marxismo. Neles atuarão por certo tempo os sofisticadores social-democratas, pretendendo inutilmente "reformular" o capitalismo.

Voltará o socialismo a triunfar na Rússia?

É possível que os comunistas voltem ao poder na Rússia pós-revolucionária. O capitalismo aí instaurado contrasta brutalmente com a vida no tempo do socialismo, apesar das deficiências. O povo russo tentará livrar-se das calamidades que recaíram sobre o país com o retorno ao capitalismo. Mas a simples volta dos comunistas ao poder não significará ainda o triunfo do socialismo científico. A Rússia perdeu o rumo revolucionário ao final da década de 50. E não conseguiu até hoje desenvolver a teoria marxista, analisar em

profundidade a causa dos erros cometidos, como e por que a União Soviética retrocedeu ao capitalismo. O revisionismo de Kruschov, Gorbachov, Brezhnev e outros não são meros desvios ideológicos, é toda uma doutrina contra-revolucionária destinada a solapar as bases do socialismo, desorientar os trabalhadores e o povo, obscurecer a consciência política das massas.

No curso do século XXI a crise de teoria e da construção socialista será superada. Em vários países observam-se sérios esforços para enfrentar essa tarefa de magnitude histórica. A China, passando por altos e baixos, acabará consolidando o regime socialista que sofreu abalos com os erros do passado, nomeadamente no período da chamada revolução cultural proletária. O Vietnã, arrasado pelas agressões bélicas da França e dos Estados Unidos, será reconstruído e fortalecerá a via socialista. Em outros lugares onde houve revoluções e retrocessos, o socialismo terminará predominante.

No conjunto do mundo, particularmente nos países menos desenvolvidos, a bandeira da luta pela liberdade e pela independência nacional, abandonada pela burguesia capitulacionista passará às mãos das forças progressistas que almejam transformações radicais da sociedade. Grandes países, como a Índia e o Brasil, apresentando formas inovadoras de passagem ao socialismo, poderão alcançar expressivas vitórias.

Assim será o século XXI. Em seus começos, haverá sombras e luzes, mais sombras do que luzes. Depois, o quadro se inverterá. A humanidade viverá tempos de grandes esperanças.

JOÃO AMAZONAS é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil.

Terra, direito e justiça*

Os 19 mortos de Eldorado dos Carajás e os 10 de Corumbiara foram apenas a última gota de sangue do longo calvário que tem sido a perseguição sofrida pelos trabalhadores do campo

JOSÉ SARAMAGO

É difícil defender só com palavras a vida (ainda mais quando ela é esta que vê, severina).

João Cabral de Melo Neto

Oxalá não venha nunca à sublime cabeça de Deus a idéia de viajar um dia a estas paragens para certificar-se de que as pessoas que por aqui mal vivem, e pior vão morrendo, estão a cumprir de modo satisfatório o castigo que por ele foi aplicado, no começo do mundo, ao nosso primeiro pai e à nossa primeira mãe, os quais, pela simples e honesta curiosidade de quererem saber a razão por que tinham sido feitos, foram sentenciados, ela, a parir com esforço e dor, ele, a ganhar o pão da família com o suor do seu rosto, tendo como destino final a mesma terra donde, por um capricho divino, haviam sido tirados, pó que foi pó, e pó tornará a ser. Dos dois criminosos, digamo-lo já, quem veio a suportar a carga pior foi ela e as que depois dela vieram, pois tendo de sofrer e suar tanto para parir, conforme havia sido determinado pela sempre misericordiosa vontade de Deus, tiveram também de suar e sofrer trabalhando ao lado dos seus homens, tiveram também de esforçar-se o mesmo ou mais do

que eles, que a vida, durante muitos milênios, não estava para a senhora ficar em casa, de perna estendida, qual rainha das abelhas, sem outra obrigação que a de desovar de tempos a tempos, não fosse ficar o mundo deserto e depois não ter Deus em quem mandar.

Se, porém, o dito Deus, não fazendo caso de recomendações e conselhos, persistisse no propósito de vir até aqui, sem dúvida acabaria por reconhecer como, afinal, é tão pouca coisa ser-se um Deus, quando, apesar dos famosos atributos de onisciência e onipotência, mil vezes exaltados em todas as línguas e dialectos, foram cometidos, no projecto da criação da humanidade, tantos e tão grosseiros erros de previsão, como foi aquele, a todas as luzes imperdoável, de apetrechar as pessoas com glândulas sudoríparas, para depois lhes recusar o trabalho que as faria funcionar – as glândulas e as pessoas. Ao pé disto, cabe perguntar se não teria merecido mais prêmio que castigo a puríssima inocência que levou a nossa primeira mãe e o nosso primeiro pai a provar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A verdade, digam o que disserem autoridades, tanto as teológicas como as outras,

civis e militares, é que, propriamente falando, não o chegaram a comer, só o morderam, por isso estamos nós como estamos, sabendo tanto do mal, e do bem tão pouco.

Envergonhar-se e arrepende-se dos erros cometidos é o que se espera de qualquer pessoa bem nascida e de sólida formação moral, e Deus, tendo indiscutivelmente nascido de si mesmo, está claro que nasceu do melhor que havia no seu tempo. Por estas razões, as de origem e as adquiridas, após ter visto e percebido o que aqui se passa, não teve mais remédio que clamar *mea culpa, mea maxima culpa*, e reconhecer a excessiva dimensão dos enganos em que tinha caído. É certo que, a seu crédito, e para que isto não seja só um contínuo dizer mal do Criador, subsiste o facto irresponsável de que, quando Deus se decidiu a expulsar do paraíso terreal, por desobediência, o nosso primeiro pai e a nossa primeira mãe, eles, apesar da imprudente falta, iriam ter ao seu dispor a terra toda, para nela suarem e trabalharem à vontade. Contudo, e por desgraça, um outro erro nas previsões divinas não demoraria a manifestar-se, e esse muito mais grave do que tudo quanto até aí havia acontecido.

*Prefácio do Livro *Terra* do fotógrafo Sebastião Salgado, com o CD de Chico Buarque de Holanda, editado pela Companhia das Letras. Este título foi dado pela redação de *Princípios*.

Foi o caso que estando já a terra assaz povoada de filhos, filhos de filhos e filhos de netos da nossa primeira mãe e do nosso primeiro pai, uns quantos desses, esquecidos de que sendo a morte de todos, a vida também o deveria ser, puseram-se a traçar uns riscos no chão, a espetar umas estacas, a levantar uns muros de pedra, depois do que anunciaram que, a partir desse momento, estava proibida (palavra nova) a entrada nos terrenos que assim ficavam delimita-

dos, sob pena de um castigo, que segundo os tempos e os costumes, poderia vir a ser de morte, ou de prisão, ou de multa, ou novamente de morte. Sem que até hoje se tivesse sabido porquê, e não falta quem afirme que disto não poderão ser atiradas as responsabilidades para as costas de Deus, aqueles nossos antigos parentes que por ali andavam, tendo presenciado a espoliação e escutado o inaudito aviso, não só não protestaram contra o abuso com que fora tornado

particular o que até então havia sido de todos, como acreditaram que era essa a irrefragável ordem natural das coisas de que se tinha começado a falar por aquelas alturas. Diziam eles que se o cordeiro veio ao mundo para ser comido pelo lobo, conforme se podia concluir da simples verificação dos factos da vida pastoril, então é porque a natureza quer que haja servos e haja senhores, que estes mandem e aqueles obedeçam, e que tudo quanto assim não for será cha-

O ITR e a verdadeira reforma agrária

João Pedro Stédile

A proposta do governo

O governo acaba de baixar uma medida provisória, com grande estardalhaço na imprensa, anunciando novos critérios para o imposto territorial rural. A iniciativa é muito boa. O MST cumprimenta. Mas estamos desconfiados que o governo está muito mais interessado em fazer propaganda do que de fato cobrar os latifundiários. Os novos critérios que aumentam a taxação das terras improdutivas é positivo. Mas o fato de permitir que o proprietário declare e ele mesmo julgue quanto vale a sua terra, é uma armadilha. É evidente que o proprietário vai colocar o valor lá embaixo. E mesmo que a alíquota for alta, o pagamento será pequeno. O governo argumenta que para efeito de desapropriação vai vigorar esse valor. Mas as desapropriações jamais atingirão a todos os 160 milhões de hectares que estão improdutivos. Por outro lado, se o proprietário quer vender sua terra para o Incra, ele vai fazer justamente ao contrário, vai colocar o preço da terra lá em cima, e aí quando for desapropriado será um verdadeiro prêmio. Como aliás já vem acontecendo em diversas regiões.

O Governo anuncia que entrarão muitos recursos para reforma agrária, fala em 400 milhões em 97 e até 1,6 bilhões em 1998. No entanto, no orçamento da União de 1997, o ministro Kandir, colocou uma receita de apenas 203 milhões de ITR. Por outro lado, os recursos de 97 do novo ITR serão cobrados apenas a partir de agosto de 97, ou seja, na verdade o Incra não disporá logo dos novos recursos.

Pela atual legislação do ITR, se o governo quisesse mesmo cobrar dos latifundiários segundo o primeiro lançamento feito pela Receita Federal, poderia ter recolhido desde março de 96 a quantia de 1,5 bilhões. Mas o governo cedeu às pressões da bancada ruralista, cancelou as guias, refez os cálculos, e entrarão nesse ano menos de 200 milhões. Alguns técnicos da Receita Federal protestaram e a atitude do governo foi demitir o Superintendente da Receita Federal do Ceará que insistia em manter o ITR original. Portanto, o problema do ITR não é ter legislação, é o governo querer cobrar mesmo que seja de seus amigos ou de sua base política. E isso ele ainda precisa provar. Nós não acreditamos que ele queira mesmo cobrar. Aliás na nova lei, não há nada sobre os débitos atrasados do ITR dos últimos 5 anos e que segundo técnicos da Receita poderia chegar até a 1 bilhão. Do lado dos latifundiários certamente surgirão muitos escritórios de consultoria, tributaristas, etc, orientan-

do-os de como burlar a lei, como já é feito com o Imposto de Renda.

Sobre o papel do ITR na Reforma Agrária

O debate atual não é novo. Lembro-me da mesma discussão que fiz em 1983 com o então presidente do Incra, Paulo Yokota, que lançou na época uma nova sistemática do ITR e prometia "que agora sim a reforma agrária vai pra frente, que os latifundiários serão duramente penalizados e entregarão suas terras" na época contestamos e fomos acusados de sermos do contra. Passados 13 anos e nada se alterou.

Nenhum país do mundo fez reforma agrária através da tributação, reforma agrária deve partir necessariamente da desapropriação de terras. Somente a desapropriação significa um resgate da sociedade sobre os recursos naturais que precisa dar uma destinação social melhor, e pode de fato alterar a concentração da propriedade da terra. O Imposto Territorial da Terra é importante como complemento mas não é a solução se existe uma correlação de forças políticas na sociedade para um governo arrebatado do latifundiário as terras através de imposto durante um prazo de 5 anos, como diz o governo atual, é muito mais fácil e prático, desapropriar essas terras e resolver logo o problema, do que ficar esperando que os latifundiários ou paguem

mado subversão.

Posto diante de todos estes homens reunidos, de todas estas mulheres, de todas estas crianças (sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra, assim lhes fora mandado), cujo suor não nascia do trabalho que não tinham, mas da agonia insuportável de não o ter, Deus arrependeu-se dos males que havia feito e permitido, a um ponto tal que, num arrebatado de contrição, quis mudar o seu nome para um outro mais humano. Falando à

multidão, anunciou: "A partir de hoje chamar-me-eis Justiça." E a multidão respondeu-lhe: "Justiça, já nós a temos, e não nos atende." Disse Deus: "Sendo assim, tomarei o nome de Direito." E a multidão tornou a responder-lhe: "Direito, já nós o temos, e não nos conhece." E Deus: "Nesse caso, ficarei com o nome de Caridade, que é um nome bonito". Disse a multidão: "Não necessitamos caridade, o que queremos é uma Justiça que se cumpra e um Direito que nos

respeite." Então, Deus compreendeu que nunca tivera, verdadeiramente, no mundo que julgara ser seu, o lugar de majestade que havia imaginado, que tudo fora, afinal, uma ilusão, que também ele tinha sido vítima de enganos, como aqueles de que se estavam queixando as mulheres, os homens e as crianças, e, humilhado, retirou-se para a eternidade. A penúltima imagem que ainda viu foi a de espingardas apontadas à multidão, o penúltimo som que ainda ouviu foi

mais ou tornem suas terras mais produtivas.

Sobre a política de reforma agrária do governo FHC

Nós do MST temos duas divergências básicas com a política do governo FHC, uma vê a reforma agrária apenas como uma medida de política social para resolver conflitos sociais que envolve os excluídos com empregos na cidade ou com cestas básicas, então o governo se dispõe a assentar 280 mil famílias

em 4 anos. Mas só isso! Alerta. Caso o MST conseguir organizar mais excluídos já seria uma provocação. Nós defendemos que na nossa sociedade existe ainda um grave problema agrário, que afeta a toda população, especialmente a população que já está na cidade. Porque para resolver os problemas do desemprego, da fome, do êxodo rural, da marginalidade social, é necessário realizar uma reforma agrária ampla, abrangente e que atinja milhões de pessoas.

O governo não aceita essa avaliação porque no seu projeto neoliberal não tem lugar para a agricultura, para um problema de desenvolvimento da produção voltada para as necessidades da população pobre. O plano do governo é modernizar de acordo com os interesses do capital estrangeiro e do capital financeiro. A economia vai crescer. Mas apenas para esses setores, e não em benefício da maioria da população.

A segunda divergência básica é em relação às medidas concretas que o governo está tomando para resolver os conflitos da terra. Nós achamos que o governo apenas faz propaganda do que quer fazer. Mas não faz. As vezes por incompetência, às vezes por falta de prioridade política.

Apenas como exemplo, gostaria de relatar os compromissos que acordamos

na audiência com o presidente da república em dois de maio passado, ou seja há seis meses. O presidente garantiu que iria dar prioridade aos assentamentos das famílias acampadas. Eram 37 mil na época. O Incra não priorizou e hoje são 52 mil famílias espalhadas em 168 acampamentos pelo país. O presidente garantiu que não faltariam recursos para reforma agrária. O dinheiro do orçamento do Incra somente começou a ser liberado em setembro. E dos 243 milhões de reais para crédito da população nos assentamentos somente saíram 10 milhões, embora haja decreto presidencial.

O presidente se comprometeu a mobilizar sua bancada para aprovar três leis fundamentais que agilizariam e resolveriam os conflitos de terra. Os três estão parados no Senado. O presidente se comprometeu a punir os responsáveis pelos massacres de Corumbiará e Carajás. Os processos estão parados e nenhum punido.

Como se pode ver o MST e os milhões de sem-terra acampados ou não têm motivos de sobra para serem devotos de São Tomé, e só acreditarem no governo depois de verem.

João Pedro Stédile é membro da direção nacional do MST.

Este texto foi publicado em dezembro de 1996 pelo Jornal Cheiro de Terra-CPT-SC.



Manifestação em apoio ao MST realizada em Brasília.



Sebastião Salgado

o dos disparos, mas na última imagem já havia corpos caídos sangrando, e o último som estava cheio de gritos e de lágrimas.

No dia 17 de abril de 1996, no estado brasileiro do Pará, perto de uma povoação chamada Eldorado dos Carajás (Eldorado: como pode ser sarcástico o destino de certas palavras...), 155 soldados da polícia militarizada, armados de espingardas e metralhadoras, abriram fogo contra uma manifestação de camponeses que bloqueavam a estrada em ação de protesto pelo atraso dos procedimentos legais de expropriação de terras, como parte do esboço ou simulacro de uma suposta reforma agrária na qual, entre avanços mínimos e dramáticos recuos, se gastaram já cinquenta anos, sem que alguma vez tivesse sido dada suficiente satisfação aos gravíssimos problemas de subsistência (seria mais rigoroso dizer sobrevivência) dos trabalhadores do campo. Naquele dia, no chão de Eldorado dos Carajás ficaram 19 mortos, além de umas quantas dezenas de pessoas feridas. Passados três meses sobre este sangrento acontecimento, a polícia do estado do Pará, arvorando-se a si mesma em juiz numa causa em que, obviamente, só poderia ser a parte acusada, veio a público declarar inocentes de qualquer culpa os seus 155 soldados, alegando que tinham agido em legítima defesa, e, como se isto lhe parecesse pouco, reclamou processamento judicial contra três dos camponeses, por desacato, lesões e detenção ilegal de armas. O arsenal bélico dos manifestantes era constituído por três pistolas, pedras e instrumentos de lavoura mais ou menos manejáveis. Demasiado sabemos que, muito antes da invenção das primeiras armas de fogo, já as pedras, as foices e os chuços haviam sido considerados ilegais nas mãos daqueles que,

obrigados pela necessidade a reclamar pão para comer e terra para trabalhar, encontraram pela frente a polícia militarizada do tempo, armada de espadas, lanças e alabardas. Ao contrário do que geralmente se pretende fazer acreditar, não há nada mais fácil de compreender que a história do mundo, que muita gente ilustrada ainda teima em afirmar ser complicada demais para o entendimento rude do povo.

Pelas três horas da madrugada do dia 9 de Agosto de 1995, em Corumbiara, no estado de Rondônia, 600 famílias de camponeses sem terra, que se encontravam acampadas na Fazenda Santa Elina, foram atacadas por tropas da polícia militarizada. Durante o cerco, que durou todo o resto da noite, os camponeses resistiram com espingardas de caça. Quando amanheceu, a polícia, fardada e encapuçada, de cara pintada de preto, e com o apoio de grupos de assassinos profissionais a soldo de um latifundiário da região invadiu o acampamento, varrendo-o a tiro, derrubando e incendiando as barracas onde os sem-terra viviam. Foram mortos 10 camponeses, entre eles uma menina de 7 anos, atingida pelas costas quando fugia. Dois policiais morreram também na luta.

A superfície do Brasil, incluindo lagos, rios e montanhas, é de 850 milhões de hectares. Mais ou menos metade desta superfície, uns 400 milhões de hectares, é geralmente considerada apropriada ao uso e ao desenvolvimento agrícolas. Ora, actualmente, apenas 60 milhões desses hectares estão a ser utilizados na cultura regular de grãos. O restante, salvo as áreas que têm vindo a ser ocupadas por explorações de pecuária extensiva (que, ao contrário do que um primeiro e apressado exame possa levar a pensar, significam, na reali-

dade, um aproveitamento insuficiente da terra), encontra-se em estado de improdutividade, de abandono, sem fruto.

Povoando dramaticamente esta paisagem e esta realidade social e económica, vagando entre o sonho e o desespero, existem 4.800.000 famílias de rurais sem terras. A terra está ali, diante dos olhos e dos braços, uma imensa metade de um país imenso, mas aquela gente (quantas pessoas ao todo? 15 milhões? mais ainda?) não pode lá entrar para trabalhar, para viver com a dignidade simples que só o trabalho pode conferir, porque os voracíssimos descendentes daqueles homens que primeiro haviam dito: "Esta terra é minha", e encontraram semelhantes seus bastante ingênuos para acreditar que era suficiente tê-lo dito, esses rodearam a terra de leis que os protegem, de polícias que os guardam, de governos que os representam e defendem, de pistoleiros pagos para matar. Os 19 mortos de Eldorado dos Carajás e os 10 de Corumbiara foram apenas a última gota de sangue do longo calvário que tem sido a perseguição sofrida pelos trabalhadores do campo, uma perseguição contínua, sistemática, desapiadada, que, só entre 1964 e 1995, causou 1635 vítimas mortais, cobrindo de luto a miséria dos camponeses de todos os estados do Brasil, com mais evidência para Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Pernambuco, que contam, só eles, mais de mil assassinados.

E a Reforma Agrária, a reforma da terra brasileira aproveitável, em laboriosa e acidentada gestação, alternando as esperanças e os desânimos, desde que a Constituição de 1946, na sequência do movimento de redemocratização que varreu o Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, acolheu o preceito do interesse social como fundamento para a desapropriação de

terras? Em que ponto se encontra hoje essa maravilha humanitária que haveria de assombrar o mundo, essa obra de taumaturgos tantas vezes prometida, essa bandeira de eleições, essa negação de votos, esse engano de desesperados? Sem ir mais longe que as quatro últimas presidências da República, será suficiente lembrar que o presidente José Sarney prometeu assentar 1.400.000 famílias de trabalhadores rurais e que, decorridos os cinco anos do seu mandato, nem sequer 140.000 tinham sido instaladas; será suficiente recordar que o presidente Fernando Collor de Mello fez a promessa de assentar 500.000 famílias, e nem uma só o foi; será suficiente lembrar que o presidente Itamar Franco garantiu que faria assentar 100.000 famílias, e se ficou por 20.000; será suficiente dizer, enfim, que o actual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu que a Reforma Agrária irá contemplar 280.000 famílias em quatro anos, o que significará, se tão modesto objectivo for cumprido e o mesmo programa se repetir no futuro, que irão ser necessários, segundo uma operação aritmética elementar, setenta anos para assentar os quase 5.000.000 de famílias de trabalhadores rurais que precisam de terra e não a têm, terra que para eles é condição de vida, vida que já não poderá esperar mais. Entretanto, a polícia absolve-se a si mesma e condena aqueles a quem assassinou.

O Cristo do Corcovado desapareceu, levou-o Deus quando se retirou para a eternidade, porque não tinha servido de nada pô-lo ali. Agora, no lugar dele, fala-se em colocar quatro enormes painéis virados às quatro direcções do Brasil e do mundo, e todos, em grandes letras, dizendo o mesmo: UM DIREITO QUE RESPEITE, UMA JUSTIÇA QUE CUMPRA.

Os apóstolos do passado e os porta-vozes do futuro

O governo tratou o MST como criminoso mas teve que receber seus líderes e reconhecer que a reforma agrária é uma questão social

JOSÉ CARLOS RUY

Nos séculos finais do império romano, as multidões germânicas que vinham do norte foram rotuladas de bárbaras, estigma com que ficaram na história. Foram identificadas com o arcaico, o atraso, enquanto Roma era o moderno, o progresso, uma visão que não corresponde à verdade histórica mais profunda. Na verdade, o passado era o império que, apesar de seu brilho e pompa, já não correspondia às necessidades novas que seu próprio desenvolvimento suscitou.

E, ao contrário, os porta-vozes do futuro, aqueles que iriam desencadear as forças capazes de criar uma sociedade nova, eram os povos de aparência bruta, analfabetos, pobres, que vinham da periferia dos domínios romanos. Comparadas ao esplendor imperial, aquelas multidões pareciam feias, disformes, atrasadas - mas eram elas que representavam a *modernidade* de então.

Guardadas as proporções, a marcha dos sem terra a Brasília lembra aquele confronto do novo com o velho. Brasília não é Roma - embora lá esteja a residência de um presidente que se julga César. Os sem terra não são germânicos nem tribais. E o tempo em que vivemos é muito diferente daquele de um milênio e meio atrás.

Mas alguns ingredientes permitem a comparação. O primeiro, e principal, é a persistência lá e cá do monopólio latifundiário da posse da terra, tão avassalador que dá base concreta à caracterização do Brasil como uma Roma moderna, feita por Darcy Ribeiro. Depois, há a arrogância das elites e seus áulicos que consideram os trabalhadores, os camponeses, os pobres em geral, como sinônimos do atraso. Esse ponto de vista apareceu em vários artigos e editoriais da imprensa, que apontaram a caminhada dos sem terra como a *marcha do atraso*, que se opõe ao programa modernizante das elites brasileiras e de seu príncipe, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não deixa de ser hipocrisia falar de modernidade no meio do imenso desperdício de recursos que decorre da estrutura monopolista da posse da terra no Brasil. Desperdício incompreensível mesmo no sociologuês do discurso oficial, embebido nas teses de Max Weber, onde modernidade é sinônimo de racionalidade e progresso, e que cultua o capitalismo como a forma avançada de otimizar o uso dos recursos disponíveis. Mas que, contraditoriamente, permite que tanta terra seja subtraída à atividade produtiva, levando a outro desperdício,

o da força de trabalho de milhões que não podem trabalhar porque não têm um pedaço de terra.

A luta contra o latifúndio

A tese do latifúndio como herdeiro direto das sesmarias introduzidas no país pelo colonizador português é verdadeira. Mas a mãe de fato do latifúndio moderno no Brasil é a Lei de Terras de 1850, que transformou o Estado em dono das terras não apropriadas pelas sesmarias, e estabeleceu que a única forma de acesso à propriedade da terra seria a compra por um preço alto o suficiente para impedir que os trabalhadores pobres pudessem adquirí-las. Uma verdadeira reforma agrária às avessas, que reforçou o monopólio da posse da terra e assegurou o fornecimento de mão de obra para as fazendas. A luta contra o latifúndio é antiga. Ela apareceu já na época da Independência, subordinada à exigência de construção de uma nação autônoma com um povo livre. José Bonifácio, figura central nos passos iniciais da construção do estado brasileiro independente, que-

ria a divisão das terras para “favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros”⁽¹⁾ e construir um país que fosse realmente independente. Décadas mais tarde, na luta pela Abolição da escravidão, essa exigência reapareceu, e mesmo um abolicionista moderado como Joaquim Nabuco condenou o latifúndio. “É tempo de cessar esse duplo escândalo de um país nas mãos de alguns proprietários que nem cultivam suas terras, nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fecundidade do nosso território; e de uma população inteira reduzida à falta de independência que vemos, escreveu ele em 1884”⁽²⁾.

No final do Império e começo da República, os camponeses defenderam seu direito à terra de armas nas mãos, conduzidos quase sempre por líderes de expressão religiosa, como Antônio Conselheiro, cuja epopéia foi massacrada há cem anos, ou José Maria, que dirigiu a luta dos lavradores pobres da região do Contestado, ou o beato Lourenço, líder dos camponeses do Caldeirão, localidade próxima à Juazeiro do padre Cícero.

Mais tarde, ainda de armas nas mãos, os camponeses alcançaram uma organização política mais consciente, onde a participação dos comunistas foi decisiva. O levante de Trombas e Formoso, em Goiás, que teve início nos anos 40 e foi derrotado em 1964, foi o mais significativo dessa fase em que existiram outros movimentos importantes, como a revolta de Porecatu, em 1950/1951, a revolta do Sudoeste do Paraná, em 1957, a luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, no final dos anos 50.

Em meados dos anos 50 apareceram as Ligas Camponesas, inicialmente em Pernambuco, e depois pelo país a fora. Elas foram a organização de combate pela reforma agrária mais característica dos anos

50 e 60, e colocaram o latifúndio na defensiva até 1964, quando um golpe de estado deu início à ditadura militar que manteria o poder até 1985. As organizações populares foram derrotadas pela força militar; as ligas camponesas foram extintas, e os sindicatos rurais que começavam a despontar foram severamente controlados pelo governo.

As condições draconianas da ditadura militar não acabaram com a luta pela posse da terra. Ao contrário, ela se agravou nos anos 70, quando os conflitos entre posseiros pobres e grileiros amparados pela ditadura se generalizaram. O programa de colonização do general Médici fracassou, e os posseiros levantaram-se contra fazendeiros e empresas que queriam expulsá-los. Nesse momento, o movimento organizado dos trabalhadores rurais sem terra começou a renascer. O conflito tornou-se agudo, principalmente no sul do Pará e norte de Goiás, região que foi palco da Guerrilha do Araguaia, principal movimento de resistência armada contra a ditadura. Padres e bispos progressistas se colocaram ao lado do povo, como d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, cuja carta pastoral, *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, de 1971, foi um marco na luta anti-latifundiária dos religiosos progressistas. Em 1975 surgiu a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, importante organismo para articular a luta camponesa. Uma nova forma de luta foi surgindo então, e acentuou-se no final dos anos 70 - as ocupações de latifúndios improdutivos, os acampamentos de beira de estrada, e as marchas longas, que duram dias. A partir de 1981, a CPT começou a organizar encontros regionais de trabalhadores rurais sem terra, que culminaram, em 1984, no I Encontro Nacional dos Sem Terra, no Paraná, onde foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁽³⁾.

O argumento político-social pela reforma agrária e o economicismo agrário

Há dois argumentos pela reforma agrária. Um é o político e social; o outro é econômico. Para o primeiro, a divisão das terras é essencial à modernização profunda do país. Ele exige o cumprimento, até o fim, da revolução democrático-burguesa, e preconiza a democratização radical do estado e da sociedade como resultado da destruição, pelo fim do latifúndio, das bases do poder das oligarquias tradicionais e de seus ramos modernizados e aliados ao grande capital. Exige também a incorporação plena à sociedade daquelas amplas massas pobres, que estão na base da estrutura social, à margem dos benefícios da modernidade e da civilização, situação de miséria e de alienação social que resulta do fato de estarem afastadas de um pedaço de terra onde possam trabalhar. Além disso, a reforma agrária é essencial, segundo este ponto de vista, para a reordenação da economia, voltando-a ao atendimento prioritário das necessidades da população e só depois para o mercado externo. Esse foi o pensamento que animou, desde a Independência, a exigência do fim do latifúndio.

O economicismo agrário tem objetivos mais limitados - ele subordina a divisão das terras às necessidades da modernização capitalista. Esse argumento emergiu com força nos anos 40 e 50, quando a questão agrária colocou-se com força no cenário político nacional, transformada numa das principais bandeiras dos setores progressistas que queriam uma nação moderna e autônoma. O latifúndio foi visto, com razão, como forte obstáculo ao desenvolvimento econômico. Era a ele que se re-

feria a expressão “restos feudais” que figurou em tantos documentos avançados daquela época, e que o encaravam como sobrevivência do passado pré-capitalista.

A questão agrária, da forma como foi colocada naqueles anos, estava subordinada às necessidades do desenvolvimento capitalista; daí a expressão econômica de sua defesa, que se sobrepunha às exigências políticas e sociais. Os setores avançados da burguesia a defendiam pensando na viabilização do desenvolvimento capitalista. Isso

explica o caráter limitado de sua proposta, que não era nem radical, nem massiva. Era preciso ampliar o mercado interno, produzir matérias primas e alimentos a preços baixos, e em quantidades suficientes para atender a indústria e a demanda dos trabalhadores urbanos. E, ao mesmo tempo, não pressionar os custos industriais com exigências de aumentos salariais. Os latifundiários eram vistos como aliados potenciais do imperialismo e militantes da contra-revolução, adversários dos avanços democráticos. E o latifúndio era considerado atrasado, de baixa produtividade, autárquico e, portanto, à margem do mercado capitalista. Inadequado portanto para um país moderno, avançado, desenvolvido, cuja agricultura modernizada seria resultado da reforma agrária.

O projeto nacional desenvolvimentista não chegou a ser posto em prática - ele foi derrotado militarmente pelos golpistas de 1964. Os militares radicalizaram a ênfase no aspecto econômico e capitalista da questão agrária, e promoveram a

modernização conservadora, “pelo alto”, da agricultura. Esse movimento foi descrito em estudos dos anos 60 e 70 pela expressão “penetração (ou desenvolvimento) do capitalismo no campo”. O governo militar publicou o Estatuto da

Terra (Lei 4330, de 30.11.1964) cujas disposições não saíram do papel. A reforma agrária ali prometida nunca foi feita, mas abandonada em benefício de amplos subsídios para modernizar o latifúndio e apoiar a grande produção de exportação.

Sob a ditadura, a exigência da reforma agrária como meio para resolver graves problemas sociais e aprofundar a democratização da sociedade brasileira ficou obviamente reprimida. Ela só reapareceu, timidamente, nos anos da desagregação do regime dos generais, quando apenas a repressão direta já não era capaz de conter a luta dos camponeses, e assumiu a forma de ações do governo para diminuir a tensão no campo. Para enfrentar os crescentes conflitos, o assunto foi passando para o âmbito do Conselho de Segurança Nacional, opção institucionalizada no governo do general João Figueiredo. Outra medida dos militares teve caráter fiscal: foi o uso do ITR (Imposto Territorial Rural) para fins de reforma agrária. Em 1983, o presidente do INCRA, Paulo Yokota anunciou o fim do latifúndio pelo ITR - ilusão semelhante à que embala o governo de FHC.

Após 1964, a questão agrária foi assim militarizada, sobretudo no governo do general Ernesto Geisel, cujo processo de “regularização fundiária” entregou 31 milhões de

hectares de terras públicas a particulares, principalmente na Amazônia. Esse processo, diz Moacir Palmeira, foi “facilitado sobretudo por uma sub-legislação (exposições de motivos, portarias, normas, instituições, ordens de serviço, etc) desconhecida pela sociedade, que floresceu à sombra do regime autoritário nos gabinetes e corredores da burocracia estatal. O melhor exemplo desse lixo jurídico foram as Exposições de Motivo 005 e 006 do Conselho de Segurança Nacional (CSN), de julho de 1976, que, entre outras coisas, admitiam a legalização de terras com documentação fraudulenta, adquiridas ‘à revelia da Lei e da Ordem’”⁽⁴⁾.

A vigência do economicismo agrário

Foi nestas condições que se deu a modernização capitalista do campo, completada nos anos 70. O trabalho assalariado tornou-se predominante sob a forma de diarista, os conhecidos bóia-frias; o arrendamento capitalista generalizou-se, como ocorreu na suinocultura e na produção de tabaco; a grande empresa rural, com produção voltada basicamente à exportação, se consolidou; e o velho latifúndio, que não se modernizou, seguiu uma sobrevida garantida por subsídios estatais. A crise do setor açucareiro tradicional de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, é o exemplo gritante dessa sobrevida financiada com recursos públicos.

Em consequência, setores acadêmicos de prestígio argumentam que a reforma agrária já não é necessária, tese que freqüenta desde setores da esquerda até as mentes “iluminadas” do Palácio do Planalto - a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que, como cientista social ou como homem público, está convencido de que essa exigência é coisa do passado.

O argumento político e social pela reforma agrária exige a incorporação na sociedade daquelas massas pobres, que estão na base da estrutura social

Assistimos, assim, à plena vigência do economicismo agrário. Foi ele que levou à separação, na lei, entre latifúndio produtivo e improdutivo, artifício que legitima o monopólio da posse da terra, *desde que produtivo*.

É para esse campo que a elite e o governo querem trazer a discussão quando se referem aos bilhões necessários para fazer a reforma agrária - para concluir que, por ser cara, a reforma é inviável. O jornal *O Estado de S. Paulo*, centenário defensor do latifúndio, reconheceu em editorial que, "do ponto de vista social, a reivindicação dos sem-terra é irrecusável. Do ponto de vista econômico, porém, o MST pede o impossível"⁽⁵⁾. Toda a imprensa acatou e propagandou os números apresentados pelo governo: assentar uma família custa 40.000 reais. Assim, assentar um milhão de famílias custaria 40 bilhões, número mágico cuja função é convencer os incautos de que o governo quer a reforma, mas não tem dinheiro para fazê-la.

Um aspecto do economicismo agrário muito enfatizado é o que se refere à questão da produtividade agrícola. Os adversários da reforma agrária alegam que o alto custo dos assentamentos deve-se à necessidade de provê-los dos meios técnicos - infraestrutura, máquinas, insumos - para garantir taxas de produtividade iguais às da grande empresa rural.

Aqui o argumento econômico revela seu segredo, a subordinação ao capital. Contra ele, há algumas observações a fazer. Primeiro, não se trata de transformar os assentamentos em grandes empresas, que podem ser altamente produtivas mas voltam-se basicamente à exportação e não ao consumo local - o que representa uma modernização

da permanente vocação colonial do latifúndio. Nela, os ganhos de produtividade são apropriados pelo grande empresário. Nas pequenas propriedades, ao contrário, a produção é familiar, a aplicação de tecnologia é menor, a produtividade pode ser mais baixa, mas a riqueza produzida destina-se ao consumo local e é dividida por mais gente⁽⁶⁾.

Em segundo lugar, devido à aplicação massiva de tecnologia, a grande lavoura tende a gerar menos empregos, que tornam-se escassos ou concentram-se na forma de trabalhos temporários, na época do plantio ou colheita de certos gêneros. Sendo fortemente poupadora de mão de obra, a grande empresa rural é responsável pelo êxodo rural, e contribui para o aumento dos contingentes de sub-empregados nas cidades.

Assim, as conseqüências da modernização agrária subordinada aos interesses do capital não se limitam apenas ao campo, mas afetam tam-

ra transformou-se em importante mercado para os implementos agrícolas aqui fabricados. Em terceiro lugar, a agricultura produziu matérias primas para a indústria. Finalmente, o êxodo rural inflou a oferta de força de trabalho nas cidades, e permitiu o pleno domínio, pelos patrões, das condições de trabalho, impondo as más condições de trabalho, relações trabalhistas anti-democráticas, péssimas condições sociais, baixos salários, etc.

Ainda em relação à produtividade e ao custo dos assentamentos, não se pode esquecer a experiência popular acumulada em décadas de lutas de posseiros, pequenos lavradores, arrendatários, assentados, etc. Ela aponta para formas de apropriação do solo e desenvolvimento da produção cujo custo pode ter uma expressão monetária menor do que aquela indicada pelos adversários da reforma agrária.

O argumento econômico transformou-se com a mudança na agricultura. Ele já não enfatiza a necessidade da modernização capitalista do campo, que já foi feita de forma conservadora, mas a manutenção do papel financeiro que o monopólio da posse da terra assumiu, função manifesta na ligação entre o latifúndio, o capital financeiro e o grande capital em geral. A

Gutomar Prates



Manifestação em apoio ao MST realizada em Brasília

bém os trabalhadores urbanos, pressionando a oferta de mão de obra no mercado de trabalho.

A forma conservadora como se deu a modernização da agricultura brasileira beneficiou de várias formas o crescimento industrial. Em primeiro lugar, as exportações agrícolas geraram as divisas necessárias para a importação de máquinas, tecnologia e insumos para a indústria. Em segundo lugar, a agricultu-

terra tem ainda forte expressão como reserva de valor e como fator de especulação financeira. No limite, dada essa ligação entre a posse da terra e o capital financeiro, a luta pela reforma agrária é parte do esforço para se alcançar as etapas iniciais da transição para o socialismo, em que as terras disponíveis ficarão sob controle público e serão acessíveis a todos que dela necessitarem para trabalhar.

O esgotamento do economicismo agrário

A modernização da agricultura brasileira sob a ótica do economicismo agrário teve a virtude de trazer novamente para a luz os aspectos políticos e sociais da questão agrária, que haviam ficado em plano secundário. A modernização conservadora da agricultura buscou responder apenas às exigências do crescimento capitalista. Em consequência, agravou como nunca as condições de vida dos trabalhadores pobres do campo e da cidade e deixou nítida a estreita base social em que o poder político de oligarquias tradicionais está ancorado.

O próprio Fernando Henrique Cardoso reconhece que o argumento econômico da reforma agrária esgotou-se. No artigo que distribuiu aos jornais para publicação em 13 de abril de 1997 diz que a reforma agrária não é mais uma exigência econômica, mas "social e moral". Porém, essa mudança no discurso continua refletindo necessidades do capital em relação à estrutura fundiária. Primeiro, porque - reconhece o presidente - a reforma agrária é uma forma barata de criar empregos e diminuir a tensão social nas cidades. Depois, ao considerá-la "moral" (e não política, como seria correto), o presidente indica a necessidade de pacificar o campo e fazer com que os direitos humanos sejam respeitados, mas sem mudar a distribuição do poder político que decorre da atual estrutura da posse da terra. Para o presidente, qualquer mudança deve ser feita dentro da lei em vigor, e isso significa nada mais nada menos que o respeito à propriedade privada da terra e a subordinação ao economicismo agrário cuja lógica está inscrita nessa legislação.

Contra essa opinião, os trabalhadores insistem que a questão agrária

continua existindo, que ela se agrava, e que sua solução não se limita a pequenos ajustes para aperfeiçoar a modernização capitalista do campo. Para os trabalhadores, acesso à terra significa acesso ao trabalho, aos meios de vida. Aqui a amplitude da diferença entre o ponto de vista oficial e o ponto de vista dos trabalhadores significa uma alteração essencial na natureza do argumento. O governo fala em assentar alguns milhares de famílias, com os recursos disponíveis. Os trabalhadores, ao contrário, exigem terras para milhões. A proposta oficial não altera, mas reforça, o poder das atuais classes dominantes. A proposta popular, ao contrário, dirige-se contra a classe dos latifundiários e altera radicalmente a distribuição do poder político dentro da sociedade brasileira, democratizando-a, ampliando e reforçando a participação popular e aniquilando a base do poder político das oligarquias tradicionais.

A derrota de FHC e Jungmann, seu escudeiro

A intensa luta pela terra em marcha no país é a demonstração prática dessa convicção e dessa necessidade dos trabalhadores. A marcha a Brasília, que percorreu quase dois mil quilômetros, partindo de vários pontos do país, e que durou dois meses, é uma expressão visível dessa luta.

O governo tentou desqualificar o MST como interlocutor legítimo, mas sofreu uma derrota política memorável. Em agosto de 1996, o ministro Raul Jungmann rompeu negociações com o MST e anunciou não aceitar "invasões". Fiel escudeiro,

ele apenas repetia palavras do presidente da República. Em fevereiro de 1997, o governo mandou a Receita Federal investigar quem pagava a marcha, e pôs a Polícia Federal para bisbilhotar a origem dos recursos que sustentam o movimento. Nesse mesmo mês, o ministro da Justiça Nelson Jobim acusou líderes do MST de promoverem tumultos, for-

marem bandos e quadrilhas, e incentivarem a prática de crimes. Em março de 1997, o Palácio do Planalto manifestou publicamente seu desagrado pela concessão ao MST, na Bélgica, do prêmio Rei Balduino para

o Desenvolvimento. O governo colocou os espões da ABIN, Agência Brasileira de Informação, o SNI de Fernando Henrique, para investigar o movimento e, em março, divulgou o resultado dessas investigações, documento que está na origem da lenda espalhada pela imprensa de que os partidos de oposição, sem bandeiras contra FHC, estariam navegando na popularidade que a marcha alcançou.

A arrogância do governo impediu-o de enxergar aquilo que já é transparente para a sociedade - o latifúndio, como a escravidão há cem anos, morreu de velho. Por isso, o governo tentou acuar o MST. Mas as ameaças não tiveram efeito. O movimento não se deteve por elas, a moral dos marchantes não caiu, e a opinião pública não se deixou amedrontar pelas bravatas do Palácio do Planalto e seus acólitos, como uma pesquisa de opinião encomendada pelo governo mostrou em dezembro de 1996. Feita em sete capitais brasileiras, ela revelou um amplo apoio à reforma agrária e aos métodos dos sem-terra.

Em março de 1997, os jornais

O economicismo agrário subordina a divisão das terras às necessidades da modernização capitalista

divulgaram o resultado de outra sondagem, feita pelo Ibope para a Confederação Nacional da Indústria, confirmando aquilo que o governo já sabia mas tentava tergi-versar: a exigência de reforma agrária não é só do MST, mas de toda a sociedade. A ocupação de terras foi aprovada como importante instrumento de luta por 85% dos entrevistados, e 74% consideraram a política de ocupações como importante para chamar a atenção; 94% disseram que o MST deve lutar pela reforma agrária; 77% consideraram o MST como um movimento legítimo; e 88% pensam que o governo deve confiscar as terras improdutivas e distribuí-las.

O ministro Raul Jungmann passou o recibo, não para sinalizar uma mudança do governo em relação ao MST - que não houve - mas para convencer a sociedade do "reformismo" oficial: alguns dias depois da divulgação destes dados, o ministro foi ao interior da Bahia desapropriar uma fazenda do Banco Econômico. No ato, Jungmann, acredite quem quiser,

parecia um líder do MST: falou da carroceria de um caminhão velho, puxou o slogan "reforma agrária já", e disse que sua carteirinha de militante na causa do trabalhador é antiga.

Apóstolos do passado, Fernando Henrique Cardoso e seu staff tentam limitar as mudanças aos aspectos essenciais para que os privilégios do latifúndio sejam mantidos. Seguem a velha artimanha oligárquica de mudar para que tudo continue como está.

No dia da marcha, Fernando Henrique Cardoso declarou que não viu a manifestação. Nem podia. Ele tem suas vistas voltadas apenas para os interesses do capital, e sua janela dá para fora do país, e não para o drama que aqui se desenrola.

Ele não viu a festa colorida de vermelho dos trabalhadores, professores, padres, bancários, funcionários públicos, estudantes, que se juntaram à caminhada camponesa pela reforma agrária e contra a política neoliberal de FHC. Mas os que olharam pela janela viram - e a capital federal, como todo o país, viu e

aplauiu - o cortejo disciplinado e alegre dos que anunciam o futuro.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

Notas

- (1) SOUZA, Octávio Tarquínio de, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Vol. 1, José Bonifácio, Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1960, p. 130.
- (2) Citado por NOGUEIRA, Marco Aurélio, *As desventuras do liberalismo - Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*, Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1984, p. 113.
- (3) PALMEIRA, Moacir, "Reforma agrária e Constituição", *Ciência Hoje*, nº. 30, setembro de 1987.
- (4) STÉDILE, João Pedro e Frei Sérgio, *A luta pela terra no Brasil*, Scritta Editorial: São Paulo, 1993, p. 30 ss.
- (5) *O Estado de S. Paulo*, 19/4/1997.
- (6) REBELO, Aldo, "O mito da improdutividade", *Folha de S. Paulo*, 19/4/1997.

o IPSUS responde tudo aquilo que você queria saber sobre seu público, mas não sabia como perguntar!

 pesquisa de opinião

 pesquisa de mídia

 avaliação de gestão

O IPSUS agradece a todos os leitores de Princípios que responderam ao questionário enviado na edição 44 da revista.

É gratificante trabalhar com uma publicação séria, coerente e que tem um público tão especial.

avaliação de eventos 

programação visual 

pesquisa de mercado 

IPSUS - Instituto de Pesquisas e Suporte Social
R. Cel. Diogo, 982 V. Mariana
CEP 01545-001 São Paulo SP
rel: (011) 953-6377 / fax: 277-0269

 **IPSUS**

Caminhos de um autoritarismo civil subalterno

Os presidentes da Câmara e do Planalto deram organicidade a um tipo de comando paralelo unificado para a institucionalização do neoliberalismo no Brasil

HAROLDO LIMA

O processo político no Brasil, nos últimos anos, vem acumulando inequívocos pressupostos de um regime político autoritário. O Executivo reduziu o Legislativo a uma assembléia homologatória. Condiciona, fustiga, pauta e desmerece o Judiciário. Pode vir a exercer todo o Poder.

A votação em primeiro turno da emenda da reeleição na Câmara e as escolhas subseqüentes dos novos presidentes das duas Casas do Congresso mostraram o alto grau de Poder, já hoje concentrado no Executivo e os métodos torpes que ele não hesita em utilizar para atingir seus objetivos.

Os militares, por razões que examinaremos, estão mantidos à distância desse autoritarismo emergente que, assim, é civil.

Tudo é feito sob o signo de uma plataforma política única – o neoliberalismo – que busca adaptar o Brasil ao tempo presente, integrando-o, subalterno, na chamada economia mundial globalizada.

O presente esboço examina caminhos que têm seguido esse autoritarismo civil subalterno.

Os primeiros seis anos da desorganização neoliberal

A primeira fase neoliberal no Brasil começou com o governo de Fernando Collor de Mello. Empossado a 15 de março de 1990, o novo governo passou a agir com um desembaraço inesperado no manejo da nova linha que aplicava. Complexo sistema de medidas foi sendo encaminhado com a maior desenvoltura, revelando estar a equipe governamental executando uma política previamente traçada. O discurso era o da “modernidade” e nele estavam a redução do Estado, o fim de subsídios, a plenitude das leis do mercado, as privatizações, a flexibilização dos direitos sociais; tudo dentro de um plano encabeçado pelo combate à inflação – o Plano Brasil Novo – desencadeado no próprio dia da posse do Presidente, com a edição de 20 Medidas Provisórias, confisco de poupanças populares e decretos que extinguíram órgãos diversos, inclusive de educação e cultura. O ideário era idêntico ao já aplicado no México, Argentina, Chile, Leste europeu. A matriz era a mesma: o planejamen-

to neoliberal definido no Consenso de Washington.⁽¹⁾

O governo de Itamar significou um breve interregno nesse processo. Deu passos nessa direção mas conteve-se, tolhido por preocupações nacionais, cuidados com os direitos sociais e zelo moral no trato das coisas públicas. O Plano Real, por ele apresentado, em dezembro de 1993, conseguiu baixar e controlar a inflação.

A partir de 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal para o Brasil retoma o ímpeto da época de Collor. As primeiras e mais importantes medidas do novo governo visaram acabar com o monopólio estatal do petróleo e o das telecomunicações, abrir à exploração estrangeira o subsolo brasileiro, a navegação de cabotagem e os serviços de gás encanado. O trabalho foi desregulamentado e o emprego temporário introduzido. As prioridades da campanha eleitoral de Fernando Henrique – reforma tributária, previdenciária, administrativa – foram encaminhadas no sentido da negação de direitos sociais, e em seguida estagnadas, para não prejudicar a reeleição. As privatizações atingiram quase tudo das áreas siderúrgica e petroquímica, avançam pelas

áreas elétrica e de telecomunicações, e preparam-se para alcançar as sensíveis áreas mineral e petrolífera, com a venda-doação da Companhia Vale do Rio Doce e a “privatização por dentro” da Petrobrás.⁽²⁾ Com câmbio supervalorizado e os mais altos juros do mundo, o governo vem mantendo a inflação baixa e sob controle, o que lhe dá certa popularidade, apesar do desemprego crescente, das falências e concordatas numerosas, dos baixos índices do desempenho econômico do país e da precariedade de serviços sociais básicos.

Desde Fernando Collor até os dois primeiros anos de Fernando Henrique, foram seis anos de reorientação neoliberal da economia brasileira. Os prejuízos para um projeto nacional do Brasil foram significativos. As vitórias, mesmo no ângulo neoliberal, insuficientes.

O Brasil perdeu o ímpeto desenvolvimentista e apresenta um crescimento tímido e excludente. Sofreu o desmonte de partes fundamentais do Estado nacional, principalmente as relativas à produção científica e tecnológica; viu quebrada a espinha dorsal de sua economia, formada por grandes empresas estatais; foi levado a abrir sem cautelas seu mercado ao assédio internacional, o que desencadeou uma avalanche de importação e a atrofia da produção local; registra desemprego crescente, falências e concordatas de pequenas, médias e grandes empresas, decomposição dos serviços públicos, crise na segurança, inércia na questão agrária; agora, em início de ano, quando os números são computados, verificaram-se recorde no déficit da balança comercial, recorde no déficit de transações correntes, recorde na dívida externa, recorde na dívida interna; por último, o comportamen-

to moral do Governo e do Presidente da República na relação com os políticos degradou-se a nível impensável há alguns anos atrás.

Tal é o perfil sumário dos aspectos nacionais, econômicos, sociais e morais que resultaram dos seis primeiros anos do neoliberalismo no Brasil. A moeda mais ou menos estável é quase o único indicador apresentado como positivo, à custa dos mais altos juros do mundo e do câmbio sobrevalorizado.

Na ótica neoliberal, há uma vitória, digamos ideológica, conseguida nessa primeira fase: as elites assumiram o ideal da integração subalterna e acessória do país na economia global. A reeleição de Fernando Henrique – a expectativa de mais seis anos nessa direção – é a maior expressão dessa vitória.

Mas, na própria ótica neoliberal, outro é o resultado quanto ao nível concreto de transformação já alcançado. Os setores outrora monopolizados pelo Estado não foram ainda regulamentados. As “reformas”, mesmo como oficialmente defendidas, estão paralisadas. O desenvolvimento do país não foi retomado e o Mercosul realiza-se com limitações.

A primeira fase de seis anos de neoliberalismo no Brasil se completa com sensível desorganização do país e precárias realizações na área econômica, mesmo pelos paradigmas do modelo.

Os maiores apoios: elites e grande mídia

Ao fim da primeira fase de seis anos do neoliberalismo no Brasil, cujo marco foi o golpe da reeleição, a amplitude do apoio alcançado pelo dirigente desse processo – o governo fe-

deral – não é grande. Na esfera econômica esse apoio é sólido entre os banqueiros e entre os que têm se enriquecido com as privatizações e as importações. A população de baixa renda, sobrevivendo com a cesta básica de custo mais ou menos estável, também dá certo apoio ao governo, diferentemente dos trabalhadores mal remunerados, dos que vivem seu cotidiano com a ameaça do desemprego, dos que querem entrar no mercado de trabalho e não acham colocação, das camadas médias desprotegidas e sem perspectiva, dos pequenos, médios e até grandes produtores inviabilizados.

Desde a emergência do governo de Fernando Henrique percebe-se seu esforço na manutenção do apoio militante da mídia, da grande mídia, a quem o governo retribui com generosas verbas propagandísticas e concessões vantajosas para bandas de TV a cabo e telefonia celular. Já houve quem chamasse esse sistema de “midiocracia”, tamanha a articulação da mídia com o governo, uma mídia chapa-branca e um governo marqueteiro. A unidade editorial dos grandes meios de comunicação talvez seja inédita no Brasil e a linha jornalística, particularmente na TV, exagera no facciosismo de encomenda, voltado para levar a opinião pública a dar apoio ao pagador da notícia: o governo. Da grande mídia nacional, não participam dessa “midiocracia” as sempre poucas e honrosas exceções, onde tem aparecido expressivas colunas de relevo, independentes e inteligentemente elaboradas. Entretanto o sistema midiocrático continua em vigor.

De grande significado reveste-se o apoio que o governo busca no Parlamento. Após a posse do Presidente, a coligação de centro-direita da campanha eleitoral de Fernando Henrique, PSDB-PFL-PTB, terminou atraindo mais setores de centro, especialmente do PMDB, o que restringiu a área de atuação da oposição e da esquerda. Fernando Henrique, em votações im-

portantes no Parlamento, tem deixado de lado todo e qualquer escrúpulo na utilização de métodos indecorosos para conseguir votos, optando por comprá-los abertamente. As forças que têm conseguido aglutinar por esses meios são surpreendentemente grandes, transformam-se às vezes em rolo compressor. Nessa base foi quebrado o monopólio estatal do petróleo, votada a reeleição do atual Presidente da República e eleito o Presidente da Câmara, o Deputado Michel Temer, homem do governo dentro do PMDB.

Esse apoio não é amplo nem consistente, é circunstancial e temporário. A parcela popular dele participa por causa do custo da cesta básica e da esperança de emprego; a base parlamentar o respalda pelas vantagens advindas das negociações feitas e da expectativa de que os compromissos serão pagos.

Se levarmos em conta os dados atuais da economia do país, que estão a exigir, na ótica do governo, medidas antipopulares e desgastantes,⁽³⁾ poderemos compreender a pressa do governo nas decisões políticas que quer tomar, especialmente quanto à reeleição. Pressente que poderá perder a prazo curto o limitado apoio que hoje tem. Não foi por outra razão que Fernando Henrique coordenou a esbórnica da reeleição, blefando com a possibilidade de apelar para a “voz rouca das ruas”, mas não querendo nem ouvir falar em plebiscito ou referendo.

Atenção especial merece a análise do processo que está promovendo entre nós o surgimento de um autoritarismo civil subalterno.

O executivo avança no legislativo degradado

A constatação inicial de quem observa as relações atuais entre o Exe-

cutivo e o Legislativo brasileiros e a dinâmica de seus funcionamentos é de que há uma exacerbação espantosa do Executivo e uma subserviência desconcertante do Legislativo, inclusive na função de legislar.

A Constituição do país prevê que o Executivo também pode ter a iniciativa de propor leis, o que não acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. Uma certa parcela de leis aprovadas



FHC: utilização de métodos indecorosos para conseguir votos

no Congresso, oriundas do Executivo, seria, portanto, compreensível. Mas o que ocorre vai muito além disso.

A Constituição de 1988, numa frustrada tentativa de substituir o decreto-lei do regime militar por algo que não tivesse os riscos autoritários desse instrumento, resolveu criar a Medida Provisória, com imediata força de lei, inicialmente prevista para perder eficácia se dentro de 30 dias o Congresso não a votasse, e exclusivamente editada em casos de “relevância e urgência”, a juízo do Congresso. Ocorre que, desde os tempos

do Presidente Sarney, os chefes do Executivo começaram a liberalizar as edições de Medidas Provisórias, começando por reeditar aquelas que em 30 dias não fossem apreciadas pelo Congresso. Depois, passaram a emitir Medidas Provisórias fora dos critérios de “relevância e urgência”, sobre qualquer assunto, sem relevância e sem urgência. Ocorreram casos hilariantes, que demonstram o nível de arbítrio já implantado no país. Uma Medida Provisória obrigou as indústrias a aumentarem o teor de iodo no sal para evitar o escorbuto.

A situação irregular contou com a complacência do Congresso. O Executivo deu, então, um passo à frente: passou a reeditar as Medidas Provisórias caducas com modificações, pequenas ou grandes. Leis, não aprovadas pelo Legislativo, passaram a ser reeditadas pelo Presidente da República, com variações de mês a mês e, dessa forma, continuam leis. Leis mutantes... Entre 1991 e 1994, das 1.402 proposições legislativas aprovadas no Parlamento, 1.226 foram originárias do Executivo, 120 da Câmara e 56 do Senado.⁽⁴⁾

A partir de 1995, com Fernando Henrique Cardoso, isto mudou bastante, para pior. A centralização do Poder no Executivo agigantou-se e agigantou-se a subserviência da Câmara.

A edição de Medidas Provisórias, tão lesivas às prerrogativas do Parlamento, sofreu uma escalada. E dois outros fatores introduzidos na prática parlamentar mutilaram-na inteiramente: a sistemática da “urgência urgentíssima” e o fim dos fóruns democráticos de direção da Câmara.

A “urgência urgentíssima”, como prática parlamentar rotineira, anulou o trabalho das Comissões e introduziu o expediente do plenário delibe-

rar – ter de deliberar – sem prévio exame da matéria, sobre qualquer assunto. O método fulminante, que supostamente mostra agilidade da Câmara, faz com que a maioria dos deputados sejam compelidos a votar, na quase totalidade dos casos, sem o menor conhecimento do que está sendo votado. Análises minuciosas, nem pensar, já que só poderiam ser feitas em lugar adequado, nas Comissões Temáticas, e com tempo suficiente. Ademais, só tem o benefício da “urgência urgentíssima” a matéria que tiver o apoio da “base parlamentar” do governo, vale dizer, a que o governo quiser.

O fim dos fóruns democráticos e regimentais da Câmara aconteceu com a liquidação prática do Colégio de Líderes e da Mesa diretora da Casa. O Presidente da Câmara passou a deliberar política e administrativamente sozinho, definindo em caráter terminativo até sobre o que é mais importante, a pauta da Câmara, que o art. 42 do Regimento Interno manda que seja feito mensalmente ouvindo o Colégio de Líderes.

Chegou-se então a uma situação calamitosa. Foram 1.018 Medidas Provisórias editadas ou reeditadas durante o governo de FHC, em uma média de 46,3 por mês, mais de uma por dia. Foram 457 projetos de leis ordinárias e 07 projetos de leis complementares aprovados pelo Congresso nesse período, dos quais, 72,72% originários do Executivo, 19,82% de autoria de parlamentares e 1,5% de autoria do Poder Judiciário. Foram 11 Emendas Constitucionais aprovadas pelo Congresso nesses dois anos, 08 de iniciativa do Executivo e três, de iniciativa parlamentar, só foram aprovadas por abordarem matérias de interesse do Planalto.⁽⁵⁾

A Câmara tornou-se uma Casa homologatória. Faz tudo o que o Executivo quer e só faz o que o Executivo manda. Sua subserviência ao Palácio do Planalto é chocante. Parece total. Parece...

Autoritarismo civil subalterno e comando paralelo unificado

A submissão da Câmara frente ao Executivo, dramatizada nos últimos dois anos, pode ser aparente. Para começar, subserviência demasiada e incompreensível levanta dúvidas sobre a correção da análise, ainda mais quando se sabe que o Presidente da Câmara, nos dois anos em que ela foi transformada em subpoder, foi Luis Eduardo Magalhães, que não demonstra marcas de subserviência. A condução que dava aos trabalhos da Câmara indicava, ao contrário, seu viés autoritário, de resto compreensível pela educação paterna recebida. Daí porque tinha sentido a indagação que vez por outra se fazia na Câmara de por que Luis Eduardo se submetia tanto ao Planalto? De fato, era estranho. Pode ter ocorrido, nos últimos dois anos, algo que não é subserviência.

Fernando Henrique foi eleito Presidente da República com o apoio do PFL, vale dizer dos Magalhães, Antônio Carlos e Luis Eduardo, pai e filho. Luis Eduardo foi eleito Presidente da Câmara com o apoio de Fernando Henrique. Os dois presidentes, da República e da Câmara, desde que assumiram seus cargos, reconhecem o quanto cada um deve ao outro. Por outro lado, ambos embandeiraram-se do neoliberalismo, como cristãos-novos, ardorosamente.

Assim, a “harmonia” constitucional que deveria existir entre os Poderes Executivo e Legislativo foi

sendo transformada, nesses dois anos do governo de Fernando Henrique e de presidência de Luis Eduardo na Câmara, em cumplicidade política entre os presidentes dos poderes. Não é que o Planalto impunha a pauta à Câmara. É que a pauta da Câmara e atos do governo eram combinados entre os dois presidentes, o da Câmara e o da República. A unidade política entre os dois e sua relação de compadrio, de reconhecimento mútuo da força que cada um devia ao outro, a compreensão que tinham de que precisavam garantir e apressar a reorganização neoliberal do Brasil e o menosprezo aos parlamentares de seus partidos, PFL, PSDB, PMDB, PTB e outros, vistos, em geral, como fisiológicos em busca de favores; levou, ou pode ter levado, a que os dois presidentes, acometidos por uma espécie de síndrome de despotismo esclarecido, assumissem e dessem certa organicidade a um tipo de comando paralelo unificado para a institucionalização do neoliberalismo no Brasil, do qual eram eles, o seu núcleo central.

Do comando paralelo unificado, pelo que se observava, participavam um “staff” do Presidente da República (no regime militar havia o “grupo palaciano”) e um “staff” do Presidente da Câmara, seus líderes mais chegados, pelo que se presume Inocêncio de Oliveira, Michel Temer, talvez

A edição de Medidas Provisórias sofreu uma escalada e a introdução da sistemática da “urgência urgentíssima” e o fim dos fóruns democráticos de direção da Câmara mutilaram a prática parlamentar

José Aníbal. Ao lado dos participantes permanentes, seguramente existiam alguns flutuantes, chamados para assuntos específicos, dispensados em seguida, que se conformavam e até se

orgulhavam em continuar como membros “stand by” do alto comando. Como o Presidente do Senado José Sarney tem planos colidentes com os do Presidente da República, certamente era consultado para questões determinadas, mas tudo indica que não participava do comando.

O alto comando ensaiou os passos de um autoritarismo civil subalterno no país. Centralizou e coordenou os planos para a reorganização neoliberal do Brasil, escalou medidas, programou reformas, previu prazos e realizou manobras. Também fazia leis, seja pelo mecanismo das Medidas Provisórias, que dispensam o Congresso, seja pelo expediente da “urgência urgentíssima”, que contracena com o mesmo. Detinha os meios de convencimento, o controle do aparato econômico do governo e do poder político. Negociava com o patrimônio do Estado na mão. E deliberava sobre a utilização dos métodos adequados para angariar apoios e votos, acertando interesses regionais, planos políticos locais, atendimento a pleitos mais particulares, como anistia de dívidas e financiamento, isto que o vulgo irreverente chama de suborno.



O alto comando ensaiou passos de um autoritarismo civil subalterno

Curioso como, talvez por ato falho, uma ou outra declaração de algum membro permanente ou flutuante do comando flagrava a consci-

ência da força de que estavam posuídos e indicava sua existência. O Ministro Sérgio Motta disse em certo momento: “Eu e o Inocêncio formamos a aliança do mal. Nada fica na frente”.⁽⁶⁾ Sérgio Motta é do staff de Fernando Henrique e Inocêncio de Oliveira do staff de Luis Eduardo. Naturalmente eram do comando. Tudo indica que membros permanentes, talvez para a tarefa de dobrar resistências, não deixar nada à frente... Referindo-se a Jaime Lerner, governador do Paraná, só porque foi contra a reeleição, o mesmo Ministro disparou: “Vamos nos unir e destruir aquele cara”. Inocêncio, na mesma linha pontificou: “Jurisprudência tem para todos os gostos. A gente usa quando precisa”. E coroando esse festivo incomum de frases típicas Luis Eduardo, comentando os métodos empregados para a vitória da reeleição, disse: “Não sou monarquista. Mas uma oligarquia de vez em quando faz bem”.⁽⁷⁾ É evidente que todas as falas foram ditas em tom de brincadeira. É evidente...

Naturalmente que os presidentes dos Poderes Executivo e Legislativo poderiam e até deveriam se encontrar periodicamente. Mas, sob a égide da Constituição de 1988, isso seria um encontro entre presidentes de dois Poderes independentes, feito, ocasionalmente, para balizar e harmonizar os procedimentos dos Poderes que chefiam. Jamais tal encontro poderia se transformar em conciliábulo para maquinações políticas, onde eram realizados planos e controles, do Executivo e do Legislativo; jamais poderia ser o núcleo elaborador da pauta da Câmara, e por via de consequência do Senado; jamais poderia assumir o comando das operações moralmente viciadas para conseguir votos para a reeleição do atual Presidente. E também é desconfortante ficar-se sabendo que as reuniões do comando paralelo, para tratar até de campanhas eleitorais, como a da reeleição,

eram feitas nos Palácios do Planalto, Alvorada e residência oficial do Presidente da Câmara...

O comando paralelo unificado não era um órgão institucional, não exercia funções constitucionalmente previstas. Seus participantes lá não estavam como autoridades do Executivo e do Legislativo exercitando suas funções, mas como pessoas praticando funções extra-constitucionais, usando as forças que tinham, por serem autoridades constituídas.

A perda da independência do Legislativo era condição para o comando poder funcionar. O exercício pleno do Parlamento desencadeia uma sistemática própria, com análises multilaterais, discussões, incitamento do contraditório, emendas e até envolvimento popular. Prevê o funcionamento de comissões, a exposição de opiniões de minorias e, o que é muito importante, respeito ao regimento. Nada disso condiz com a perspectiva autoritária de um comando que se julgava de posse da verdade e desejava que o processo andasse a toque de caixa. Por isso a independência do Legislativo não poderia subsistir. E essa tarefa – a de liquidar com a independência da Câmara – o comando a entregou a Luis Eduardo, que a cumpriu com primor, mesclando a dura resposta com a flexibilidade para ouvir, o recurso ao regimento com o seu abandono, o fim do Colégio de Líderes com o esvaziamento das Comissões técnicas, tudo servindo ao objetivo de anestesiar a reação de parlamentares à degradação da Câmara, esvaziar protestos, transformá-los em espasmos ineficazes de insatisfeitos contumazes, muxoxos, resmungos.

A responsabilidade do Senado no esvaziamento do Legislativo precisa ser melhor avaliada. Tudo indica que foi grande. Funcionando em série com a Câmara, fica atingido por tudo que a atinja. Não parece que senado-

res tenham participado do comando unificado, salvo, talvez, como flutuantes. Porém, os protestos que lá surgiram ficaram adstritos a poucas falas. A instituição como tal não se aventurou a defender o Congresso, ferido na jugular da Câmara.

No que respeita à tramitação das Propostas de Emenda à Constituição até agora enviadas ao Congresso pelo Presidente Fernando Henrique, o Senado contracenou com o Comando uma farsa. Como Fernando Henrique tinha pressa em sancionar as mudanças constitucionais, e como se o Senado fizesse qualquer alteração, no que fora aprovado na Câmara, esta teria novamente de apreciar a matéria, ocorreu um fato desprimoroso: o Senado não fez qualquer alteração nas propostas. Não pôde fazer, suspeita-se... Diferentemente, a matéria aprovada na Câmara sobre a previdência deixou o Governo insatisfeito. Arranjaram-se as coisas de tal sorte que, nesta exclusiva questão, o Senado irá fazer mudanças, para adequar o texto ao que deseja o Governo. Isto não é "harmonia" entre Poderes. É cumplicidade.

Especial responsabilidade tem o Senado na complacência com que assistiu, e assiste, às edições e reedições numerosas e irregulares das Medidas Provisórias pela Presidência da República. Uma atitude mais enérgica para coibir tais abusos não foi tomada, nem mesmo aprovado foi o projeto de lei que trata do assunto, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 01 de dezembro de 1988, que dormita na Casa desde então, o qual poderia conter a fúria legiferante do Executivo.

E o Judiciário adverte: o Poder Executivo agiganta-se e ameaça...

O autoritarismo que ressurge na atualidade, passado tão pouco tempo do anterior, arremete-se também contra o Judiciário, que lhe poderia fixar

limites. Aqui, como no Legislativo, a particularidade é que a investida não é frontal, mas tortuosa. As ações não desembocam na desautorização explícita do Judiciário, mas consumam o atropelo prático, o desrespeito objetivo.

O poder desagregador das Medidas Provisórias faz na frente judiciária uma devastação. Começa que o rol extenso das Medidas Provisórias constrói todo um arcabouço de legalidade transitória e de transitoriedade imprecisa, que expõe o Judiciário a múltiplas e inéditas demandas. O ordenamento jurídico em permanente mutação gera enormes problemas para o exercício do Judiciário, com uma enormidade de demandas fundadas em terreno move-dido. Mas isso não é o mais grave.

Grave é a conseqüência jurídica da prática solerte da reedição, com modificações, das Medidas Provisórias não votadas pelo Legislativo. É que algumas dessas Medidas não só não foram transformadas em lei pelo Legislativo como foram consideradas ilegais pela Justiça e, mesmo assim, continuam sendo reeditadas pelo Executivo. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Romildo Bueno da Silva, em recente entrevista verberou:

"...Medidas Provisórias que o Congresso não transformou em lei e que o Supremo Tribunal Federal reputou inconstitucionais também continuam sendo reeditadas".

O desrespeito ao STF e à ordem constitucional existente é flagrante.

Os regimes autoritários, ao mesmo tempo que constroem e desrespeitam o Judiciário, procuram intervir nos Tribunais e nas Promotorias, estabelecendo relações especiais com alguns de seus membros ou pondo diretamente nos órgãos da Justiça componentes da sua grei política. Há casos em que alguns dos assim indica-

dos pautaram suas atitudes por uma linha de independência e altivez. Mas há casos contrários.

A Procuradoria Geral da República é um cargo de função estratégica, seja no sentido de coibir abusos, seja no de facilitá-los. Há pouco dois ex-Procuradores Gerais, o atual Presidente do STF Sepúlveda Pertence e Aristides Junqueira, deram mostras à Nação de como determinada conduta à frente desse cargo pode reverter em medidas saneadoras de grande alcance. Implementaram investigações policiais diversas, propuseram ações penais e civis relevantes na defesa do patrimônio público, seja contra crimes de corrupção, seja contra processos ilegítimos de privatização de empresas estatais.

De algum tempo para cá, desde que o Procurador Geral da República passou a ser Geraldo Brindeiro, esse comportamento foi suspenso. A Procuradoria já não garimpa atos ilícitos mas, ao revés, obstrui o andamento de matérias contrárias aos interesses do Executivo.

Naturalmente o autoritarismo surge de braços dados com a presunção tão comum nos déspotas que se julgam esclarecidos. A arrogância, o destempero, a impaciência ante a ousadia de quem duvida ou não se submete vai ocupando os espaços do procedimento autoritário. Assim é como se pode entender a exclamação estapafúrdia de Fernando Henrique referindo-se aos Ministros do Supremo Tribunal Federal quando estes reconheceram o direito de servidores civis ao reajuste de 28,86% concedido aos militares. Fernando Henrique definiu os membros do STF que votaram o reconhecimento pretendido como "pessoas que não pensam no Brasil". Pensar no Brasil é pensar como ele...

A relação conflituosa entre o Executivo e o Judiciário cresce com o autoritarismo. O Executivo, sob o comando de Fernando Henrique, pro-

cura manter os Tribunais sob tensão. Qualquer veleidade de independência maior é acompanhada de ameaça de uma reforma do Judiciário.

Que o Judiciário necessita de mudanças, no sentido de agilizá-lo e torná-lo mais acessível ao povo, não paira dúvida. Também não paira dúvida de que não é nessa direção que o governo de FHC quer reformar o Judiciário.

A consciência de que o autoritarismo civil subalterno em gestação procura reformar o Judiciário para submetê-lo já é discutida abertamente nos meios jurídicos. Recente reunião do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizada no Amapá, aprovou a Carta de Macapá onde ganha realce a seguinte advertência: "O crescente agigantar-se do Poder Executivo ameaça e deprime o amplo exercício das demais atividades igualmente essenciais ao funcionamento do Estado. A concentração do poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei". Em outra passagem a mesma Carta deplora "o propósito progressivamente manifesto de reduzir a importância e a influência da função judiciária na vida institucional da Nação". Na reunião estava o Presidente do STF Sepúlveda Pertence, cujo gabinete divulgou a Carta de Macapá.

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Romildo Bueno de Souza, mostrou em entrevista, dois aspectos importantes da situação que vai sendo criada, de uma parte, o aparecimento no país de um grupo que começa a agir fora dos meios institucionais e, de outra, o esbulho a que esse grupo vai submetendo o povo brasileiro, não lhe consultando sobre problemas decisivos. O Ministro Romildo assinala:

"Pensem numa nação em que todos os poderes estejam concentra-

dos num pequeno grupo de pessoas que promulga leis, promove toda a atividade necessária para manter a sociedade, fazendo obras públicas, lançando tributos, fazendo arrecadação, construindo estradas. Este mesmo grupo também julga os conflitos que surgirem, tanto entre as pessoas em geral quanto entre as pessoas e o Estado. Isto não funcionou bem ao longo da história. Esse contexto levou à tirania."

O Ministro registra sua perplexidade frente a decisões de interesse de todo o povo tomadas pelo grupo que delibera sem qualquer preocupação em consultar a vontade popular. Especificamente diz o Ministro:

"A Petrobrás foi fruto de uma campanha popular que durou décadas. Não nasceu em gabinetes de governo. Se privatizam a Petrobrás é razoável perguntar o que o povo pensa disso".

Os militares, úteis no passado, marginalizados agora

Em país há pouco saído de um autoritarismo militar, a situação dos militares merece exame, quando se cogita de autoritarismo emergente.

Não se completou totalmente a reincorporação do estamento militar no Brasil redemocratizado pós 1985. Os militares, desde então, mantêm-se afastados das lides políticas. Porém, há lides políticas partidárias, voltadas para a disputa do poder político, e há as discussões políticas gerais relacionadas com os destinos do país. Envolver setores das forças armadas, por exemplo, na disputa de um governo de Estado, ou coisas do gênero, não tem qualquer cabimento. Mas excluí-los - e eles se deixarem excluir - de uma discussão geral que envolve o futuro do país,

onde a temática da sobrevivência, soberania e defesa da Pátria é a central, parece um despropósito. É como se estivéssemos contando com forças mercenárias prontas para usar armas independente dos objetivos, nacionais ou antinacionais, adestradas para defender um gesto de engrandecimento da Pátria, ou um ato de traição.

As Forças Armadas brasileiras, pela vertente melhor de sua tradição, trilharam outro caminho. A unidade nacional sempre as orientou, pois que elas próprias surgiram para garantir essa unidade e soberania. Temas de alcance nacional não as levaram à omissão, pois que tiveram participação positiva na abolição da escravatura, na proclamação da República, no movimento antioligárquico dos "tenentes" que fizeram "os dezoito do Forte", a "Coluna Prestes" e foram até a "revolução de 30". Mais proximamente, marcou presença significativa na grande campanha "o petróleo é nosso", da qual surgiu a Petrobrás. Quando, no governo Café Filho, o todo-poderoso Secretário de Estado americano John Fortes Dulles esteve no Brasil e ousadamente fez críticas públicas ao monopólio estatal do petróleo, ouviu de imediato sonora réplica do General Lott em termos de que "a Petrobrás é intocável" o que, na época, contribuiu e muito para afastar as ameaças sobre o futuro da Petrobrás, agora reabertas, sem despertar na área militar senão silêncio profundo.

Na constituinte de 1987/88 estiveram em pauta definições sobre o papel das Forças Armadas, a concepção de defesa nacional, a eventual criação de um Ministério da Defesa, o serviço militar obrigatório ou não, etc. Os militares da ativa, e das três armas, tomaram pronta iniciativa de se apresentarem para participar da discussão. E o fizeram elaborando documentos, promovendo palestras

e atuando em debates. Ninguém protestou. Foi uma forma reconhecida como adequada de participação dos militares da ativa no debate de grandes temas políticos nacionais.

Ocorre que, passado o período constituinte, as coisas mudaram. É como se não houvesse mais debate sobre nenhum tema político de interesse nacional, como se os militares da ativa não pudessem fazer agora o que fizeram na constituinte, agregando informações, dando opiniões sobre assuntos vitais aos destinos da Pátria. Afinal esses homens preparam-se para defender a soberania nacional o tempo todo. E quando se discute se a entrega da Vale, por exemplo, é ou não um problema grave para a soberania nacional eles não têm nada a dizer? Ou não podem dizer nada?

Foi-se e vai-se criando uma espécie de tabu pelo qual as Forças Armadas não devem se posicionar politicamente sobre nada. Falar sobre problemas de interesse nacional só militares da reserva, os quais têm procurado participar, com naturais dificuldades operacionais.

Curioso é como na defesa da mudez dos militares da ativa juntam-se setores com motivações diferentes, uns da esquerda ingênua, outros das próprias forças armadas, e principalmente outros da direita não ingênua, esperta, inebriada pelo canto de sereia do mercado globalizado.

Os setores ingênuos da esquerda vêm nos militares o militarismo em germe, e não se dão conta de como os papéis das instituições dependem dos contextos onde se inserem. Uma coisa é um Exército de ocupação, outra um Exército de libertação; uma coisa são militares respaldando uma ditadura, outra é a necessidade da nacionalidade contar com os militares na defesa da soberania aviltada. Mas esses setores ingênuos da esquerda não tem radicalizado posições sobre essa questão.

Nas Forças Armadas existem

problemas, provavelmente complexos e pouco conhecidos. Uma questão se coloca: as Forças Armadas, especialmente o Exército, não enfrentaram ainda corretamente o espectro do passado recente. Não reconheceram que, independentemente de avaliações que só o tempo fará sobre o que realizaram no país enquanto estiveram no Poder, uma coisa necessita ser deplorada publica-

O autoritarismo que ressurge na atualidade arremete-se também contra o Judiciário

mente - o tratamento desumano que deram a opositores do regime. Não disseram até agora que tais tratamentos são condenados pelas Forças Armadas brasileiras, e assim não livraram ainda a cara da corporação da marca de fatos que todos sabem que aconteceram. Não se empenharam em virar essa página da história ajudando expressamente a esclarecer de vez o paradeiro de mortos e desaparecidos, como os da Guerrilha do Araguaia.

Não tendo ainda prestado contas de seu passado recente, os militares parecem sentir o peso de uma dívida não paga e se retraem. E deploram o enfraquecimento atual que sentem das Forças Armadas, no armamento, na tecnologia, no treinamento, no salário. Enfraquecimento que é consequência clara de política consciente.

Finalmente, há a direita não ingênua, esperta, firme na idéia de que os militares não podem se meter com a política, devem ser "profissionais".

A direita não tem nenhuma tradição antimilitarista no Brasil. Pelo contrário. No quadro da guerra-fria, quando os militares brasileiros assumiram a estratégia americana de que o inimigo era o soviético e de que a luta era contra o socialismo e o co-

munismo, e quando as elites conservadoras do Brasil identificavam-se com esse mesmo objetivo, longe da direita exigir mudez dos chefes militares, procurava-os para "pronunciamentos" em seu socorro. O próprio golpe de 1964 foi dado pelos militares, mas os "chefes civis" do movimento não se cansaram de ir aos quartéis pedir a intervenção castrense. Agora, as coisas mudaram, e o pano de fundo da mudança é a política geral.

Dois componentes básicos da realidade atual têm interferência direta nessa questão: o que os vencedores da guerra fria, os americanos, querem fazer com os militares latino-americanos, no contexto da nova ordem mundial que concebem, e o que resultaria para a Nação brasileira se certas concessões fossem feitas por exigência da linha política em curso.

A visão estratégica que os americanos passaram a ter na atualidade pós-guerra fria é que na América Latina não faz mais sentido a manutenção de custosas Forças Armadas posto que, após a debacle da URSS, deixou de existir inimigo estratégico. Asseveram ser remota a necessidade de um confronto, podendo a América Latina ficar tranqüila pois poderá contar, nessa hipótese, com a retaguarda militar poderosa dos americanos! E dizem isso sem corar! Assim, ao invés de manterem Forças Armadas caras e desnecessárias, deveriam os países latino-americanos transformar seus contingentes militares em "forças especiais para o combate ao narcotráfico", para enfrentar o suposto problema capital do momento. Documentação americana recente menciona o Brasil e a Argentina como países onde os militares têm resistido a essa nova concepção. A menção à Argentina indica que o documento pode estar superado...

A integração subalterna do Brasil na economia mundial é a forma que tem assumido no Brasil a política neoliberal de Fernando Collor a

Fernando Henrique, com os resultados já sinalizados no perfil sumário acima apresentado quando falamos dos seis anos da desorganização neoliberal no país.

Mas, de permeio com o estoque de problemas que jogaram sobre o país, vem toda uma outra gama de posições políticas tidas como exigências da “modernidade”, como a “soberania limitada”, o “direito de ingerência”, a “internacionalização da Amazônia”, a entrega do subsolo mineral do país ao capital estrangeiro, a venda-doação da Cia. Vale do Rio Doce, a “privatização por dentro” da Petrobrás. Tudo isto, além das imposições já aceitas quanto a patentes, abertura aos estrangeiros da navegação de cabotagem, telecomunicações e outras, compõem um quadro no qual o projeto nacional de um Brasil soberano, cede lugar a outro projeto, o de um país subalterno, vitimado pela voracidade do dólar, ocupado pelas grandes empresas estrangeiras, exportador de minérios que já não controla e de produtos agrícolas sobretaxados, importador de mercadorias de alto valor agregado, com direitos sociais esvaziados, participante passivo da economia mundial globalizada.

Essa situação, inteiramente diversa da época da guerra-fria, faz surgir uma contradição que não havia, entre as elites de direita e as Forças Armadas. Estas, sob pena de negarem toda sua razão de ser e toda sua identidade histórica, não podem apoiar, nem o projeto de Nação subalterna em curso, nem o seu próprio fim e transformação em força de combate ao narcotráfico. De outra parte, as elites de direita no poder, mancomunadas com o capital alienígena, principalmente americano, apoiam essas teses e empenham-se por levá-las à prática. Daí porque essa direita, hoje, ao contrário de ontem, contundentemente defende a não interferência das Forças Armadas na política, sua

“profissionalização” e mudez.

Entende-se assim porque há um manifesto interesse, nas hostes de direita e nos setores que impulsionam as medidas neoliberais no Brasil, em manter afastados os militares das discussões e decisões políticas que interferem nos destinos do País. O que não se entende é como a oficialidade tem acatado tal diretriz, abdicando de participar dos grandes embates onde a soberania nacional é o centro da questão, e onde a própria integridade do país está em causa.

O autoritarismo civil subalterno que emerge faz tudo para esconder as contradições políticas que hoje têm com as Forças Armadas. Utiliza o ideal do “profissionalismo militar” - de resto já existente no Brasil - como ardil para manter emudecida a opinião dos militares sobre as questões do rumo do país. E os militares da ativa não parecem estar à procura dos meios adequados e democráticos de participação na discussão das questões políticas relacionadas com o futuro do Brasil. Pelo menos por enquanto.

Programada a reeleição, nova fase se inicia

Depois da tramóia da reeleição o governo prepara-se para enfrentar a segunda fase neoliberal de seis anos que agora começa.

De saída, nos episódios parlamentares subsequentes à “reeleição”, eleições das Mesas da Câmara e do Senado e formação de blo-

cos partidários, o governo deu uma demonstração rara de interferência desabusada no Legislativo, agora, não para intrometer-se apenas em assuntos políticos centrais, mas para imiscuir-se em questões escomezinhas da vida interna dos congressistas.

A memória das últimas décadas, conforme protesto do deputado Prisco Viana, registra três casos ocorridos no regime militar que lembram a atual situação. Em

1965, o presidente Castelo Branco jogou suas cartas na eleição de Bilac Pinto à Presidência da Câmara, contra a candidatura de Ranieri Mazzilli, que tentava sua sétima reeleição.

Em 1977, Herbert Levy (Arena) lançou-se na disputa contra o candidato oficial do presidente Ernesto Geisel, o então deputado Marco Maciel (Arena), hoje vice-Presidente. Geisel mandou um recado ao deputado Herbert Levy através do deputado José Bonifácio: “em regime revolucionário, presidente não perde eleição”. No dia seguinte, Herbert Levy retirou sua candidatura.

Em 1981, Figueiredo mobilizou ministros e governadores para ocuparem o plenário da Câmara e garantirem a eleição do deputado Nelson Marchesan (PDS), que disputava a Presidência da Câmara com o deputado Djalma Marinho.

Com Fernando Henrique, o início dos trabalhos legislativos de 1997 sofreu uma ostensiva e humilhante intervenção. O Presidente apoiou Antônio Carlos Magalhães para a Presidência do Senado, contra um candidato que não era da oposição, ante a ameaça dos Magalhães

Há um manifesto interesse na direita e nos setores que impulsionam as medidas neoliberais em manter afastados os militares das discussões e decisões políticas que interferem nos destinos do País

de que não fosse Antônio Carlos eleito não passaria a reeleição no segundo turno na Câmara. Em seguida, declarou apoio a um dos candidatos à Presidência da Câmara, divulgando ser uma questão de honra para ele a eleição de tal candidato, Michel Temer. Posteriormente, quando o partido do Presidente, o PSDB, e o PTB, decidiram, por unanimidade de suas bancadas, formar um bloco - no que foi contrariado o PFL, que até então formara um bloco com o próprio PTB - o Presidente pessoalmente repeliu a intenção dos dois partidos e proibiu a formação do bloco.

O autoritarismo emergente seguramente irá buscar outra forma para manter sob total controle o Legislativo, posto que o comando paralelo unificado, baseado na dobradinha Fernando Henrique - Luis Eduardo já não conta com o segundo na Câmara. A presença de Antônio Carlos à frente do Senado é um fator complicador: se não participa do comando não aceita suas determinações; se participa, tumultua seu funcionamento, pela relação de unidade contraditória que mantém com Fernando Henrique. Fortalecido no cenário político do momento, ACM não tem disposição de aceitar papel caudatário nem na aparência.

A marcha autoritária em curso tem sua dinâmica. Confronta-se com todos os setores que lhe podem atrapalhar. Já vimos o tratamento que está sendo dado ao Legislativo, ao Judiciário, às Forças Armadas. Na alça de mira do autoritarismo civil subalterno começa a aparecer cada vez com mais frequência a Igreja Católica. As críticas desferidas por expressivas figuras como D. Paulo Evaristo Arns e D. Lucas Moreira Neves à rendição de FHC ao neoliberalismo são tratadas com desrespeito e escárnio pelo próprio Presidente da República, que chegou ao ponto de ir reclamar ao Papa, durante sua viagem à Itália, do apoio da Igreja Católica brasileira à Reforma Agrária e aos Sem-Terra.

Intelectuais de prestígio como Aziz Ab' Saber, ex-presidente da SBPC, Octávio Ianni, Modesto Carvalhosa, Paulo Singer e outros, além de alguns com laços de amizade com o Presidente, como Arthur Gianotti, ocupam cada vez maiores espaços na imprensa com artigos críticos à política implementada por seu governo. Gianotti inclusive, tido como um dos melhores amigos de Fernando Henrique Cardoso, fez duras críticas aos métodos utilizados pelo Presidente para aprovar a reeleição, apontando os riscos de vivermos um "despotismo esclarecido".

As primeiras medidas econômicas da nova fase pós reeleição são cruciais: a privatização-doação da Companhia Vale do Rio Doce, um crime de lesa Pátria, e a regulamentação entreguista do setor do petróleo, em benefício das multinacionais e em detrimento da Petrobrás. Em ambas o Governo mostra o caráter subalterno de seu autoritarismo civil, sua subordinação ao grande capital, principalmente estrangeiro, que se move para incorporar como peça acessória o mercado brasileiro. Porta-se como representante servil desses grandes interesses, para os quais prepara vergonhosa e açodadamente a entrega da empresa que domina as entranhas minerais do Brasil, a Vale, e o desmonte da maior e mais estratégica estatal brasileira, a Petrobrás. No caminho dessas doações, chamadas de privatizações, o Governo não tem o menor escrúpulo em forjar, adulterar e omitir informações, sempre com o propósito de reduzir o valor das empresas brasileiras, na malsinada linha que pratica de desmerecer de tudo que é do Brasil. Na chamada privatização da Vale, a desfaçatez governamental chega a níveis elevados, afrontando a inteligência dos brasileiros, sem explicar nada do que os setores mais conscientes da sociedade exigem, arrumando cifras e argumentos para que a Vale seja vendida à Anglo American por preços e

condições estabelecidas por uma servil da Anglo American, a Merrill Lynch Consultoria.

Como não há ação sem reação em sentido contrário, adensam-se os fatores que podem desencadear reação popular expressiva. Desempregados quebram com a mão o carro do prefeito carlista, de Salvador, com ele dentro - o que só se explica num quadro de desespero. Na Câmara Federal formaliza-se pela primeira vez a criação de um bloco de oposição com PT, PDT e PC do B. O PSB a ele vai se agregar. O Movimento Sem Terra e todos os que lutam pela terra realizam impressionante marcha sobre Brasília, partindo de diversos locais distantes do país, num portentoso grito pela reforma agrária que também é grito pelo emprego, por desenvolvimento, por direitos sociais, por liberdade e pelo Brasil. O autoritarismo civil subalterno terá sua resposta.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PC do B/BA

Notas

- (1) Programa de ajuste econômico determinado pelo Banco Mundial e pelo FMI a ser aplicado pelos países de terceiro mundo a partir de 1993.
- (2) "Privatização por dentro" foi a expressão usada pelo relator da lei reguladora da área petrolífera, Dep. Eliseu Resende, referindo-se à sua proposta.
- (3) Ver "Condicionantes econômicos da reeleição", do mesmo autor, publicado na revista *Princípios* nº 44.
- (4) Almanaque Abril, 1994, CD-ROM.
- (5) Boletim do DIAP, edição especial, "Dois anos do Congresso na era FHC", janeiro de 1997.
- (6) Jornal *Folha de S. Paulo* de 09/02/97, dinheiro 2, pg 11.
- (7) Diversos jornais vincularam essas declarações. Ver *Folha de S. Paulo* 5/2/97.

Forças Armadas, poder naval e soberania nacional

As Forças Armadas que necessitamos devem estar ligadas a um projeto nacional e aos interesses geopolíticos legítimos de nossa Pátria⁽¹⁾

ALDO REBELO

Não há uma definição universal para o papel das Forças Armadas. A função e a missão dos aparatos militares sempre estiveram ligadas à natureza e objetivos das sociedades, correntes ou classes sociais que lhes deram origem. A Falange Grega, a Legião Romana, o Exército de Cidades de Napoleão Bonaparte, a Wehrmacht de Hitler, o Exército Vermelho soviético, os Boinas Verdes ou os destacamentos guerrilheiros de Ho Chi Minh são exemplos de corpos armados que cumpriram distintos papéis em diferentes épocas.

Os estados modernos instituíram as Forças Armadas permanentes e procuraram dar-lhes funções compatíveis com objetivos previamente identificados e definidos. Assim se compreende por que uma nação poderosa como os Estados Unidos define para suas Forças Armadas a missão de defender os interesses do império norte-americano por todos os mares e continentes, distribuindo neles frotas, bases e tropas como símbolo de seu poder global.

O Brasil não é uma nação imperialista. Não está interessado em subjugar nações mais frágeis nem em submeter povos a seu domínio. Isso não significa, porém, que não tenha interesses a defender. Ao contrário, se quiser preservar sua independên-

cia, proteger seu povo e resguardar seu patrimônio terá de levar em conta o que diziam os romanos: *“si vis pacem, para bellum – se queres a paz prepara a guerra”*.

As Forças Armadas que necessitamos devem estar ligadas a um projeto nacional, às aspirações nacionais permanentes e aos interesses geopolíticos legítimos de nossa Pátria. Queremos construir em bases sólidas a independência nacional? Desejamos o desenvolvimento econômico como base fundamental para a democratização verdadeira e duradoura do país e para a elevação do bem-estar material e espiritual da população? Eis, portanto, por que precisamos de Forças Armadas.

Dois traços comuns e permanentes marcam a trajetória das lutas sociais do Brasil desde o período colonial: a busca da liberdade e o anseio pela independência nacional. As guerras contra a ocupação holandesa no Nordeste, a Inconfidência Mineira, as jornadas pelo fim da dominação portuguesa, a campanha contra a escravidão, a proclamação e consolidação da República, a marcha dos tenentes e a defesa da industrialização do país são episódios nos quais esses traços comuns estão presentes. Possuído desses sentimentos, o povo brasileiro construiu um

país vigoroso, pleno de energias materiais e espirituais. Comungamos a mesma língua e cultura; por aqui formou-se uma etnia nova, predominantemente mestiça, apta a construir uma experiência exemplar para o mundo, de tolerância e equilíbrio.

A abundância de terras, água e minérios; o relevo e o clima favoráveis; e a riqueza da biodiversidade só podem encher de orgulho e otimismo os que aqui nascem, vivem e lutam. Com o seu trabalho o povo ergueu cidades e metrópoles, erigiu um poderoso parque industrial, multiplicou os campos cultivados. A criatividade popular é exemplar nas artes e nos esportes.

Mas a caminhada rumo ao progresso social é permeada de dificuldades. A independência arrancada aos portugueses logo se viu constrangida pelas artimanhas e pressões de potências internacionais, hábeis na manipulação de cordéis que nos atam a uma dependência crônica de mercados, capitais e tecnologia importados.

Quase que excluído do processo decisório, o povo foi submetido a uma brutal marginalização social, que persiste como uma nódoa a diferenciar a imensa maioria pobre e carente em nosso país. País rico, onde a maioria dos seus filhos vive desamparada dos direitos elementares.

Sem independência nacional plena, a democracia não passa de pantomima encenada para encobrir o saque ao país e empurrar a massa da população para os grotões da miséria mais nefanda. Mesmo a soberania jurídica e a autonomia administrativa, pressupostos da existência dos estados nacionais, são solapadas por decisões de organismos internacionais, aplicadas sem consulta ao povo e por simples homologação do Congresso Nacional. Vivemos hoje o ressurgimento do princípio da extra-territorialidade, criado pelos impérios para estender suas leis aos domínios coloniais.

Como agravante, pode-se acrescentar que na dominação colonial a presença física do colonizador, nas figuras de seus governantes, militares e juízes nomeados, pelo menos deixava evidente a presença do ocupante. Hoje, o representante do colonizador muitas vezes fala nossa língua, confunde-se com os nossos e jura defender nossos interesses.

Qualquer oficial esclarecido sabe que dadas as condições de combate, o elemento decisivo é o homem. Agora perguntamos: que tipo de força se constitui com homens mal formados pela subnutrição e embotados pela ignorância? Como não ligar as Forças Armadas ao bem-estar do povo, fonte primária de sua existência?

Sem soberania, um estado não passa de mera referência geográfica. Sem capacidade militar, nenhum estado é razoavelmente soberano. E sem estar profundamente ligada a seu povo, nenhuma força armada dos países do Terceiro Mundo é capaz de alcançar a coesão, unidade, disciplina e apoio indispensáveis à garantia da soberania nacional.

Se é verdadeiro que o golpismo, o caudilhismo e o partidarismo que envolveram as Forças Armadas na América Latina são experiências condenáveis, tais fatos não podem ser usados como pretexto para excluir os militares da reflexão sobre os rumos do Brasil. Trabalhadores, empresários nacio-

nais, professores, engenheiros, militares, todos devem contribuir para o debate dos mais sentidos interesses da Pátria. A disciplina, hierarquia e subordinação das Forças Armadas aos pode-

Sem soberania, um Estado não passa de mera referência geográfica. Sem capacidade militar, nenhum Estado é razoavelmente soberano

res constituídos devem ser preservadas, mas não utilizadas como razão para excluir e discriminar brasileiros da discussão sobre os destinos de seu país.

Persuasão e coação: a estratégia americana

Nos anos da Guerra Fria, o Brasil desempenhou a função de força coadjuvante, figura secundária no conflito entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Foi coisa errada, que nos prejudicou, contrariando o pragmatismo definido por Graciliano Ramos, por seu personagem Paulo Honório, segundo quem na vida há coisas erradas que dão lucro e coisas certas que dão prejuízo. O regime sustentado pelos militares distanciou-os crescentemente de setores populares e médios da sociedade.

Ao fazer uma análise do período da Guerra Fria, o *Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Defesa dos Estados Unidos* reconhece que, “em termos de prioridades, a região (América Latina) parecia ser, na pior das hipóteses, uma distração cheia de problemas e irrelevante – e, na melhor das hipóteses, uma arena em que seriam travadas batalhas ocasionais da luta bem mais importante

entre o Leste e o Ocidente”. Por fim, o documento divulgado pela *Subsecretaria de Defesa para Assuntos Interamericanos* assume que, de fato, naquele período “a América Latina jamais foi tão insignificante para os Estados Unidos apesar das aparências”.

Para falar da estratégia americana, deixemos a palavra com o ex-Secretário de Estado, Warren Christopher em artigo publicado na revista *Foreign Policy*, em 1995:

“A liderança norte americana exige que apoiemos uma diplomacia persistente com a ameaça real de força e que atuemos sozinhos quando for necessário defender nossos interesses (...). E quando resolvermos enviar tropas para o exterior, nós as enviaremos em uma missão definida e com os meios necessários para o triunfo (...)”.

“Começaremos a implementar a Rodada Uruguaia e a assegurar que a OMC (Organização Mundial de Comércio) proteja as normas e disciplinas do sistema global de livre comércio – de maneira justa e transparente – e, ao mesmo tempo, respeite as leis e interesses dos Estados Unidos”.

Passemos agora ao que diz na mesma publicação o senador Bob Dole, do Kansas, líder do Partido Republicano no Senado, à época candidato a Presidência dos Estados Unidos:

“A nova ordem mundial – seja lá o que isso pretendia ser – rapidamente se transformou em uma nova desordem mundial; ao invés do fortalecimento da segurança coletiva, da melhoria das organizações internacionais e de uma nova parceria entre as nações, houve a propagação de conflitos étnicos e religiosos violentos, a proliferação de armas de destruição em massa, da agressão internacional e da guerra civil (...)”.

“Os Estados Unidos, como única potência mundial, precisam liderar. A

Europa – seja como estados individuais ou coletivamente – não pode. China, Rússia, Índia, Brasil e Japão são potências regionais importantes, e alguns podem ser ameaças regionais potenciais (...).”

“Os Estados Unidos precisam examinar sua preparação militar, tanto a curto quanto a longo prazo. Precisamos ter a habilidade não só de lutar e vencer hoje; precisamos estar constantemente preparados para lutar e vencer guerras futuras (...).”

Para os Estados Unidos, o mundo não mudou, ou, se mudou, foi para melhor prover os meios necessários à sua expansão e a consolidação de seu poder. É justamente a este propósito que serve o discurso dirigido para reorientar o papel das Forças Armadas do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina.

A retórica sustentada por nossos poderosos irmãos do Norte ensina que no pós Guerra Fria as Forças Armadas tradicionais tornaram-se obsoletas, carecem de assumir novas funções, agora voltadas para o combate ao narcotráfico, à defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e para a contenção dos fluxos migratórios dos pobres do Terceiro Mundo. Quem sabe, no futuro, transformadas em gigantescas ONGs controladas por algum centro no exterior. O raciocínio é coerente, já que julgavam nossas tropas simples reserva para combate ao inimigo soviético desaparecido.

Os EUA, antigos promotores de golpes de estado, intervenções armadas para depor governos civis legitimamente eleitos e divulgadores de técnicas de tortura no Terceiro Mundo, convertem-se hoje em defensores dos processos de democratização da América Latina. Verdade, verdade, não defendem democracia nenhuma, apenas dão sustentação aos governos neoliberais que importaram a retração econômica lá existente, provocando em seus países desemprego e déficits monu-

mentais nas balanças comerciais.

Se saldo em balança comercial tem a ver com assuntos militares, vejamos a explicação no relatório do *Simpósio Latino Americano de Estratégia*, promovido pelo Comando Sul dos Estados Unidos em 1996:

“A América Latina é de vital importância econômica para os Estados Unidos. As exportações estadunidenses para a América Latina e o Caribe equivalem, praticamente, às dirigidas à União Européia. Na década de 90, as exportações para a região subiram em 36 bilhões de dólares enquanto que durante o mesmo período as exportações dos Estados Unidos para a União Européia, Japão e China só evoluíram em 12 bilhões de dólares”.

Essas exportações renderam aos norte-americanos, em apenas dois anos, 5,2 milhões de novos empregos (Warren Christopher, 1995) e devem ter subtraído a mesma quantidade só da Argentina e do Brasil.

Eis por que, senhores, os Estados Unidos são tão gratos aos “democratas” do lado de cá do Rio Grande. Eis também por que, passada a Guerra Fria, tornaram-se incômodas as organizações militares de forte tradição nacionalista, embora anticomunista. Já que o “perigo vermelho” não está tão presente, o “perigo nacionalista” deve ser sufocado.

O palavreado “democratizador”, porém, não pode ser enfrentado com a negação da democracia. Devemos, isto sim, retirar da democracia o manto etéreo que nela vestiram os falsos democratas, e cobri-la com as exigências concretas de nosso povo. Alimentar, vestir, educar, dar moradia e saúde a milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, são também desafios democráticos concretos que

passam ao largo do democratismo limitado dos autores dos planos de estabilização que restringem esses direitos básicos da população do Terceiro Mundo. Aos defensores de fachada dos direitos humanos, devemos responder que também somos democratas, mas de fato, e que um dos direitos, para nós fundamental, é o direito à independência, pelo qual estaremos dispostos a sacrificar a vida, de todos os direitos, o mais sagrado.

Em busca de um novo equilíbrio

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, dizia o poeta. Desarticulada a União Soviética, propalou-se o fim da Guerra Fria e de todas as guerras. Houve quem pretendesse ver no episódio o próprio fim da História. Os que anunciam o fim das guerras devam guardar ao menos uma certa coerência entre intenção e gesto.

Em artigo de capa de março último, intitulado “A nova revolução militar americana”, a prestigiada revista inglesa *The Economist* divulga as transformações em curso na doutrina e na tecnologia militar dos Estados Unidos. Ali, nada indica o arrefecimento do potencial bélico americano, nem suas intenções são omitidas: “Essa revolução oferece aos Estados Unidos uma nova base de liderança em

Passada a Guerra Fria tornaram-se incômodas as organizações militares de forte tradição nacionalista

coalisões. Estaremos numa posição muito melhor para moldar o mundo, em vez de reagir a ele, do que em qualquer outro período desde a se-

gunda guerra mundial”, argumenta o almirante William Owens, até recentemente vice-presidente dos chefes dos Estados Maiores dos EUA. A revolução prometida implica em três mudanças prioritárias, compreendendo: o acúmulo de recursos de inteligência; o processamento de informações; e os

ataques de precisão de longo alcance.

Os ventos que sopram da Europa, em certa medida, contestam o equilíbrio baseado na preponderância americana da era da Guerra Fria. Nenhum protesto foi capaz de impedir que a França realizasse os testes nucleares no atol de Mururoa e conservasse a paridade em grau abaixo com o super poder nuclear dos Estados Unidos e da Rússia. Na Europa, discute-se ainda a constituição de uma aliança continental como esquema de segurança prioritário e alternativo à OTAN.

Na Ásia, estudos norte-americanos apontam a expansão do poderio de fogo da China, enquanto o intelectual e membro da Dieta japonesa, Shintaro Ishihara, proclama o direito do Japão de infestar os oceanos de mini-submarinos equipados com seus poderosos *chips* para afrontar o poderio dos Estados Unidos.

Pelo que vemos, o *status* de potência militar única desfrutado atualmente pelos EUA, espécie de Roma entronizada no topo do universo depois da destruição de Cartago, não durará eternamente. A circunstância, portanto, não recomenda alinhamentos automáticos, nem econômicos nem militares. O Brasil poderia buscar o entendimento sem auto-limitação com seus parceiros da América Latina, particularmente do Mercosul, e em escala mundial manter intercâmbios à base de reciprocidade com todos aqueles, inclusive os EUA, que desejem cooperar em matéria econômica, tecnológica, e também militar.

Esclareço aqui que não me move qualquer espécie de anti-americanismo gratuito. Tenho pela história do povo norte-americano a mais profunda admiração. Ocorre que os Estados Unidos, nos dias atuais, pretendem man-

ter sobre nosso continente uma ingerência não reivindicada e descabida.

E quanto a isso não deixa dúvidas o já citado documento do *Instituto para Estudos Estratégicos da Universidade de Defesa de Washington*,



"Privatizações como a da Cia Vale do Rio Doce tiram dos governos poder de negociação e capacidade de empreender políticas desenvolvimentistas"

denominado *Aprimoramento dos Interesses dos Estados Unidos na América Latina*:

"num sentido estratégico, o hemisfério ocidental é a área lógica em que os Estados Unidos podem atuar para aumentar significativamente sua base geoeconômica, de modo a enfrentar o desafio competitivo representado por uma Comunidade Européia expandida, pelo Japão e por outras economias dinâmicas do leste da Ásia".

A arrogância tem ao menos a virtude de exprimir com clareza as idéias. Os Estados Unidos têm um projeto e nós somos parte dele como base geoeconômica. Só falta transformar em lei e aprovar no Congresso Nacional. Projetos, portanto, há, senhores, cabe escolher entre o deles e o nosso.

Conseqüências da globalização passiva

A divisão internacional do trabalho, forjada e conduzida pelos países

imperialistas, cava mais fundo o abismo que separa as nações ricas das pobres e torna mais difícil o acesso dos povos do Terceiro Mundo ao desenvolvimento e ao progresso social. Estudos recentes da ONU informam que

358 bilionários do planeta detêm em suas mãos a riqueza correspondente a países que abrigam 2,5 bilhões de pessoas, ou seja, quase a metade da população mundial. Por outro lado, do total de US\$ 23 trilhões que representam a soma dos produtos nacionais, apenas US\$ 5 trilhões ficam nos países que concentram 80% dos mo-

doadores do planeta, enquanto 78% (US\$ 18 trilhões) da renda estão nos países considerados ricos. A modernização conservadora e excludente promovida pelos países ricos concentra os benefícios das conquistas tecnológicas em suas próprias fronteiras (embora aí também haja uma diferenciação crescente entre pobres e ricos) e espalha o horror do atraso e da marginalização social pelo Terceiro Mundo, exceção feita a um reduzido grupo social que consegue engatar seus interesses aos da globalização financeira.

O renomado especialista em assuntos econômicos e professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology), Lester Thurow, em seu livro *Cabeça a Cabeça - A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos* aponta as causas do declínio de uns e da ascensão de outros:

"Peçam ao Japão, à Alemanha e aos Estados Unidos para listar as indústrias que consideram necessárias para proporcionar aos seus cidadãos um padrão de vida mundial na primeira

metade do século XXI, e eles apresentarão listas muito parecidas – microeletrônica, biotecnologia, as indústrias de novos materiais científicos, telecomunicação, aviação civil, robótica e máquinas-ferramentas, e computadores mais software”.

A nossa lista é outra. Tome-se a Lei de Patentes, a Zona Franca de Manaus, adicione-se o desmantelamento de nossa legislação sobre informática e a ausência de política industrial, e tem-se a dinamite que arrancou os trilhos que nos conduziram, no mínimo, a um modesto lugar na indústria do futuro. Sem isso, o que nos resta é pagar juros, adquirir um computador por US\$ 4 mil, ao custo de duzentas toneladas de cana-de-açúcar (20 reais a tonelada).

O monopólio da ciência e da tecnologia faz dos países ricos exportadores de mercadorias de alto valor agregado, enquanto o Terceiro Mundo entrega seus produtos agrícolas e minérios a preços cada vez mais aviltados. O binômio desregulamentação/privatização é o anteparo ideológico para forçar a abertura dos mercados e a venda de empresas estatais no Terceiro Mundo em benefício do Primeiro. O desmantelamento do campo científico e tecnológico é o canto do cisne para a possibilidade de acesso aos novos processos industriais por parte

dos países em desenvolvimento. Os programas de estabilização transformam países como o Brasil em economias programadas para não crescer. Âncoras cambiais e brutal endividamento externo inibem os fatores de desenvolvimento e obrigam os governos a restringir, cada vez mais, as despesas do Estado em função do

equilíbrio financeiro.

Privatizações como a da Companhia Vale do Rio Doce tiram dos governos poder de negociação e capacidade de empreender políticas desenvolvimentistas. Deve-se levar em conta que, em economias descapitalizadas, privatização é sinônimo de desnacionalização, fazendo com que os governos percam as alavancas indutoras de políticas industriais e se transformem numa espécie de prefeituras federais aparelhadas, quando muito, para recolher tributos e financiar precariamente os serviços básicos das populações.

Implicações da globalização no terreno militar

Desde que o exército prussiano impôs aos franceses a derrota de 1870, o fator infra-estrutura definiu-se como essencial nas estratégias de guerra. Foi a base científica, tecnológica e industrial que permitiu à Alemanha, União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra o papel de contendores definitivos na Segunda Grande Guerra. Na ausência da guerra ou na preparação dela, torna-se fundamental cercar aos potenciais inimigos o desenvolvimento de sua retaguarda material e dificultar-lhes a liberdade e o uso do conhecimento, não havendo aí

muita distinção entre finalidade econômica ou bélica.

É ainda Lester Thurow quem nos ensina:

“Tanto na Alemanha quanto no Japão, as estratégias econômicas foram elementos importantes nas estratégias militares para preservar a sua independência po-

lítica. Os governos desdobravam-se para que a chama da combustão econômica não se extinguísse. Tinham que mantê-la intensa para que as lacunas econômicas e, conseqüentemente, as lacunas militares entre eles e seus inimigos potenciais pudessem ser preenchidas no menor espaço de tempo possível. Nessas circunstâncias, não surpreende que as empresas fossem organizadas em moldes militares ou que desaparecesse a linha divisória entre o que era público e o que era privado. Governo e indústria tinham que trabalhar juntos para traçar as estratégias econômicas nacionais necessárias à independência nacional. No sentido muito real, as empresas tornaram-se a linha de frente da defesa nacional. As estratégias militares e as estratégias econômicas achavam-se de tal forma entrelaçadas que era impossível separar umas das outras”.

Lester Thurow é editorialista da revista Newsweek e membro do conselho editorial do The New York Times. Não resta dúvida de que seja um patriota norte-americano, e por esta razão tenha excluído os Estados Unidos da apreciação em que envolveu a Alemanha e o Japão. Mas nós poderíamos acrescentar por conta própria que também nos Estados Unidos, o complexo industrial militar é quase sinônimo do Estado norte-americano. Em seu último livro o célebre astrofísico Carl Sagan informa que pelo menos metade dos cientistas do mundo dedica parte de seu tempo a pesquisas militares. Duvido que tenha chegado a essa conclusão sem tomar como base os números de seu próprio país, os Estados Unidos da América.

O bloqueio às chamadas tecnologias sensíveis, a chantagem para a subscrição de tratados restritivos (Tlatelolco) e as restrições orçamentárias ditadas pelo FMI e Banco Mundial constituem mecanismos de implicação da globalização neoliberal na esfera militar. A desorganização do setor produtivo ligado ao Estado – leia-se desnacionalização –, a dispersão da

inteligência articulada em centros de excelência e a campanha infame contra o ente público são barreiras que precisam ser contornadas com a persistência e a coragem daqueles que sabem que, em determinadas circunstâncias da vida, navegar é preciso ...

Caminhando com as próprias pernas

Cerceado por condições externas desfavoráveis – a hegemonia econômica, política e cultural neoliberal no planeta – o Brasil busca encontrar as brechas para articular e exercer graus diferenciados de autonomia, ora vitorioso, ora frustrado em seus planos. A propósito, cabe aqui uma singela homenagem ao almirante Álvaro Alberto, presidente do CNPq nos anos 50, pioneiro em pesquisa nuclear no Brasil. Patriota destemido, o almirante Álvaro Alberto tentou levar o Brasil ao processo de enriquecimento do urânio, cujos segredos já haviam sido obtidos pela Inglaterra, França, Índia e Argentina, além de Estados Unidos e União Soviética. Caluniado e perseguido por inimigos daqui e do exterior, em nenhum momento recuou de seus elevados propósitos.

O pioneirismo da Marinha e da Aeronáutica no desenvolvimento do computador brasileiro, através do ITA (Aeronáutica) e do projeto Cisne Branco (Marinha e Unicamp), comprova a possibilidade de o país apoiar-se em suas Forças Armadas para encontrar alternativas de alargamento de seus horizontes científicos. O submarino nuclear e o caça AMX são produtos desse pioneirismo e persistência louváveis.

A liderança da Aeronáutica no setor aeroespacial e o engajamento da Marinha, de seu Instituto de Pesquisas e da Coordenadoria para Projetos Especiais, responsável pelo Programa Nuclear Paralelo, devem merecer o incentivo, o apoio e o amparo de todos os brasileiros sinceros, do governo, e, particularmente, do Congresso Nacional, através de recursos orçamentários

que conduzam o sonho à realidade.

Preservando o acervo científico e tecnológico acumulado, Marinha, Exército e Aeronáutica podem e devem desenvolver sistemas integrados de defesa adaptados ao nosso relevo, clima, solo, vegetação, costa e águas interiores. Operações entre forças de terra, mar e ar, com uso intensivo de informação e comunicação têm sido desenvolvidas principalmente com finalidades de ataque, mas podem muito bem ser empregadas para o adestramento em ações defensivas.

O emprego do poder naval como instrumento de ação política

Da Roma antiga à guerra do Golfo, o poder naval definiu o papel de vencidos e vencedores. Bastou o bloqueio da esquadra romana ao exército de escravos de Espártaco para que o grande guerreiro trácio, espremido entre as legiões e o mar, sofresse sua única e definitiva derrota. Foi a partir de sua superioridade naval que os Estados Unidos impôs ao Iraque a inferioridade em um combate desigual. A Espanha entrou em declínio quando a invencível armada foi destruída em 1588. E a Inglaterra afirmou seus domínios imperiais quando Lord Nelson comandou a vitória definitiva sobre os franceses em Trafalgar.

Ao mar o Brasil deve sua descoberta, pelo mar consolidamos nossa independência e debruçados sobre o mar temos mais de sete mil quilômetros de fronteiras. “Uma boa diplomacia necessita de uma forte Marinha para apoiá-la”, dizia o Barão do Rio Branco com a experiência de negociador exímio e vitorioso dos interesses do Brasil.

Da nossa costa retiramos 70% do petróleo e do gás que consumimos, pelo mar realizamos o grosso de nossas exportações, o nosso litoral guarda imensas metrópoles, o parque industrial e grandes contingentes de nossa população. As bacias amazônica e

as demais que formam nossas águas interiores representam dezenas de milhares de quilômetros navegáveis. Que missão mais nobre e irrecusável poderia ter nosso país para sua Marinha do que a proteção desse patrimônio?

Uma Marinha forte, versátil, adestrada e valorizada é uma garantia para a realização das aspirações nacionais e dos interesses geopolíticos do Brasil. Cuidemos, pois, da nossa Marinha, oferecendo-lhe as condições adequadas para o exercício de sua função e missão. O Brasil precisa do submarino nuclear, arma moderna cuja autonomia o torna indispensável à eficiência operacional de nossa Armada. Se, por um lado, festejamos a certeza de construí-lo, por outro lamentamos as dificuldades orçamentárias que têm atrasado seu calendário.

País grandioso, admirado por muitos povos e nações, o Brasil é também invejado e cobiçado. E aí, meus amigos, cabe a sábia advertência de Karl Marx quando disse que “não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresente as possa violar”.

ALDO REBELO é deputado federal pelo PCdoB/SP.

Notas

(1) No final de 1996 a Presidência da República divulgou documento acerca da Política de Defesa Nacional. Era a primeira manifestação do poder civil sobre o tema, após o encerramento do ciclo de dominação militar em 1985. Em seguida a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados organizou um debate com a participação de especialistas civis e militares, ampliando a discussão no âmbito do Poder Legislativo.

No início de abril deste ano, a Escola de Guerra Naval da Marinha realizou um seminário para discutir “A Visão do Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas, e o Emprego do Poder Naval como Instrumento de Ação Política”. Este artigo é parte das anotações que usei na condição de um dos expositores no seminário.

A política sindical do PCB entre 1948 e 1950

A constituição de associações profissionais e de organizações autônomas nos locais de trabalho foi a única forma para manter os trabalhadores minimamente organizados

AUGUSTO CESAR BUONICORE

A atuação dos comunistas no período que vai de 1948 a meados dos anos 50 é muito pouco estudada e conhecida. A concepção classista que predominou na direção do Partido Comunista do Brasil nesse período teve um viés sectário, é verdade. Entretanto - e mais importante do que isso - essa concepção levou o partido a enfronhar-se no movimento popular, e trabalhar para organizá-lo nos locais de trabalho e nos bairros, fortalecendo a articulação entre o partido e a classe operária. A tese de mestrado de Augusto Cesar Buonicore, *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura, da qual retiramos o trecho a seguir, cumpre o importante papel de resgatar esse período e fazer a crítica das teses reformistas que orientam a imensa maioria dos estudos a ele dedicados. Ela foi apresentada ao Departamento de Ciências Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 1996 (JCR).*

O período que vai de 1948 a 1952 (especialmente até 1950) é um dos mais obscuros da história do movimento operário-sindical brasileiro. Raros foram os trabalhos produzidos sobre esta fase. Entre eles se encontra a obra do professor Ricardo Maranhão, *Sindicatos e democratização (Brasil 1945-1950)*.

Mais recentemente foram produzidas algumas teses que tratam do movimento operário no período, como o trabalho de Hélio da Costa intitulado *Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicatos em São Paulo (1943 a 1953)* e a de Fernando Teixeira da Silva, *Os doqueiros do porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. Destacamos também o trabalho de Beatriz Loner, *O PCB e a linha do manifesto de Agosto* que busca analisar a política mais geral do partido a partir do Manifesto de janeiro de 1948 até o IV Congresso em 1954.

As biografias e autobiografias de militantes operários e dirigentes do PCB publicadas tendem, também, a relegar este período a um segundo plano. Quando muito dedicam-lhe algumas poucas páginas ou linhas.

A principal característica desta produção é uma avaliação, em geral, bastante negativa da política sindical do Partido Comunista do Brasil neste período. Esquerdismo, aventureirismo e voluntarismo são as acusações mais frequentes. As principais críticas se dirigem às tentativas de formação de associações profissionais "paralelas" aos sindicatos oficiais; tentativas que, segundo os críticos, não encontraram respaldo junto à classe operária e, por isso mesmo, foram as responsáveis diretas pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos.

Hércules Corrêa analisando a política sindical do Partido Comunista afirmaria:

"(...) então surgiu com alguma força a tendência do sindicalismo paralelo, com a CTB, com as chamadas Uniões Sindicais Estaduais, e a criação, em cada categoria profissional, de associações paralelas ao sindicato (...) O resultado, como sabemos, foi a brusca queda de nossa influência sobre as massas e a destruição e o enfraquecimento das bases de empresas. O campo para a ação do trabalhismo estava facilitado."

O principal dirigente da CTB no período, Roberto Morena, afirma:

"A direção achou que com a ilegalização da CGTB (...) deveríamos sair dos sindicatos e formar as sessões democráticas. Foi uma posição gravíssima, fez com que nos retirássemos dos sindicatos. Muitos de nós não se retiraram não. Um deles fui eu, que fiquei sempre atuando nos sindicatos. Foi o melhor período de reinado da pelegada no Brasil."

O próprio autor do Manifesto de Janeiro de 1948, marco da virada tática do Partido, Luís Carlos Prestes, afirmaria:

"Ao invés de participar dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, os comunistas, como dizia Amazonas, deviam fazer organização paralela nas empresas. Eu escrevi uma longa carta citando abundantemente o livro de Lênin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Queria mostrar

que os comunistas deviam participar dos sindicatos, mesmo dos sindicatos policiais, porque, para a classe operária brasileira, era muito útil, muito mais vantajoso participar de sindicatos legais e não dos sindicatos ilegais que o partido queria organizar. Estava com razão, os sindicatos paralelos não tiveram êxito (...) Foi um desastre: fomos afastados do movimento sindical.”

Em torno da avaliação sobre a política sindical comunista, aplicada no período, acabou se formando um estranho consenso, poucas vezes visto, entre estudiosos e militantes do movimento sindical. A avaliação dos velhos militantes e dirigentes comunistas acabou sendo incorporada nos estudos das correntes historiográficas que procuravam detectar a existência de dois PCs, um representando a política oficial do partido (encontrada nos documentos da direção nacional) e um outro PC das bases operárias.

Este tipo de interpretação pode muito bem ser sintetizado na afirmação de Hélio da Costa:

“Nos anos de 1948/1952 o ponto de divergência entre os comunistas situados nas fábricas e a sua direção centrou-se sobre a rejeição dos ativistas em acatar a orientação do partido de abandonar os sindicatos oficiais como espaço de militância. O PCB que se negara a apertar os cintos agora recusava-se a desistir dos sindicatos e a levar até as últimas conseqüências o combate à estrutura sindical.”

Uma das razões para uma análise tão pessimista dos militantes sindicais, que de uma forma ou de outra atuaram no período, foi a releitura feita posteriormente aos acontecimentos de 1948 a 1950. Esta releitura, ou autocrítica, foi excessivamente dura, e correspondeu a uma alteração substancial ocorrida na política mais geral do partido e a sua incorporação ao “pacto populista”, linha que se consolida com a Declaração de Março de 1958.

Porém, um estudo mais atento da política sindical no período, nos levará a conclusões bastante diversas.

Primeiro, podemos afirmar que a

política de construção de organizações de trabalhadores à margem do sindicalismo oficial não teve como objetivo a construção de uma outra estrutura sindical paralela de caráter permanente. As associações profissionais, fundadas pelos comunistas, embora pudessem se constituir, na prática, como “sindicatos paralelos”, não tinham por objetivo construir estruturas permanentes que concorressem com os sindicatos de Estado, visando substituí-los definitivamente por organizações livres.

As associações profissionais sempre tiveram um caráter transitório, como instrumentos de organização dos trabalhadores para travar a luta econômica e acumular forças para a “reconquista dos sindicatos oficiais”. Em nenhum momento houve qualquer diretiva oficial para o abandono dos sindicatos, como procuraremos demonstrar. Mesmo no período de maior luta contra os interventores ministerialistas, os militantes que ousavam atuar nos sindicatos eram apontados como exemplos a serem seguidos e nunca ameaçados de expulsão por desvio ideológico. Mesmo aqueles que, como Roberto Morena, se gabam de nunca terem abandonado os sindicatos oficiais, na minha opinião, não fizeram nada mais que seguirem a linha sindical do Partido, da qual posteriormente diriam discordar e desprezar.

Segundo, não é correto creditar a queda de influência do Partido ou o descenso das lutas de massa a partir de 1948 à política sindical do Partido de incentivar a formação de associações profissionais e organizações autônomas dentro das fábricas. Em geral estas teses subestimam o papel desempenhado pela dura repressão ao movimento operário ocorrida durante o governo Dutra.

Pelo contrário, nas condições colocadas para o movimento operário naquela conjuntura, a constituição de associações profissionais e de organizações autônomas nos locais de trabalho com registro civil foi a única (e por isso mesmo a melhor) forma para manter os trabalhadores minimamente organizados. Era a alternativa colocada objetivamente aos comunistas quando todas as possibilidades de atuação, via

sindicato de Estado, estavam obstruídas. Uma tática que colocasse como única possibilidade a tentativa de atuação via estrutura sindical enrijecida pelas intervenções ministerialistas teria trazido conseqüências muito negativas para o movimento operário, que só conseguiu se manter e resistir minimamente à política de arrocho salarial do governo Dutra lutando fora e contra os sindicatos oficiais. Não podemos nos esquecer que, durante o governo Dutra, particularmente em 1948, tivemos grandes movimentos de contestação operária, a totalidade deles ocorridos fora do sindicato de Estado e dirigidos por organizações não oficiais.

Por fim, não me parece correta a visão que as massas operárias estivessem nos sindicatos oficiais e que, portanto, as associações profissionais seriam entidades paralelas, divisionistas. Não me parece correta a tese, universalmente aceita, de que os trabalhadores viam nos sindicatos oficiais algo que lhes pertencia e, por isso, não viriam reforçar as organizações autônomas formadas pelos comunistas, como afirma Hélio da Costa.

Os sindicatos oficiais, durante o período em questão, não só reuniam pequena parcela da classe operária como, em alguns casos, acabaram se constituindo em verdadeiras repartições da Delegacia de Ordem Política e Social. A resistência das massas operárias a estas entidades poderá ser comprovada pela baixa sindicalização e pela inexistência de participação deste órgão nos movimentos contestatórios da classe operária no período.

E por fim, nada indica uma pressão por parte da militância sindical comunista no sentido de permanecer dentro dos sindicatos sob intervenção contra uma possível determinação de abandono por parte de sua direção nacional. Ao contrário, o que constatamos foi justamente um grande esforço, que se expressa através de inúmeros artigos e documentos, para que os militantes continuassem atuando nos sindicatos oficiais e não os abandonassem.

AUGUSTO CESAR BUONICORE é historiador.

A luta Norte-Sul sobre os direitos humanos

Os países ocidentais utilizam os direitos humanos como pretexto para interferir nos assuntos internos de outros países; os países em desenvolvimento defendem sua soberania nacional

DIÁRIO DO POVO (BEIJING)

O surgimento do conceito de direitos humanos é um sinal importante do progresso da humanidade. Durante centenas de anos, os seres humanos vêm perseguindo um sonho: o pleno gozo dos direitos humanos. Embora muitos progressos tenham sido feitos, a luta por melhores condições, em matéria de direitos humanos, nunca termina.

Atualmente, os direitos humanos são um tema candente. Uma das razões principais disto é que algumas pessoas no ocidente tentam utilizar os direitos humanos para atacar politicamente outros países, por meio de uma manipulação deliberada da definição dos direitos humanos. Estas tentativas sofrerão, inevitavelmente, resistências e serão rechaçadas pelos países em desenvolvimento. Como os países ocidentais e os países em desenvolvimento têm pontos de vista fundamentalmente diferentes acerca dos direitos humanos, surge um conflito entre as duas concepções.

Equiparação de direitos humanos com direitos políticos individuais?

Durante a revolução burguesa na Europa Ocidental, a ordem de defender os direitos humanos foi dada para lutar contra os privilégios feudais e

teocráticos próprios da Idade Média. Os direitos humanos eram uma bandeira para a luta contra a autocracia feudal e para tomar o poder político. Em tais circunstâncias, era natural pôr mais ênfase nos direitos civis e políticos. Atualmente, contudo, como a definição dos direitos humanos expandiu-se em grande escala, é unilateral e prejudicial igualar os direitos humanos aos direitos políticos individuais.

A vitória do socialismo, em alguns países, no começo do século XX, abriu novas perspectivas acerca dos direitos humanos, permitindo que os componentes sociais, econômicos e culturais cobrassem maior importância. Durante mais de 10 anos, muitos países em desenvolvimento vêm enfatizando o direito à subsistência e ao desenvolvimento. Esse fato reflete a realidade do mundo e os desejos comuns e interesses básicos da maioria dos países e povos.

A população dos países em desenvolvimento representa 80 por cento do total mundial. Para estes povos, o problema mais premente de direitos humanos é o da subsistência e do desenvolvimento econômico, social e cultural. Inclusive em alguns países desenvolvidos, uma grande proporção da população continua sendo in-

capaz de levar uma vida decente e digna. Por isso, a tarefa mais importante da comunidade internacional é proteger o direito à subsistência e ao desenvolvimento.

Em 1986, as Nações Unidas adotaram a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, na qual afirmavam ser esse um direito humano inalienável. No mês de junho de 1995, as Nações Unidas adotaram também a Declaração de Viena e o Programa de Ação, reconhecendo o direito ao desenvolvimento como um direito «universal» e «inalienável», assumindo-o como componente dos direitos humanos básicos. Embora os direitos políticos individuais sejam importantes, o direito à subsistência e ao desenvolvimento é o fundamento e a pré-condição para todos os direitos humanos. Para os países em desenvolvimento, o direito à subsistência e ao desenvolvimento é o direito humano mais importante. Sem o direito à subsistência não se pode nem falar de outros direitos humanos.

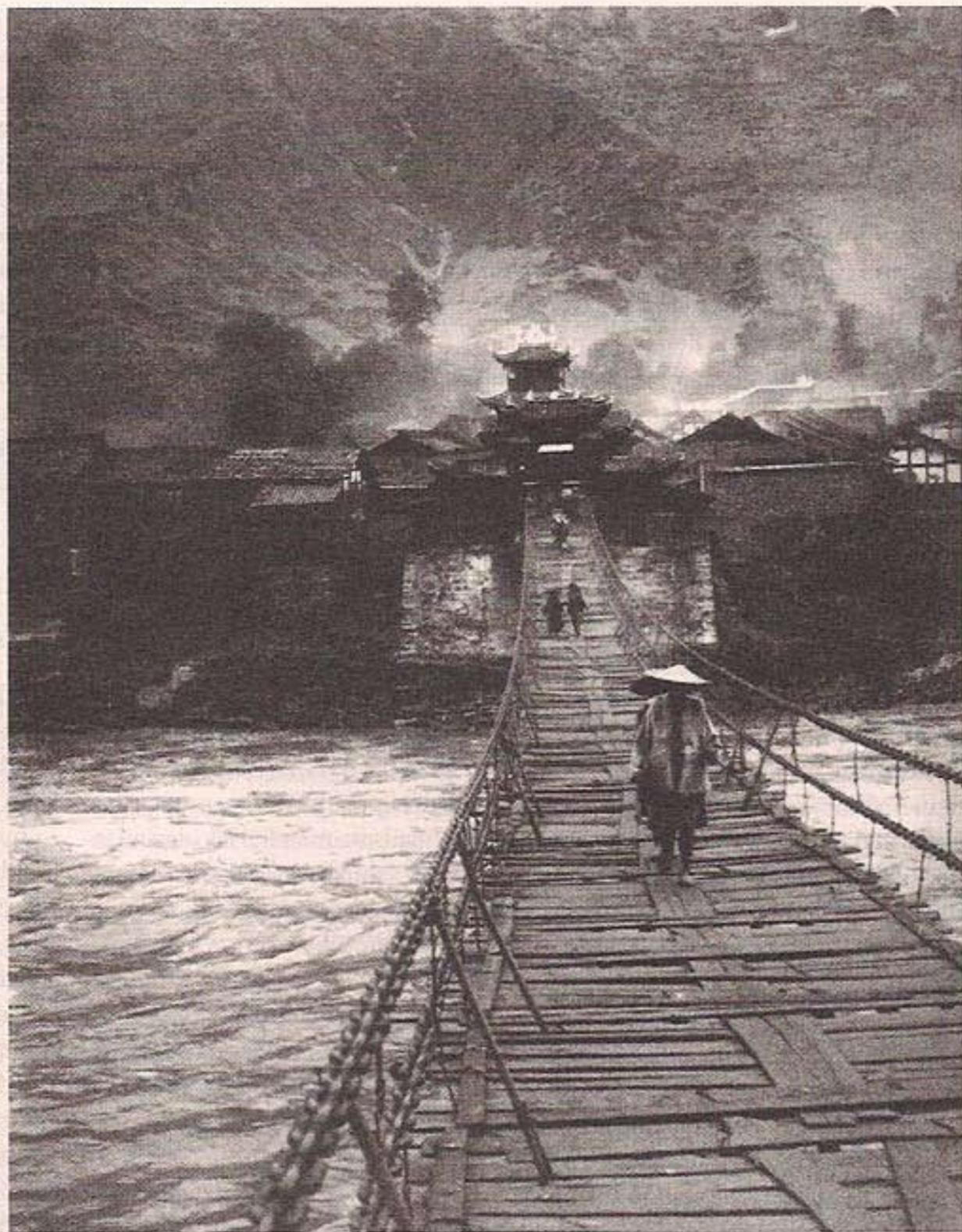
Os países desenvolvidos devem realizar ações concretas para eliminar a desigualdade na estrutura econômica mundial, superar os fatores desfavoráveis que impedem a expansão dos países em desenvolvimento, e criar um ambiente internacional positivo para o desenvolvimento equilibrado do mundo. Alguns

países abrigam motivos ulteriores ao ignorar a realidade do mundo, desafiando os interesses da maioria da humanidade e contrapondo os direitos políticos individuais ao direito à subsistência e ao desenvolvimento. O Primeiro Ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, em certa oportunidade, declarou que era absurdo que alguns países ocidentais dissessem aos países pobres que deveriam proteger os direitos dos criminosos e dos dissidentes, quando o povo ainda está lutando pela alimentação e vestuário.

Supremacia dos direitos individuais ou harmonia dos direitos individuais e grupais

Os direitos humanos básicos incluem os direitos individuais e os grupais, como por exemplo, o direito de uma nação a determinar seus próprios assuntos, o direito ao desenvolvimento e à soberania permanente sobre seus recursos e riquezas naturais. Esses dois tipos de direito não são contraditórios, mas sim formam uma unidade orgânica. Os fatos demonstram que não existem garantias para os direitos individuais quando não se protegem os direitos grupais. Como pode uma pessoa falar de direitos individuais se seu país carece de soberania, é saqueado ou sofre por causa do estancamento do desenvolvimento social?

Está amplamente estabelecido que a civilização ocidental destaca as liberdades, interesses, direitos e êxitos individuais, enquanto a civilização asiática enfatiza os valores familiares, os interesses de grupo, a harmonia social e o progresso nacional. Como cada civilização tem seus próprios pontos fortes e fracos, não é necessário definir qual é superior e qual é inferior.



Consideremos o caso da civilização ocidental. Embora o espírito da ciência e a democracia cultivada pela civilização ocidental tenha se tornado parte do acervo da civilização internacional, a ênfase excessiva nos direitos individuais, com defeitos cada dia mais evidentes, tem causado alarme. Inclusive, o Porta-voz da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, Newt Gingrich, reconheceu que: «Em momentos em que meninas de 12 anos ficam grávidas, que garotos de 15 anos se matam uns aos outros, que garotos de 17 anos se contagiam com a AIDS, e que jovens de 18 anos não podem ler seus próprios diplomas, não é pos-

sível manter a civilização».

Em comparação com a civilização ocidental, a asiática, embora tenha seus próprios defeitos, tem demonstrado aspectos positivos que se reconhecem cada vez com maior clareza. Alguns eruditos ocidentais consideram que as economias de rápido crescimento e as sociedades estáveis da Ásia estão relacionadas à ênfase de sua civilização na busca do equilíbrio entre os direitos humanos coletivos e os direitos individuais. Eles inclusive sugerem que o Ocidente deve aprender de outras civilizações, incluindo a asiática, visando curar os profundos males da sociedade ocidental.

Distorção da «proteção internacional dos direitos humanos» ou respeito das jurisdições nacionais

A «proteção internacional dos direitos humanos» tem sido, muitas vezes, uma desculpa para interferir nos assuntos internos de outros países. Esta prática, de fato, é irracional, pois contravém as normas que guiam as relações internacionais.

Como bem se sabe, o conceito dos direitos humanos, como termo político, existe há 200 ou 300 anos, porém, a noção da «proteção internacional dos direitos humanos» foi proposta somente depois da Segunda Guerra Mundial. Na primeira metade do presente século, a humanidade sofreu o açoitamento de duas guerras mundiais. Particularmente, as atrocidades dos fascistas durante a Segunda Guerra Mundial inspiraram, entre as nações do mundo, um grande desejo de proteger os direitos humanos básicos. Isto explica por que a Carta das Nações Unidas de 1945 inclui, como um dos seus propósitos fundamentais, a proteção dos direitos humanos.

A partir de então vem adotando-se vários documentos internacionais sobre os direitos humanos que prescrevem três circunstâncias para a «proteção internacional» dos mesmos. Estas três condições são: Violação do direito à autodeterminação nacional, ao desenvolvimento e aos direitos individuais relevantes

em grande escala; «apartheid», discriminação racial e genocídio, criação, deportação ou maltrato de refugiados, prática do terrorismo internacional, promoção da guerra e fascismo; violação dos direitos humanos contra as provisões das convenções internacionais sobre direitos humanos, das que tenha participado um determinado país. Além destas situações, a proteção dos direitos individuais dos cidadãos e das minorias étnicas, assim como o castigo dos criminosos, recaem dentro da jurisdição interna de um estado soberano.

Também vale a pena lembrar que a comunidade internacional atual está composta por estados soberanos e que, até agora, não existe nenhuma organização supranacional global. Inclusive as Nações Unidas foram criadas como um «centro para a coordenação das ações das nações». A Carta das Nações Unidas estipula, em termos claros, que esse organismo mundial não deverá intervir nos assuntos que «essencialmente correspondem à jurisdição interna de uma nação». As nações soberanas, portanto, são as guardiãs dos direitos humanos, e a proteção internacional dos direitos humanos deve basear-se no respeito aos princípios da jurisdição nacional e da não interferência nos assuntos internos dos países.

Além disso, é fundamental que a proteção dos direitos humanos possa ser realizada somente por meio da legislação interna. Qualquer tentativa de universalizar a «proteção internacional dos direitos humanos», ou inclusive de

estabelecer que os direitos humanos superem as fronteiras nacionais e a soberania, constituiria uma violação do princípio da Carta das Nações Unidas e das normas das relações internacionais.

Não é difícil imaginar que tipo de ordem mundial existiria se uma na-

ção arbitrariamente interviesse nos assuntos internos de outra, em nome da «proteção internacional dos direitos humanos». Não se poderia nem falar de estabilidade. Assim mesmo, uma nação privada da soberania tampouco pode falar de direitos humanos. Os defensores destas teorias não têm mais objetivo que privar as nações de sua soberania e de repetir situações do passado nas quais os fortes oprimiam os fracos. Isto é totalmente inaceitável para as nações que foram objeto de agressão e escravidão.

Luta a favor e contra a intervenção

Deve salientar-se que uma grande parte do escândalo levantado acerca do assunto dos direitos humanos, não tem nada a ver com os mesmos, e que se trata somente de uma cortina de fumaça para legalizar a interferência nos assuntos internos de outros países, para praticar abertamente a hegemonização e a política de força, e para disseminar os valores ocidentais no mundo todo.

Durante o período da guerra fria bipolar, os direitos humanos converteram-se em uma carta de negociação no confronto entre o Leste e o Oeste. Após a desintegração da União Soviética, alguns países ocidentais interpretaram isso como uma vitória dos valores dessa região do mundo. Certas pessoas no ocidente sentiram-se tão satisfeitas por isso que declararam que «nenhum sistema articulado de crenças pode desafiar as noções ocidentais de democracia e capitalismo». Deixando-se levar pela euforia, estes «sábios» autocomplacentes pensaram que tinham uma responsabilidade pessoal na promoção do sistema político ocidental e dos valores relativos aos direitos humanos no mundo.

A história, contudo, tem sua própria lógica. Numerosos países em desenvolvimento, incluindo particularmente a China e outros países da Ásia,



Frank Cammiller

negaram-se a submeter-se ao «modelo ocidental», ao mesmo tempo em que deram as boas vindas à ciência e à tecnologia ocidentais, aos métodos de administração e aos elementos culturais sadios. Ao fazê-lo assim, forjaram, com êxito, um acerto social e político adequado às suas condições nacionais, exercendo uma influência profunda entre os países em desenvolvimento. De fato, este fenômeno tornou-se conhecido como o «modelo asiático».

Este desenvolvimento deveria ter sido celebrado pela comunidade internacional, porque o nosso é um mundo diverso, e os caminhos de desenvolvimento e os estilos de vida das nações não devem, e não podem ser idênticos. Em vez disso, no entanto, interpretou-se como um desafio para o domínio dos valores ocidentais. Levantando-se diante do «desafio», vários países ocidentais impuseram barreiras para conter o crescimento dos países em desenvolvimento. Estas práticas incluem o protecionismo comercial, a obstaculização do desenvolvimento das economias mediante «cláusulas sociais» e padrões de proteção ambiental, a diferenciação entre os que aceitam o modelo ocidental e os que não o aceitam, qualificando de «democráticos» os primeiros e de «não democráticos», «ditatoriais» ou «autoritários» os segundos, e o desconhecimento dos aspectos positivos de outras civilizações, enquanto se exageram os aspectos negativos. Um dos instrumentos para implementar estas restrições é a chamada «diplomacia dos direitos humanos».

Os verdadeiros motivos por trás do escândalo são evidentes para muitos. Tal como dissera o Primeiro Ministro da Malásia, Mahathir Mohammed, no passado, o Ocidente governou os asiáticos e explorou sua riqueza nacional, e agora está tentando inibir o crescimento econômico da Ásia, impon-

do, à sua vontade, medidas tais como os direitos humanos, as cláusulas sociais e a proteção ambiental.

A vinculação entre o status de nação mais favorecida com os direitos humanos, e da ajuda econômica com a democratização, são outros dois exemplos de medidas impostas descaradamente pelo Ocidente.

O final da guerra fria liberou os paí-

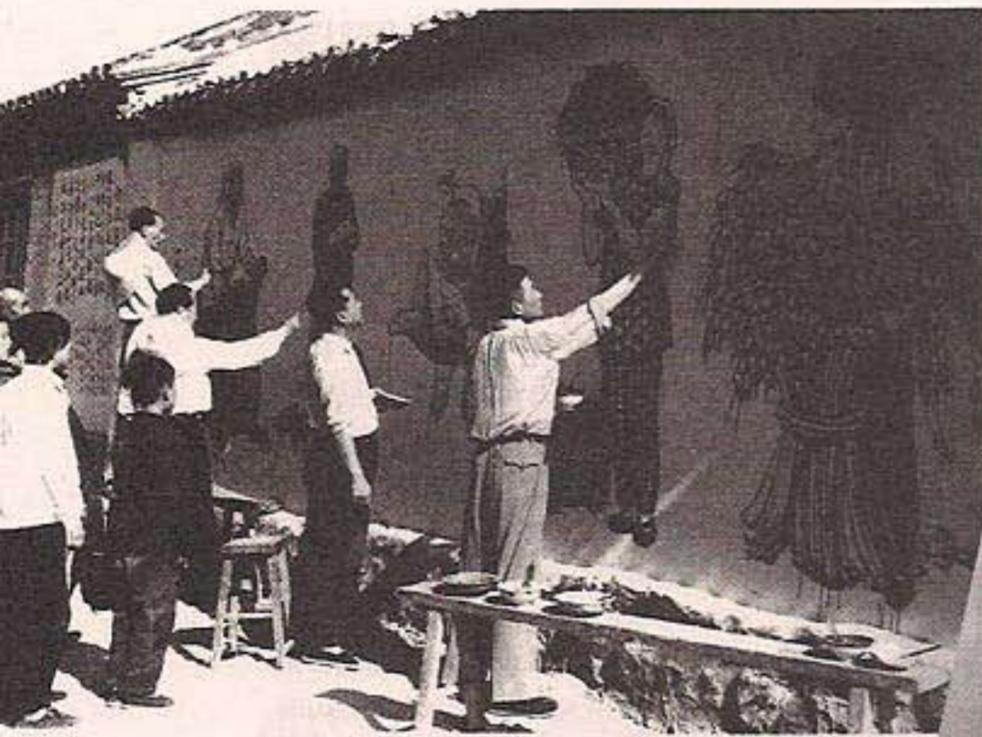


ses em desenvolvimento do confronto entre Leste e Oeste, e da ordem bipolar do mundo. Como resultado disto, o mundo em desenvolvimento tornou-se mais independente. Os países asiáticos têm reconstruído e fortalecido sua dignidade e confiança nacionais mediante sua recentemente encontrada prosperidade econômica. Eles começaram a reexaminar os valores dos direitos humanos e outros conceitos impostos pelos colonialistas ocidentais. Em 1993, nas vésperas da Conferência de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Viena, os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina realizaram reuniões preparatórias, emitindo, respectivamente, a Declaração de Bangkok, a Declaração de Túnis e a Declaração de San José. Estes documentos explicaram os pontos de vista dos países em desenvolvimento a respeito dos direitos humanos, contribuindo as-

sim aos esforços internacionais para promover e salvaguardar esses direitos.

Outro fato notável é que alguns países ocidentais aplicam duplos padrões em matéria de direitos humanos — um para eles próprios e seus aliados, e outro para as nações restantes. Uma grande potência, por exemplo, quando é condenada por outras nações pelos seus problemas de discriminação racial, sempre se defende pedindo a outros países que adotem um ponto de vista histórico e considerem o progresso que se tem alcançado nos últimos cem anos. No entanto, em se tratando dos assuntos de direitos humanos de outros países, este país nega-se a usar a mesma perspectiva histórica e a reconhecer o progresso na melhora da situação dos direitos humanos. Este é um caso típico de duplo padrão. Além disso, o extermínio sistemático dos habitantes nativos foi mascarado no Ocidente como a «difusão da civilização moderna», enquanto os esforços da China para liberar o Tibete do opressivo sistema de servidão é interpretado como uma violação dos direitos humanos.

Muitos países em desenvolvimento têm-se levantado para resistir às tentativas do Ocidente de interferir em seus assuntos internos, sob o pretexto dos direitos humanos. O Presidente da Indonésia, Suharto, por exemplo, salientou que nenhum país tem direito a impor suas próprias idéias a outros no que diz respeito aos direitos humanos. Cingapura rejeitou as acusações lançadas pelos meios de comunicação dos Estados Unidos, no sentido de que ali não existem os direitos humanos e que se vulnera a democracia. Em seu devido momento, processou os jornais americanos e ganhou as causas. Esses são exemplos típicos da luta dos países em desenvolvimento para responder à «diplomacia dos direitos humanos» do Ocidente, e para salvaguardar sua soberania nacional. O ex-primeiro Ministro de Cingapura, Lee



Kuan Yew, declarou: «Há trinta anos, tínhamos que suportar e aceitar a humilhação dos ataques dos meios de comunicação ocidentais. Agora, no entanto, temos direito a responder».

Esta luta séria no campo dos direitos humanos representa, essencialmente, um confronto entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, a respeito da interferência e da resistência à interferência, da contenção e da resistência à contenção. Os países ocidentais utilizam os direitos humanos como um pretexto para interferir nos assuntos internos de outros países, e para seguir adiante com a política de força, obstaculizando o progresso da causa dos direitos humanos. Os países em desenvolvimento, por sua vez, defendem sua soberania nacional e seus pontos de vista sobre os direitos humanos, e opõem-se à interferência ocidental. Esta é uma continuação da luta contra o imperialismo e o colonialismo, e constitui uma grande contribuição à causa da promoção e da salvaguarda dos direitos humanos, assim como à conservação da paz e estabilidade mundiais.

Diálogo versus confronto

Como mencionamos acima, os direitos humanos constituem um con-

ceito histórico associado à evolução social. Cada civilização experimenta um processo de desenvolvimento diferente. Os 200 países e territórios que têm atualmente a comunidade internacional estão em diferentes etapas de desenvol-



Chang Chao-Tang

vimento e enfrentam circunstâncias particulares. A situação dos direitos humanos em um país está vinculada às suas condições históricas, sociais, econômicas e culturais. É natural, portanto, que cada país interprete os direitos humanos de forma diferente e adote medidas específicas para promovê-los e salvaguardá-los.

Desde que obtiveram a independência nacional, os países em desenvolvimento melhoraram, em diferentes graus, as condições dos direitos humanos em cada um deles, à medida que progrediam no aspecto social e no econômico. Este fato não pode escapar a nenhum observador objetivo. Alguns ocidentais, contudo, não poupam esforços para distorcer a situação dos direitos humanos nestes países e para prejudicar sua imagem internacional. É indubitável que essas pessoas têm motivos ocultos.

É claro que os países em desenvolvimento, por causa de várias limitações, ainda têm muitos problemas para assegurar os direitos humanos. Existe muito espaço para melhorar a situação, e eles estão fa-

zendo grandes esforços para alcançar essa meta. Qualquer iniciativa realizada com boa intenção, no que se refere ao debate sobre os direitos humanos e à apresentação de sugestões construtivas, será bem-vinda pelos países em desenvolvimento. Mas, todos os autodenominados «juízes dos direitos humanos» e todos os que pretendem impor suas idéias a respeito, atacando arbitrariamente a outros, interferindo nos assuntos internos de outros países sob o pretexto de defender os direitos humanos, e tirando proveito da situação, somente convidarão ao descontentamento e à resistência.

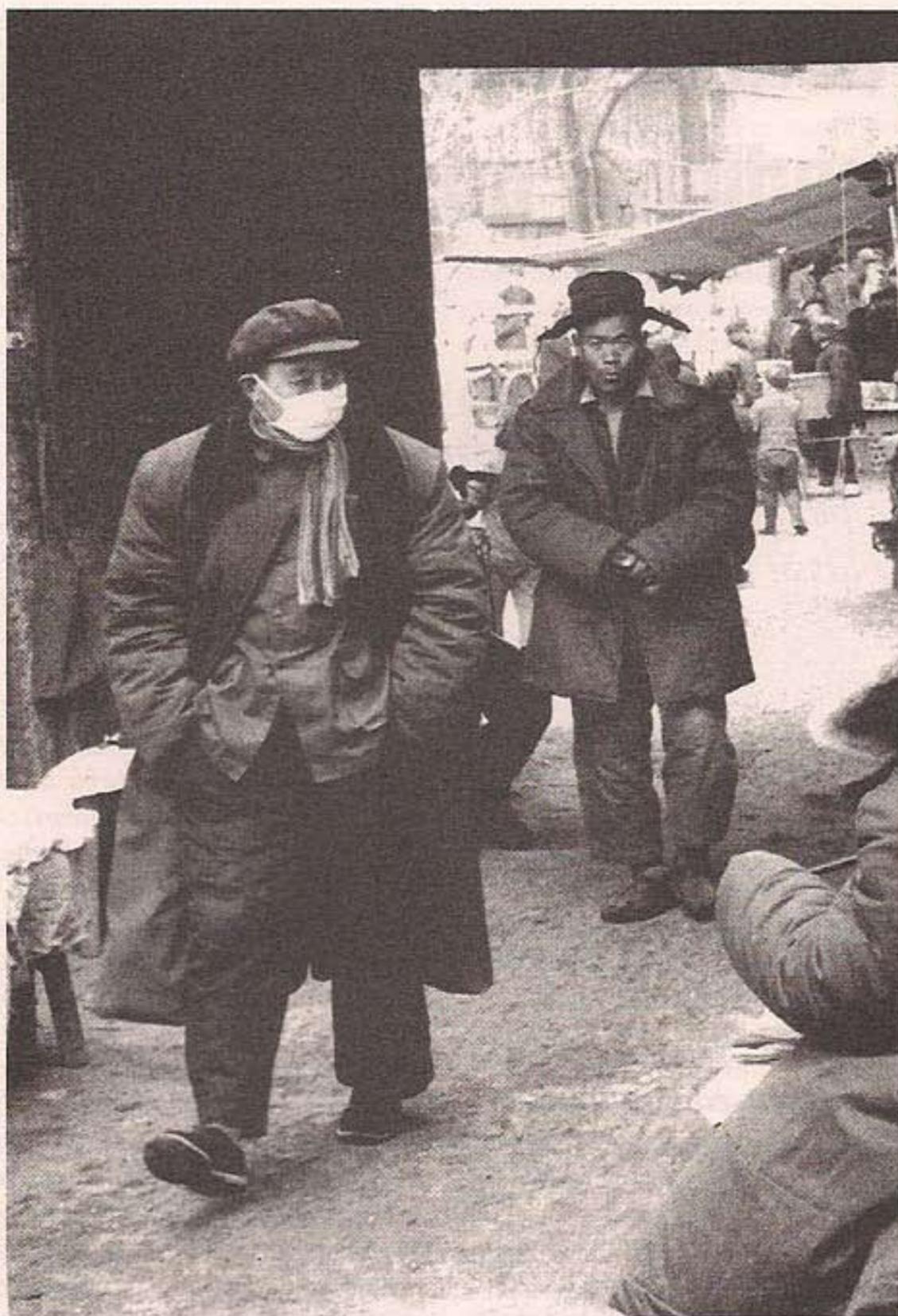
A China dá grande importância aos direitos humanos e está preocupada com as condições dos direitos humanos em outros países. Consideramos que no meio internacional atual, as tarefas básicas da comunidade internacional para promover e salvaguardar os direitos humanos no mundo todo são as seguintes:

- Opor-se firmemente à agressão e à ocupação externas, e contribuir ativamente para a solução dos conflitos regionais com a finalidade de eliminar as violações dos direitos humanos, causadas pelos mencionados conflitos regionais.

- Prevenir que qualquer país se dedique à hegemonização e à política de força, com o objetivo de criar um ambiente internacional de paz e estabilidade, e impedir grandes violações dos direitos humanos.

- Promover o estabelecimento de uma nova ordem econômica-internacional que seja justa e racional, reduzindo a brecha entre o Norte e o Sul, e respeitando e garantindo o direito dos países pobres ao desenvolvimento.

- Evitar que se exerçam pressões políticas e econômicas sobre os países, aproveitando os assuntos relativos aos direitos humanos, e respeitando e salvaguardando o direito de cada país na formulação de medidas para proteger os direitos humanos de acordo com suas condições nacionais.



Max Ribaud

dos seus próprios valores, então o diálogo não faz sentido.

Finalmente, é preciso salientar que o progresso de um país no âmbito dos direitos humanos não acontece por pressões externas, mas sim quando está condicionado pelo desenvolvimento geral da política, economia, cultura e sociedade deste país. O único canal válido para o tratamento correto deste assunto é o de dialogar e evitar o confronto.

A China não deseja ver a continuação dos atuais confrontos entre o Norte e o Sul acerca dos direitos humanos. O interesse fundamental da China é a criação de um ambiente pacífico internacional e de um meio interno estável. Recentemente, algumas personalidades ocidentais, com grande visão do futuro, alcançaram um melhor entendimento dos pontos de vista dos países em desenvolvimento sobre os direitos humanos, e alguns políticos têm-se convencido de que o confronto não é a saída correta. Consideramos que este é um avanço.

Ao mesmo tempo, é necessário advertir que o pensamento típico da guerra fria segue afetando a muitos no Ocidente, e que ainda imperam o orgulho e os preconceitos. Recomendamos a esses recalcitrantes do Ocidente que não se convertam em um obstáculo para o progresso dos direitos humanos no mundo. A China está disposta a manter um diálogo sobre os direitos humanos com todos os países. Os chineses repudiam o confronto e anseiam pelo respeito mútuo e pela cooperação sincera. Desejam unir suas forças com outros povos, para avançar pelo caminho da elevada causa dos direitos humanos.

Este artigo foi publicado no principal jornal da China, *Diário do Povo*, de Beijing, em 17 de março de 1997. A presente versão foi retirada do *Beijing Informa* n.15, com tradução do espanhol de Flor María Vidaurre da Silva.

Em virtude da complexa natureza do assunto dos direitos humanos, a comunidade internacional deve realizar um diálogo amplo e impedir a confrontação quando se abordam esses temas. Os países devem buscar a unanimidade por meio das consultas; opor-se à coerção, potenciar a compreensão mútua e estimular a cooperação. O diálogo efetivo deve ser baseado nos princípios de igualdade e de respeito mútuo. É importante compreender que os países soberanos, grandes ou pequenos, são membros iguais da comunidade internacional.

Não tem cabimento a imposição da vontade de uns sobre os outros. O respeito mútuo requer, antes de tudo, o respeito à soberania. Nenhum país tem direito a intervir nos assuntos internos de outros, nem muito menos a interferir nos procedimentos judiciais de outras nações. Alguns ocidentais com visão têm compreendido que, somente quando o Ocidente assumir que outros também têm a razão, em princípio, poderá realizar-se um diálogo efetivo em matéria de direitos humanos. Se o Ocidente assume desde o início que somente estão justifica-

A relação trabalho-educação frente ao paradigma pós-fordista da produção

A relação trabalho-educação é essencialmente política, pois há um embate de classes também pelo acesso à cultura técnica, que é uma das formas pelas quais a classe trabalhadora busca sua emancipação

CÁSSIA DAMIANI

A preocupação principal deste texto é tratar das implicações existentes entre a relação trabalho-educação e as classes sociais, abordando as influências das atuais tendências do mundo do trabalho.

Pelo caráter embrionário do texto, não pretendemos esgotar toda amplitude e desdobramentos deste tema, ensejamos porém suscitar um fértil debate sobre algumas de suas determinações.

Compreendemos que a divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes, e com ela, a divisão do homem. Esta divisão social do trabalho é historicamente determinada e torna-se mais apurada no modo de produção capitalista, que acentua a unilateralidade e obtusidade humanas devido às características assumidas pela forma de apropriação privada do trabalho coletivo, pela concentração de renda e pela organização, gestão e mercantilização da força de trabalho.

A análise que faremos sobre as classes sociais, o trabalho e a educação no contexto da luta de classes, terá como preocupação presente a relação dialética com estudos recentes que

tratam destas categorias na tentativa de resgatar a atualidade do pensamento marxista, referencial que nos serve de base para análise, compreensão e transformação da realidade.

Trabalho-educação: categorias que se complementam

Com Frigotto (1993: 12), partindo do pressuposto que “a educação é prática social, atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, nos embates dos grupos e classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social”, faz-se necessário que entendamos como a atividade humana determina as relações sociais, como se dão os embates de classe e como a educação está ligada a este processo social, e ambos ao trabalho.

Afirmamos que a atividade prática humana leva o homem à apreensão, à reprodução, à compreensão e à transformação de circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas. Então, sua principal atividade, o trabalho, fundamenta na gênese o pro-

cesso de produção do saber. Esse processo é síntese de determinações sociais e históricas, consequência do conjunto de relações sociais de produção, portanto a produção e a reprodução do conhecimento. A educação, dentro dos padrões do desenvolvimento histórico, a exemplo das relações sociais de produção, guarda em seu decurso grandes contradições.

Marx (*apud* Suchodolski, 1976: 121) diz que a sociedade e o trabalho criam e formam historicamente o homem, porém, nas sociedades de classe, principalmente no modo de produção capitalista, desumanizam-no apesar de oferecerem grandes possibilidades para o seu desenvolvimento.

Esta grande contradição torna-se mais clara quando nos deparamos com a divisão crescente do trabalho, da propriedade privada da opressão de classe. Esta divisão social chega a ser um fator cada vez mais forte de diferenciação que destrói o vínculo do indivíduo com o trabalho e a sociedade e que, por sua vez, pode aniquilar a vida individual. Por outro lado, o desenvolvimento atual das forças produtivas poderá conduzir os indivíduos ao trabalho coleti-

vo ou intelectual-criador e gestar as premissas para um trabalho educativo em todos os sentidos. Apesar das possibilidades de desenvolvimento dos homens existirem, elas estão sendo – mais uma vez – obstadas pelo capitalismo, que tem hoje o objetivo de formar o homem polivalente para atender as necessidades da flexibilização da produção de mercadorias, para conseguir lucros cada vez maiores para os proprietários dos meios de produção.

Entendemos que estas forças destrutivas do homem só serão superadas em outra sociedade que não a capitalista, ou seja, somente na sociedade socialista, onde todas as perspectivas positivas da pessoa humana poderão reunir-se, num desenvolvimento omnilateral.

Mas esta superação, por enquanto, nos limites da sociedade de classes é um processo longo de resistências e avanços. É com esta contradição que temos que lidar, a qual reflete a divisão do trabalho e do não-trabalho, do trabalhador e do não-trabalhador. Tal divisão manifesta-se materialmente pela própria clivagem do trabalho manual e do trabalho intelectual, onde a divisão cria a unilateralidade que se opõe à omnilateralidade do homem.

A divisão social do trabalho aparece em épocas remotas. Primeiro, surge de forma natural na família, depois, baseada nas diferenças de sexo, idade e pelas causas fisiológicas, aparece na tribo. Posteriormente, ao complexificarem-se as relações sociais, com o crescimento das tribos e o surgimento das cidades, a divisão do trabalho também se diferencia.

Marx e Engels (1984: 44 ss) afirmam que “em lugar da divisão variável do trabalho entre os homens, que deve realizar-se numa determinada comunidade, surge então a divisão do trabalho desigual, tanto quantitativamente como qualitativamente, e dos seus produtos, ou seja, a propriedade privada”. Este é o marco que rompe os interesses dos indivíduos que se relacionam em comunidade com os interesses particulares.

A mercantilização facilita a divisão do trabalho com a separação entre cam-

po e cidade, gênese da civilização, da criação do Estado, da nação e perfaz uma trajetória histórica até nossos dias, marcada pela divisão da população em classes sociais, divisão esta baseada na divisão do trabalho e dos instrumentos de produção. Estas relações, intermediadas pela desigualdade, encerram contradições entre indivíduo e comunidade, indivíduo e a função que lhe foi imposta, e as aprofundam com o desenvolvimento das forças produtivas, recaindo “em diferentes indivíduos a actividade intelectual e manual (...) as distrações e o trabalho, a produção e o consumo (*sic*)” (Marx *apud* Suchodolski, 1974: 125).

O ponto fundamental da divisão social do trabalho é a cisão entre trabalho manual e intelectual. Esta cisão é inerente à evolução das diferentes formas de propriedade, que caracterizam os diferentes modos de produção e suas complexas relações de dominação.

A divisão social do trabalho promove constantes contradições na estrutura social, nas forças produtivas e na consciência dos trabalhadores, quando o resultado do trabalho social é apropriado privadamente. “Aliás, a divisão do trabalho e propriedade privada, são expressões idênticas; expressam-se na primeira em relação à atividade, a mesma que na segunda se expressa em relação ao produto da atividade” (Marx e Engels, 1984: 46).

Sob os padrões da divisão do trabalho, materializam-se as relações pessoais em relações de classe. O trabalhador submetido arbitrariamente ao trabalho e posição que lhes são atribuídos, perde sua individualidade e passa a ser dominado pelas condições de vida e de trabalho impostas pela classe dominante. Desta maneira, caracteristicamente nas sociedades de classes, sob a vigência dos modos de produção escravista e feudal, antecessores do capitalista, podemos constatar que entre as classes fundamentais existentes havia a dominação pre-

sente, respectivamente dos senhores em relação aos escravos e dos senhores feudais em relação aos servos. E, com o desenvolvimento das forças produtivas e

das relações de produção, num cenário de luta de classes, os novos modos de produção vão surgindo da superação daqueles que o antecedem, isto sem eliminá-los por completo. Em cada modo de produção e formação econômica o trabalho

configurou-se com suas especificidades e idiosincrasias, permitindo-nos conceituá-lo de forma geral e percebê-lo em cada uma das relações sociais de produção da época.

Na visão clássica de Marx, o trabalho é categoria fundante da sociabilidade humana. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. Marx, n’*O Capital*, explicita que o trabalho humano distingue-se do trabalho animal colado à ontologia da natureza, ou seja, ao puro instinto, pois o trabalho humano

“obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria original seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, espécie e modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade” (1983: 149-150)

O trabalho humano transcende o mundo da natureza à medida que o homem tem uma intencionalidade, está cômico que quer algo, tem consciência de um fim a ser atingido. Como destaca Kuenzer (1986: 40)

“a característica diferenciadora do trabalho humano é conceber a sua ação anteriormente à sua execução, e de avaliá-la a partir de fins determinados. Assim, o trabalho se apresenta como

O ponto fundamental da divisão social do trabalho é a cisão entre trabalho manual e intelectual

o momento de articulação entre subjetividade e objetivação, entre a consciência e o mundo da produção, entre superestrutura e infra-estrutura, compreendidos como os pólos da relação dialética que define o objeto como produto da atividade subjetiva articulada à atividade real, material.”

Se o trabalho humano não está ontologicamente colado à natureza e a transcende, se há uma opção humana diante do objeto, é nesse espaço de liberdade que o homem se constrói à medida que transforma a natureza. A realidade, na verdade, não é construída de modo arbitrário, já que a realidade objetiva existe independentemente do homem e interpõe suas resistências. Objetividade e subjetividade estão assim interligadas na intencionalidade da consciência, diante de um núcleo objetivo que tem suas resistências. A consciência procura ir além do dado existente, ela é por natureza emancipadora.

Neste sentido, não deveria o trabalho realizar o homem, já que permite a sua consciência objetivar-se no mundo, realizando suas necessidades e desejos? Se desconsiderarmos o trabalho a partir de suas determinações históricas corremos o risco de acreditar que todo e qualquer trabalho humaniza e transforma as relações sociais, emancipando o gênero humano⁽¹⁾.

Este, porém, não é o caso do trabalho no mundo capitalista. Com o advento deste modo de produção, ele passa a ter características próprias, determinadas pela relação capital e trabalho e pela *mercantilização da força de trabalho*, relação conflituosa que acentua a luta de classes, e a coloca em outro patamar. Conseqüentemente, para o trabalhador coletivo, o trabalho é um meio para realizar as necessidades apenas fora do trabalho, e o seu próprio trabalho lhe é estranho.

O trabalho transforma-se numa mercadoria que viabiliza a compra de outras mercadorias para satisfazer o ho-

mem. O trabalho capitalista reverte, assim, a tendência emancipadora da consciência, deixando de ser um fim para ser um meio no qual se realiza a necessidade. Oliveira (1995: 16), ao analisar as propensões do mundo contemporâneo, aos olhos de próceres da pós-modernidade⁽²⁾, nos indica que, para eles, “todo o processo de produção vira (...) um processo autotélico, inteiramente desvinculado dos fins das pessoas e, neste contexto, o princípio econômico se faz o critério fundante da existência histórica⁽³⁾.” Ao nosso ver, a questão central desta concepção se explicita ao demonstrar-nos que

“os produtos do trabalho humano, as mercadorias, submetem os homens aos seus imperativos: elas são o elemento decisivo de constituição da sociabilidade, uma vez que os produtores individuais sociabilizam seu trabalho através do mecanismo de troca de mercadorias, de tal modo que aqui as coisas constituem a mediação das relações sociais.” (Oliveira, 1995: 16)

As características da divisão do trabalho existentes nas bases da organização do trabalho capitalista, agudizam todos os perigos que ameaçaram os homens em épocas passadas.

“Mesmo considerando que as máquinas permitam superar a divisão do trabalho existente até os nossos dias e configurar um ensino politécnico e um autêntico trabalho coletivo (no futu-

ro), a economia capitalista (...) destrói todas estas possibilidades” (Suchodolski, 1976: 130).

Na contradição central e insuperável do capitalismo, os homens que vivem em oposição mútua (explorados e exploradores) chegam a integrar-se e unir-se pelos mecanismos de controle do capital para ampliar as forças produtivas. No entanto, nestas relações sociais de dominação e nas bases em

que se organizam as forças produtivas, a produção é realizada socialmente, mas a apropriação do resultado do trabalho é privada. A grande conseqüência disto, é que se arranca do homem que trabalha, do indivíduo humano o conteúdo essencial da vida, tanto no que constitui a experiência adquirida como no seu sentido moral e espiritual, pois o trabalho passa a ser um meio de subsistência, com aspecto de independência, separado do produtor.

Esta é a organização das relações de trabalho que desumaniza o homem, mesmo no quadro da atual reestruturação produtiva do capital que tem em sua estrutura uma aparente liberdade e democracia, onde tradicionalmente os donos dos meios de produção compram a força de trabalho dos trabalhadores em troca de um salário para mantê-los vivos e, tem seu ápice na extração das horas não pagas de trabalho, ou seja, na apropriação da mais-valia. As tendências atuais, com a heterogeneização e complexificação das relações de trabalho, redimensionam este conflito em faces multiformes. Há por um lado, o aumento da exploração daqueles trabalhadores polivalentes, superespecializados, adaptados às necessidades da acumulação flexível. Por outro lado, contraditoriamente, com a intensificação da *subproletarização*⁽⁴⁾ e, ao mesmo tempo, com a ampliação do assalariamento dos setores de serviços, há a apresentação de outras formas de relação de exploração no mundo produtivo. Ou a *força de trabalho periférica* é excluída dos postos de trabalho tradicionais e passa a compor o exército de reserva (qualificado, pouco qualificado, desqualificado) dos desempregados, subempregados, etc., ou conforme nos apresenta Teixeira⁽⁵⁾, o trabalhador que vive nas malhas das pequenas e microempresas fornecedoras das grandes empresas “não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor da capacidade de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas traz uma mercadoria que foi produzida antes de entrar na esfera da circulação...” passam a se confrontar no mercado, sem eliminar o trabalho vivo

Na visão clássica de Marx, o trabalho é categoria fundante da sociabilidade humana

como fonte produtora de valor e de mais-valia, nem a alienação do trabalho. Isto é, “o aumento crescente do capital constante em relação ao variável” (Marx, 1983) reduz relativamente, mas não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca. Mantém-se então, a antiga relação de exploração, pois enquanto os proprietários dos meios de produção acumulam capital com a extração da mais-valia, os trabalhadores empobrecem.

Além da separação que há entre produto e produtor, promovendo a reificação, a desumanização do trabalho empurra o homem à brutalidade total suprimindo suas forças físicas e espirituais. Essa alienação estende-se também ao nível da consciência, quando são atribuídas a ela supremacia e independência sobre a realidade, identificadas na separação entre teoria e prática, decisão e ação nas relações de produção capitalistas. Há também a tendência à fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora, o que dificulta a construção coletiva da consciência de classe para a apropriação e unificação do saber e do fazer.

A desigualdade no processo de produção, apropriação e distribuição do saber demonstra-nos como se dá a relação trabalho-educação frente à relação trabalho-capital: “se o saber é produzido socialmente, pelo conjunto dos homens e nas relações que estabelece no trabalho para garantir sua sobrevivência, ele é elaborado, sistematizado, privadamente.” A classe dominante, utiliza-se de instrumentos intelectuais para organizar o conhecimento produzido nas relações sociais em conhecimento elaborado, “passando a assumir o ponto de vista de uma classe social, que o utiliza a seu favor.” (Kuenzer, 1986: 38). Nestes termos, o capitalismo necessita da incorporação da criatividade e da subjetividade do trabalhador no processo produtivo, para a valorização do valor.

Na tentativa de superar esta estrutura classista, a sociedade permanece em constante luta, através da qual a classe hegemônica alimenta seus ideais e seu poder pela força de convencimento ideológico, pelo controle dos instru-

mentos de comunicação e de todo o aparato supraestrutural de representação e de repressão do Estado capitalista. A história das sociedades está eivada da visão dos dominantes. A este respeito, Marx e Engels dizem-nos que

“...pelo fato de dominarem como classe e determinarem todo o alcance de uma época histórica, é evidente que tudo isso se leva a cabo em toda a sua extensão sob outros que dominam como pensadores, produtores de pensamentos que organizam a produção e distribuição dos pensamentos do seu tempo, isto é, que os seus pensamentos são os pensamentos predominantes na época” (1984: 72)

Dentre outros meios, a educação – dentro e fora da escola – sociabiliza hegemonicamente e contraditoriamente a ideologia capitalista. Para servir aos interesses de classe, dificilmente o saber oficial aprendido na escola corresponde à concretude das relações sociais. Há um mascaramento da exploração de classe pelo discurso das diferenças e aptidões individuais que é utilizado para a regulação do saber como forma de controle e dominação social. Este controle é posto a serviço do processo de acumulação do capital, que tem a produção e a apropriação de conhecimentos como imprescindíveis

“para elevar a produtividade, e a qualidade dos produtos, através da incorporação do progresso técnico-científico, reduzindo o tempo de trabalho necessário (trabalho abstrato)” Moura (1993: 167).

Neste sentido, o aumento da produtividade gera o aumento da mais-valia possibilitando sua apropriação pelos capitalistas, em sua forma monetária.

A luta de classes sempre esteve presente na organização, legislação e concepções do conhecimento, manifestan-

do-se, assim, nas multifaces do processo educacional formal e informal, quando destinados às classes privilegiadas ou para as classes trabalhadoras.

O caráter dualista do saber, historicamente determinado, agudiza-se no capitalismo pois aos filhos da classe dominante é oferecido o ensino propedêutico, erudito, de caráter geral através do qual re-

produzir-se-ão os conhecimentos necessários para manter a dominação. À classe trabalhadora está destinado o ensino instrumentalista para o domínio do seu ofício. Este ensino, entretanto, vai modificando-se conforme a complexificação

tecnológica do processo produtivo.

A busca da eficácia e do aumento da produtividade, que promoveu modificações do padrão de acumulação do capital, e é, por sua vez, quem determina a demanda da formação dos recursos humanos de alto nível. O capital através do controle de investimentos e financiamentos a instituições e a pesquisadores, pode definir os objetos de investigação e com isso os caminhos da ciência oficial. Isto privilegia, com o acesso ao saber elaborado, uma pequena parcela dos trabalhadores, o que valida a tendência à desproletarização. Ao contrário, para a grande massa de trabalhadores, este saber não é veiculado, recebendo estes, apenas o treinamento necessário às suas funções cotidianas nos postos de trabalho. Conseqüentemente, tendo em vista os desdobramentos da crise atual, eles estão fadados à desqualificação, à exclusão do posto de trabalho ou à subproletarização. De qualquer forma, entendemos que não existe uma relação direta entre qualificação e empregabilidade.

Os aparatos para manter esta estrutura dual estão sustentados pelos mecanismos de exclusão próprios deste sistema concorrencial. Neste espaço complexo de disputas, duas concepções de formação se chocam, a formação

O trabalho transforma-se em mercadoria que viabiliza a compra de outras mercadorias para satisfazer o homem

unidimensional e a formação omnilateral do homem. A primeira, aponta para o enquadramento do homem ao trabalho útil ao capital, como extensão da máquina, produzindo-lhe deformidades, tornando-o estranho e desumano, ser alienado do seu próprio ato criativo, um ser insensível e sem necessidades (Marx, 1993: 157 ss). A segunda, na busca do

“desenvolvimento total, completo e multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação” (Manacorda, 1993: 78).

Neste embate de concepções, existem ainda, presentes na formação unidimensional, várias tendências à formação polivalente e flexível do trabalhador, as quais se propõem globalizantes e de qualidade total, o que fragmenta e confunde a classe trabalhadora. Ao nosso ver, tais tendências são apenas desdobramentos e sofisticções da Teoria do Capital Humano e visam politicamente a adaptação consentida do trabalhador às necessidades do capital.

Embora nos limites da sociedade de classes, a luta pela conquista da formação politécnica do trabalhador deve sempre estar em pauta. Mesmo que entendamos a processualidade contraditória desta luta, devemos avançar rumo à formação tecnológica, totalizadora, rumo à omnilateralidade.

A relação trabalho-educação é essencialmente política, pois há um embate de classes também pelo acesso à cultura técnica, que é uma das formas pelas quais a classe trabalhadora busca sua emancipação. Nogueira (1990: 91), citando Marx e Engels, afirma que

“a luta pelo saber relativo à atividade produtiva representa uma dimensão importante da luta de classes porque atinge a questão do poder no interior da fábrica (...). São os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão aos trabalhadores controlar esse processo – controle do qual foram historicamente expropriados”.

Há para a burguesia uma ameaça, portanto, do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores. Ou seja, a possibilidade histórica da superação do capitalismo ser concretizada.

Neste embate, a educação assume o significado de uma arma para os dois e, continua Nogueira,



Alunos na oficina do Senai

“faz-se necessário que o trabalhador consiga não somente ter acesso a esse saber, mas que possa ainda chegar a controlar o processo produção/reprodução (as condições de transmissão) dos conhecimentos científicos e técnicos” (idem).

É evidente que o sentido deste controle sobre o processo aponta para a emancipação da classe trabalhadora e para a ruptura com a sociedade de classes, onde os homens possam ter plena “posse de capacidades técnicas e práticas, como plena capacidade de prazeres humanos” (Manacorda, 1991: 83).

Novas relações de trabalho, novos desafios para a classe trabalhadora?

Compreendemos que, embora as relações de classe e as relações de trabalho venham se complexificando e modificando com o desenvolvimento

das forças produtivas e os avanços tecnológicos, estas modificações não eliminam a luta de classes. Esta continua sobre as mesmas bases de exploração, mas traz elementos novos para a análise das categorias desenvolvidas por Marx e Engels, evidenciando-nos a atualidade de suas teses em um novo ce-

nário, erigido com as transformações no mundo do trabalho, com o crescimento da densidade dos setores médios da sociedade (promovidos pela política do Welfare State), e com as novas organizações no processo fabril, novas tecnologias e novas formas de gestão da força de trabalho.

Vale lembrar que estas transformações partiram (no caso da Europa) do modelo taylorista-fordista para o processo de acumulação flexível na tentativa de solucionar os problemas dos modelos anteriores frente a atual crise do capitalismo.

Esta crise, de natureza cíclica, fruto das contradições do próprio modo de produção, tem promovido, na atualidade, o desemprego estrutural e a terceirização de serviços, alterando, portanto, as organizações de trabalhadores e o perfil sindical.

Estas alterações, como vimos, têm provocado nas últimas décadas o questionamento da concepção marxista, que percorreu, segundo Coggiola (1995) uma série de etapas que foram

acompanhadas por boa parte da esquerda mundial: a definição da classe operária dos países industriais como integrada no sistema capitalista, a própria pertinência do conceito de classe, até chegarmos ao estágio atual, em que se questiona toda a análise de classe.

Entendemos que a base, o elemento central da história das classes sociais, é a dialética da objetividade e da subjetividade, sobre suas condições materiais de existência. Desta forma, percorrendo com o pensamento de Marx e Engels esta história, vamos ganhando elementos concretos para a análise das raízes de momentos históricos determinados, que nos possibilitam analisar o papel do devir das diversas classes nos sucessivos modos de produção social, com ênfase no capitalista – entendendo sua natureza transitória – que, num futuro, poderão conduzir-nos a uma sociedade sem classes.

Compreendemos que para Marx, as classes se definiam de acordo com sua relação de propriedade com os diversos meios de produção, sendo a produção de vida social o fundamento último da história humana, considerando derivados os outros critérios distintivos das classes sociais.

A questão de classe e a luta de classes como motor da história da sociedade humana foram abordadas como um aspecto de uma concepção de conjunto materialista e dialética. Em outros termos, são as relações com os meios de produção que determinam a base de existência das diversas classes num determinado momento histórico de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Estas são consideradas objetivamente apenas no seu devir histórico, pelo seu antagonismo irreconciliável com outras classes.

“A resolução deste antagonismo implica a passagem para um outro estágio da organização social da produção, determinado por outros antagonismos de classe...” (idem: 143).

As teses que a pós-modernidade ataca na teoria marxista são apontadas por Antunes (1995), Andrade (1993) e

Coggiola (1995) – entre outros – em seus estudos sobre as transformações do mundo do trabalho e os atuais rumos das classes trabalhadoras. Segundo estes autores, a crítica pós-moderna à atualidade do pensamento marxiano expressa-se fundamentalmente em duas teses diferenciadas mas muito próximas entre si. A primeira afirma a tendência esvanescente da classe trabalhadora, da classe operária, e aponta para o desaparecimento de qualquer política baseada nos seus interesses históricos. A segunda tese afirma que a atual lógica do capital torna estéril a luta de classe do proletariado, “que não mais seria (nem teria sido nunca) portadora de um projeto social potencialmente alternativo ao capitalismo” (idem, *ibidem*).

A solução política apontada pelos defensores destas teses é que as lutas não devem mais basear-se nas organizações operárias ou visar a conquista do poder político pela classe operária. Devem, ao contrário, procurar apoiar-se em “lutas comunitárias” ou “das minorias”, procurando manter o isolamento do Estado. É importante percebermos que o abandono desta concepção significa a negação da noção de inteligibilidade do processo histórico que só se dá enquanto processo social.

As bases destas teses estão ora na concepção comteana, ora na weberiana de classe social, versões que descambam num individualismo metodológico que se ajusta bem como base para o projeto neoliberal, em pleno desenvolvimento na atualidade. Alguns intelectuais, como Robert Kurz, André Gorz, Adam Schaff, Claus Offe e outros, além de apontarem o abandono do

“conceito de classes sociais, abandonam conjuntamente a própria idéia de lógica do processo histórico, lógica suscetível

de torná-lo dominável pelo gênero humano. É nada menos do que isto o que está em jogo na questão das classes sociais, em especial da classe operária, no período histórico contemporâneo” (idem: 145).

A desigualdade no processo de produção, apropriação e distribuição do saber demonstra-nos como se dá a relação trabalho-educação frente à relação trabalho-capital

Como consequência inerente, o pensamento pós-moderno questiona a centralidade da categoria trabalho na construção da sociabilidade humana.

Estas teses são elementos de fortes contestações por parte dos teóricos marxistas que, compreendendo a realidade em sua dialeticidade,

mostram que o desaparecimento tendencial da classe operária é um fato que as estatísticas estão longe de comprovar. Afirma Coggiola (op. cit.) que o processo econômico do pós-guerra testemunhou o maior crescimento do proletariado em toda a história (sem contar o numeroso contingente da ex-União Soviética e do Leste europeu). Neste sentido, Andrade (1993: 223) em seus estudos sobre a mesma questão, conclui que “na escala mundial existem mais trabalhadores industriais do que em qualquer período da história”, numa relação estatística entre o crescimento do desemprego, o crescimento do emprego industrial e o crescimento demográfico.

As alterações que ocorreram nas últimas décadas no mundo produtivo, devido à automação, informatização e flexibilização industrial, com a acentuação da desproletarização e com o aumento do desemprego estrutural, não constituem elementos consistentes para a conclusão sobre a antecipação do fim da classe trabalhadora, a não ser sob uma ótica mecanicista. Pelo contrário, com o crescimento da participação dos trabalhadores do setor de serviços e a incorporação das mulheres no setor produtivo, ampliando assim o trabalhador

coletivo, temos uma significativa expansão e ampliação da classe trabalhadora.

Neste sentido, na processualidade complexa e contraditória da luta de classes,

“o marxismo nunca afirmou que a revolução socialista só seria possível em condições em que a classe operária fosse socialmente majoritária (...), afirmou que, pela sua posição social objetiva, a classe operária é a única que poderia dar, através da sua própria revolução, uma saída progressiva à revolta de todos os estratos sociais explorados contra o capital, revolta determinada pela decomposição objetiva do sistema capitalista”. (Coggiola: 154).

Nas relações de trabalho do capitalismo atual, os elos que se formam a partir das interrelações categoriais que diminuem as clivagens entre trabalho manual e intelectual, entre o trabalhador da produção e o do serviço, transformam-nos em instrumentos iguais no mecanismo de cooperação capitalista do trabalho. Isto alarga a massa de proletários ao invés de provocar seu desaparecimento, isto se apropriarmos do conceito de operário enquanto trabalhador coletivo, sentido atribuído por Marx n' *O Capital* (op. cit.).

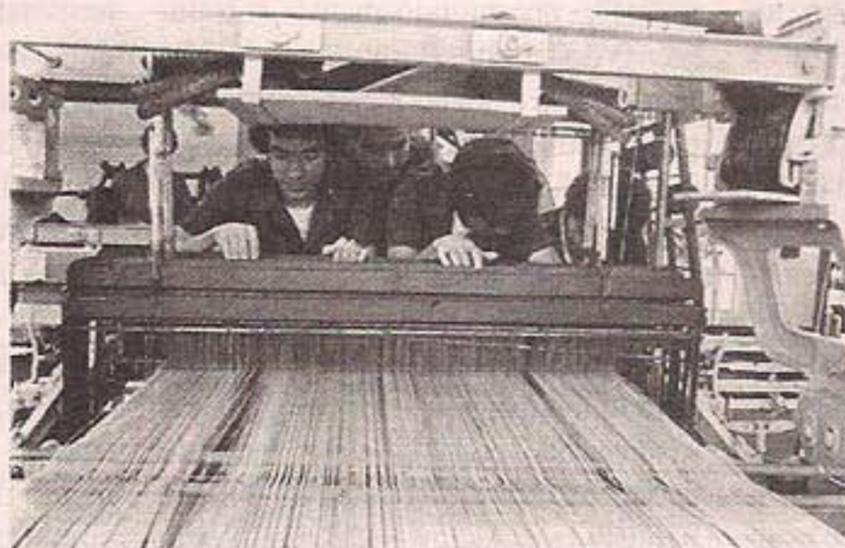
Esta análise nos leva a concluir que o operariado não desaparecerá tão rapidamente, conforme o preconizado, e que, fundamentalmente, não há nem mesmo a perspectiva distante de qualquer possibilidade de eliminação da classe trabalhadora.

De fato, concordamos com Antunes (1995: 86) que

“embora o mundo do trabalho esteja heterogeneizado, complexificado e

fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e vitalidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho. Esta não exclui nem suprime outras formas de rebeldia e constatação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto classe, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista”.

Acreditamos que estas teses que afirmam a tendência para o fim da classe trabalhadora, não refletem a realidade das relações sociais de produção, não contribuindo, assim, com as lutas histó-



ricas de resistência e busca da superação das sociedades de classes. Elas, ao nosso ver, tentam obnubilizar os caminhos que apontam para a construção da sociedade socialista, contribuindo, ao contrário, com a política neoliberal vigente.

Por isso, os principais desafios ao sindicalismo combativo dos países que estão sob influência destas tendências capitalistas, estão na capacidade de reverterem este quadro, combatendo o sindicalismo participacionista e, efetivamente, instaurarem um sindicato horizontalizado, participando e auxiliando na estruturação de uma nova organização societal, com claros traços anticapitalistas.

Outro desafio a ser enfrentado é tentar reverter a dimensão discriminatória e acentuadamente dual da educação, presente historicamente na relação trabalho-educação. Atualmente, evidenciamos que, ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a superqualificação de alguns trabalhadores em vários ramos produtivos, desenvolve-se intensamente um processo de desqualificação da maioria dos trabalhadores, em outros. O contraponto a esta questão imediata, é a identificação e a incorporação dos organismos representativos dos trabalhadores, de um projeto de formação politécnica que tente dar conta da valorização da força de trabalho frente à heterogeneidade da classe trabalhadora e ao mesmo tempo resista à integração e a sociabilidade capitalista.

Superar a fragmentação da classe trabalhadora e buscar mecanismos necessários, capazes de possibilitar a confluência e aglutinação de classe (todos os trabalhadores e trabalhadoras, empregados, desempregados, subproletarizados, intelectuais, trabalhadores dos setores de serviços, da economia informal), contra todas as tendências à individualização das relações de trabalho, ao neocorporativismo, ao

estranhamento do trabalho, à exploração; enfim contra o capitalismo, deve ser a tarefa crucial dos socialistas revolucionários, tendo como pontos imprescindíveis a apropriação da teoria revolucionária e a atuação partidária.

Por nossa argumentação, avançando para além de refutar tais tendências, nas condições históricas atuais, acreditamos ser importante reafirmar a centralidade do trabalho no desenvolvimento da sociabilidade humana, enquanto *protoforma do ser social*⁶. Além da imprescindibilidade de se soerguer a conquista democrática da educação tecnológica, da formação omnilateral, como um dos meios dentre outros fundamentais, para a emancipação efetiva dos trabalhadores.

CÁSSIA DAMIANI é professora do Departamento de Teoria e Prática do Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

Notas

(1) Como indica Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, “ser genérico, entendido como ser consciência, que vive a efetividade humana omnilateral; ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre” (Lisboa: Edições 70, 1993).

(2) Entre outros, R. Kurz, D. Harvey, C. Offe, V. Hölsle, em *Ética e Economia*, São Paulo: Ática, 1995.

(3) V. Hölsle (1991), citado por Oliveira, defende que “as sociedades modernas consideram o fim fundamental da vida social satisfazer as necessidades econômicas de seus habitantes. A polêmica fundamental entre liberalismo e socialismo não é sobre o fim, mas sobre os meios de chegar a atingir esta meta básica. O desenvolvimento econômico se faz o eixo em torno de que gravita a vida dos povos, o que leva à agressividade entre os Estados e à crise ecológica, que ameaça a sobrevivência da vida no planeta.” Evidentemente não é este o nosso referencial de análise.

(4) Segundo R. Antunes (1995, 41), subproletarização é um fenômeno social inerente ao aumento desemprego

estrutural, e diz respeito à “expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, informal, trata-se da “*periferia da força de trabalho*”, uma imensa parcela de excluídos dos postos de trabalho da grande indústria. Este fenômeno é o reverso contraditório da superespecialização e da intelectualização do trabalho.

(5) Políticas de industrialização e reestruturação produtiva, Fortaleza, 1994 (mimeo.), p. 27, citado por Oliveira (Op.cit.).

(6) A este propósito, Lukács, G. (1979:16) nos diz que “através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; desenvolve as potências nele ocultas e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas de acordo com sua finalidade”. Este autor trabalhou detidamente sobre os escritos marxianos e aprofundou *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx* a respeito da centralidade do trabalho e a capacidade teleológica do ser social.

Bibliografia

ANDRADE, E. Metamorfoses do capitalismo e da classe operária. In J. NOVOA (org.), *A história à deriva*: Salvador: UFBA, 1993.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

ARANTES, A. *Neoliberalismo e o governo Collor*. In *Revista Princípios*

os. São Paulo: Anita Garibaldi, n.º 24, fev-abr., 1992, 09-14.

COGGIOLA, O. O marxismo e classes sociais na atualidade. In Claudio Katz (org.), *Novas tecnologias. crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

FIDALGO, F. S. e MACHADO, L.R.S. *Controle da Qualidade Total: Uma Nova Pedagogia do Capital*, Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

FRIGOTTO, G. *Trabalho e educação face a crise do capitalismo: ajuste neoconservador e alternativa democrática*. (Tese para concurso de Titular), Rio de Janeiro: UFF, 1993.

KUENZER, A.Z. *Educação e trabalho: questões teóricas*. RBAE. Porto Alegre, vol. 4 (1), jan.- jun., 1986, 36-49.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K. *O Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MARX e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOURA, G. A. P. *Inovações tecnológicas e organizacionais no processo de produção capitalista: significado e conseqüências para os trabalhadores*, Tese de Mestrado, FAGED/UFC, Fortaleza, 1993.

NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

OLIVEIRA, M. A. *Ética e Economia*. São Paulo: Ática, 1995.

SUCHODOLSKI, B. *Teoria marxista da educação*. vol. I e II, Lisboa: Editora Estampa, 1976.

Educação brasileira em tempos neoliberais

Por trás do discurso oficial da qualidade do ensino está a destruição da escola pública brasileira

NEREIDE SAVIANI

O movimento popular e progressista, no Brasil, vem há muito lutando pela democratização do ensino. A educação brasileira limitou-se, ao longo de sua história, a atender aos interesses das elites, visando formar, entre elas, os dirigentes, e tendo-se voltado para o povo apenas nos limites da formação de mão-de-obra e da inculcação ideológica para direcionar a escolha dos governantes.

Nosso sistema educacional marginaliza milhões de crianças das camadas populares, tanto pelo número insuficiente de escolas públicas como pela precária qualidade do ensino ali ministrado. Em consequência, permanecem altas as taxas de analfabetismo entre jovens e adultos, os quais vêm-se alijados do atendimento educacional ou com escolarização ainda mais precária que a de crianças e adolescentes.

Estudantes e trabalhadores em educação, organizados em defesa do ensino público, concebem a luta pela democratização do ensino como parte da luta pela democratização da sociedade. Entendem que a democratização, no âmbito da educação, comporta três fatores indissociáveis: ampliação das oportunidades de acesso e permanência das amplas massas populares na escola; garantia de boa qualidade do ensino a elas ministrado; participação de

estudantes, professores, funcionários e pais de alunos na gestão das escolas e nos órgãos de decisão sobre o ensino.

No discurso oficial, a melhoria da qualidade do ensino tem sido uma “palavra-de-ordem”, assim como a participação da comunidade nos assuntos educacionais. Quanto à quantidade, esta já não é mais colocada como problema.

Presidente da República e Ministro da Educação entoam, afinados, o mesmo jargão, com duas máximas: a quantidade está resolvida, a questão, agora, é cuidar da qualidade; os recursos são suficientes, o problema é que são mal gastos e mal distribuídos. Cuidar da qualidade requer o empenho em atender ao “cliente”. Gerir recursos exige transferência de responsabilidades, que supõe descentralização (municipalização) e inclui parcerias, terceirização e, até, privatização. Em suma, o Estado vai-se desobrigando em relação à educação e aos demais serviços sociais.

Tempos neoliberais

Quando Hayek⁽¹⁾, em 1944, escreveu *O Caminho da Servidão*, certamente não poderia imaginar o sucesso que suas teses fariam, no mundo inteiro, quase cinquenta anos depois. Na ocasião, os veementes ataques à interven-

ção do Estado na economia, a defesa intransigente da liberdade de mercado, não tiveram muito eco, a não ser em alguns círculos restritos⁽²⁾. Afinal, o Estado interventor (principalmente o modelo Socialista, mas também o de Bem-Estar), alvo de suas pesadas críticas, parecia estar dando certo: o bloco socialista avançava, a União Soviética tornava-se uma grande potência mundial; o capitalismo atingia rápido e alto crescimento e seguia cooptando consideráveis parcelas de trabalhadores. Até mesmo o chamado Terceiro Mundo aparentava ganhar fôlego, com o modelo de substituição de importações, em que o Estado apresentava-se como peça chave do desenvolvimentismo, através da industrialização. O resgate ainda que com outras roupagens das teses de *laissez faire* do liberalismo clássico, destoava do ambiente então favorável à planificação.

Nos anos 70, os modelos econômicos do pós-guerra entram em crise. O peso do Estado passa a ser questionado, por seu agigantamento e burocratismo, por sua ineficiência, e, principalmente, pela sua vulnerabilidade à pressão das organizações dos trabalhadores. Eis um ambiente favorável à expansão do ideário neoliberal. O livre mercado é apresentado como o redentor, o antídoto necessário à crise daqueles modelos:

a crise fiscal, do Estado de Bem-Estar; a crise de estagnação, do Estado Socialista; a crise de endividamento, do Estado Industrial Desenvolvimentista. Ganha terreno a tese do 'Estado mínimo'. Agora, mais precisamente definido: mínimo, no que diz respeito aos gastos sociais; forte, porém, quanto à capacidade de controle.

Hayek, nos anos 40, ao recobrar as teses liberais do individualismo, "em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo", na defesa do "respeito ao homem individual", da "aceitação de seus gostos e opiniões" e do "desenvolvimento dos dotes e das inclinações individuais por parte de cada um" (op. cit., p. 38), exaltava as diferenças e criticava qualquer tendência à equalização. O casal Friedman, nos anos 60, defende, também, a liberdade individual – "a liberdade econômica constitui requisito essencial da liberdade política" (Friedman & Friedman, 1980, p.16) – reforça o princípio da liberdade de escolher e o respeito às diferenças, com igualdade de oportunidades, num mercado livre, aberto a todos.

A derrubada do muro de Berlim e a sucessiva queda dos regimes do Leste europeu ensejaram a veiculação da tese do capitalismo como "fim da história". O contexto unipolar da "nova ordem mundial" faz dos anos 90 cenário propício ao resgate do neoliberalismo, que deixa de circunscrever-se ao domínio teórico-ideológico e converte-se na política preferida dos governantes dos países centrais, ricos, especialmente no que tange ao seu receituário para os países periféricos, pobres – que eles costumam chamar de "em desenvolvimento".

Como já observamos em outro momento (Saviani, 1995), atualmente o neoliberalismo vai configurando-se como

"um corpo doutrinário cujo eixo é a redução do papel do Estado e a retomada da ênfase no mercado e no indivíduo, desvinculado de suas organizações (partidos, sindicatos, associações), ou, quando muito, diluído na 'comunidade'.

Quer-se apresentar como a política necessária ao contexto de globalização da economia e à nova divisão internacional do trabalho, por ela imposta. E apregoa a quebra das fronteiras entre as nações, justificando que, com o fim da bipolaridade, os países podem 'conviver em paz' e comercializar livremente sua produção e seus recursos. Tudo isto, facilitado pelo vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de comunicação, sob a chamada terceira revolução técnico-científica deste final de século". (p. 13).

Em matéria de educação, as pautas neoliberais têm por eixo um "novo" conceito de público, desvinculado de estatal e de gratuito, com a transferência da responsabilidade para a sociedade civil, a comunidade, a família, embora admitindo-se subsídios para os necessitados – tal como já recomendara Friedman (1977, p. 80):

"Se o custo financeiro imposto pela exigência da instrução fosse compatível com a situação da grande maioria das famílias de uma comunidade ... seria factível e desejável que os pais arcassem diretamente com a despesa. Casos extremos poderiam ser resolvidos por subsídios especiais para famílias em determinadas condições".

Sobre a conveniência de se "impor diretamente os custos aos pais" procura-se seguir o que o mesmo Friedman salientava:

"Isso eliminaria a máquina governamental necessária para recolher os impostos dos residentes durante toda a vida e para devolver este mesmo dinheiro a essas mesmas pessoas durante o período em que seus filhos estão na escola. Isto reduziria a probabilidade de que o governo também administrasse as escolas (...) E aumentaria a probabilidade de que o componente de subsídio nas despesas para a instrução decli-

nasse à medida que a necessidade de tal subsídio diminuísse com o aumento geral do nível de vida". (Idem, p. 80)

A idéia de garantir subsídios para os "mais desprivilegiados", fora explicitada, pelo casal Friedman, através da proposta de "cupões para a escolarização primária e secundária" (Cf. Friedman & Friedman, 1980, pp. 161-172), visando "dar aos pais maior controle sobre a educação de seus filhos", além de garantir-lhes "maior liberdade de escolher, enquanto, ao mesmo tempo, se retêm as atuais fontes de financiamento". De posse do cupom, destinado a despesas educacionais, os pais teriam plena liberdade de escolher a escola onde usá-lo – "contanto que ela satisfaça certos padrões" (Cf. idem, pp. 161-163) – tanto privada como pública:

"Os pais poderiam, e deveriam, ter permissão para usar os cupões não só em escolas privadas mas também em escolas públicas - e não apenas em seu próprio distrito, cidade ou Estado, mas em qualquer escola que esteja disposta a aca- tar-lhe o filho. Isso daria aos pais maior oportunidade de escolher e, ao mesmo tempo, exigiria que as escolas públicas se financiassem, cobrando anuidades (total se o cupom corresponder ao custo pleno; pelo menos em parte, em caso contrário). As escolas públicas teriam, nesse caso, de concorrer entre si e com as escolas privadas". (Idem, p. 163).

A lógica do mercado é, portanto, o imperativo das propostas neoliberais. Inspirados em idéias como a desses autores, governos e organismos internacionais vêm articulando discursos sobre a ênfase no ensino básico e sobre a relação da educação com o conhecimento, voltada para o novo mundo do trabalho. Entre as palavras da moda, destacam-se: competitividade, produtividade, desempenho, equidade, consenso, integração, descentralização.

Nosso sistema educacional marginaliza milhões de crianças das camadas populares

Nesse quadro, os mecanismos de regulação pública exigem um redimensionamento do papel do Estado, centrado na normatização e no controle.⁽³⁾

A ordem é a redução de custos: diminuição de gastos globais referentes aos docentes (salário, formação), aumento do número de alunos por classe, instituição de turnos múltiplos; utilização mais racional dos prédios escolares; desenvolvimento de outras formas de financiamento (taxação de impostos para a educação, créditos educativos, bolsas de estudo, "bônus-educação" ou "cheque-educação", novas formas de apoio comunitário); redistribuição ou remanejamento dos fundos disponíveis; transferência de alguns gastos de capital e periódicos à comunidade, através de parcerias, terceirização ou privatização. Fala-se, ainda, em financiamento diversificado, que supõe a destinação dos recursos de acordo com a qualidade e a eficiência das escolas, bem como o apoio a setores e atividades que compensem desigualdades e carências.

As medidas em curso, recomendadas por organismos internacionais, capitaneados pelo Banco Mundial, prevêm a reestruturação da administração da educação, com a introdução de reformas educacionais e pedagógicas, para diminuição da evasão e da repetência. Dentre elas, apontam-se: reforma do sistema educacional (descentralização/municipalização); maiores exigências para acesso ao ensino superior; seleção e avaliação dos profissionais (promoção, demissão, pagamento, conforme mérito); modificação da duração dos ciclos escolares; reformas curriculares – com ênfase na matemática, nas ciências exatas, na linguagem, na informática – visando-se à formação de força de tra-

balho com nível mais alto de conhecimento, recursos humanos flexíveis, de acordo com as exigências das novas

A quantidade está resolvida, a questão agora é cuidar da qualidade – entoam, afinados, Presidente da República e Ministro da Educação

tecnologias; mecanismos de avaliação do rendimento escolar e docente (avaliação quantitativa e qualitativa, feita pela própria escola e pelo Estado, avaliação externa do sistema educacional, pelos "clientes" - empresas e usuários).

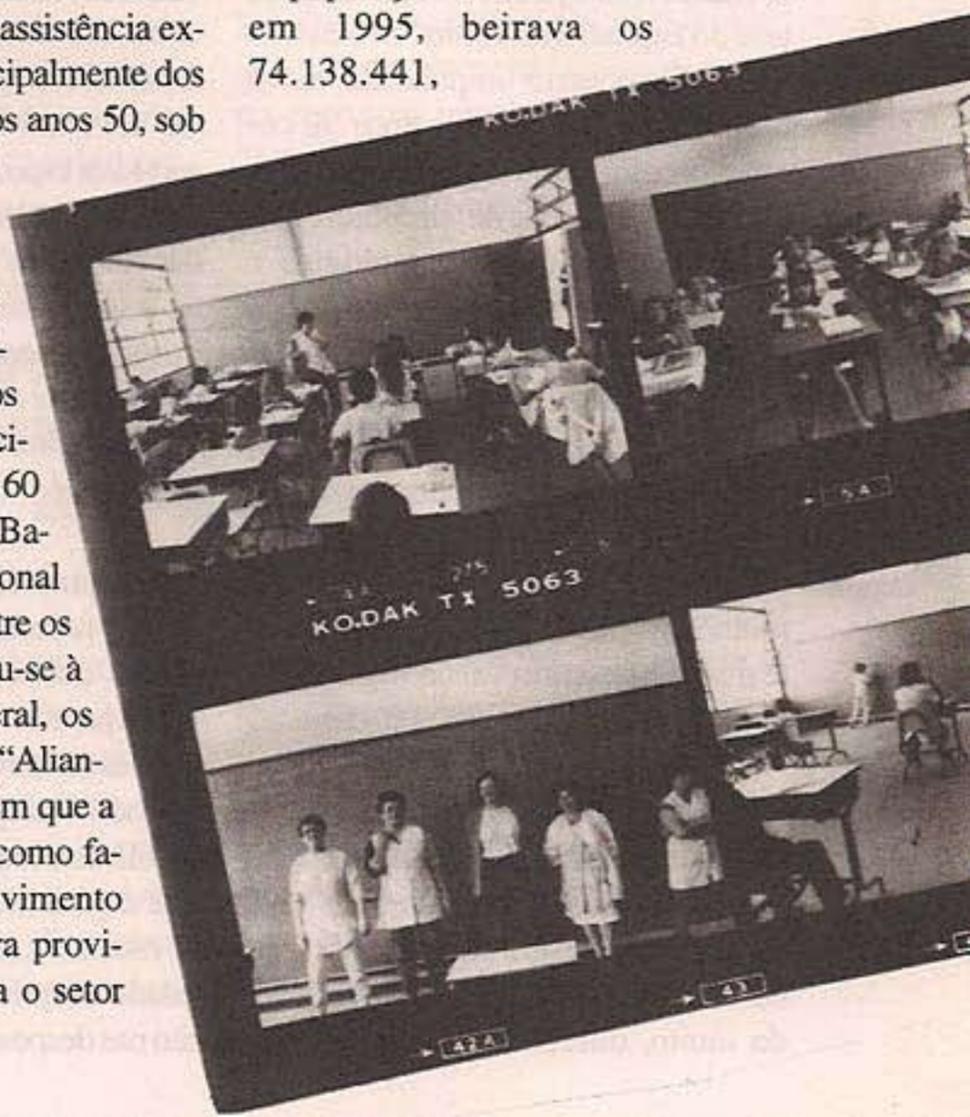
Para a profissionalização dos professores, estão sendo propostos: programas de capacitação à distância; preparação pedagógica mais breve, menos acadêmica; contratação de especialistas com experiência no setor produtivo; regime de dedicação exclusiva, sem a contrapartida salarial; liberdade para os centros educativos na determinação total ou parcial dos salários dos docentes, de acordo com o projeto educativo.

Numa tradição de dependência, o Brasil vem seguindo à risca a orquestração dos organismos internacionais. Desde a primeira metade deste século, tem aceito a "assistência externa" à educação, principalmente dos Estados Unidos.⁽⁴⁾ Até os anos 50, sob a forma de cooperação técnica: basicamente, na proposição de preceitos ligados à idéia de universalização, tardiamente incorporados nos primeiros planos educacionais do início dos anos 60 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961. Entre os anos 60 e os 70, assistiu-se à interação política bilateral, os acordos MEC/USAID ("Aliança Para o Progresso"), em que a educação era colocada como fator direto de desenvolvimento econômico e meio para provimento de técnicos para o setor

produtivo, especialmente no nível médio (segundo grau), com ênfase no ensino profissionalizante. Dos anos 80 para cá, as diretrizes são de estabilização econômica, ao lado da preocupação com a pobreza dos países do "terceiro mundo". A educação é pensada como meio de aliviar a pobreza (através de medidas compensatórias) e de conter o aumento populacional, que gera pressões sociais. Daí, a ênfase no ensino primário, visto como o mais apropriado para assegurar às massas um ensino mínimo e de baixo custo.

A educação no Brasil: alguns números

Costuma-se dizer que o Brasil é um país de dimensões continentais. De fato, no seu vasto território, com área total de 8.511.996,3 km², vivem cerca de 152.373.603 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 17,9 (quase 18 habitantes por quilômetro quadrado). Do total de habitantes, 120.350.537 (78,98%) constituem a população urbana e 32.024.066 (21,02%), a rural⁽⁵⁾. A população economicamente ativa, em 1995, beirava os 74.138.441,



entre pessoas de 10 a 60 anos ou mais. O Produto Interno Bruto (PIB), no mesmo ano, foi de R\$ 631,7 bilhões e o PIB per capita, R\$ 4.053,72. Mas a distribuição interna não reflete essa média aritmética. O salário mínimo mensal é de R\$ 112,00⁽⁶⁾, sendo que aproximadamente 23% dos ocupados ganham até meio salário mínimo⁽⁷⁾.

Quanto à escolarização: da população de 10 anos e mais, registram-se 16,2% sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo; 21,1%, com 1 a 3 anos; 34,8%, com 4 a 7 anos; 12,3%, com 8 a 10 anos; 15,4%, com 11 anos ou mais de estudo. O índice de analfabetismo, considerada a população de 7 anos ou mais, está na faixa de 13,7%, o que equivale a 20.876.744 pessoas, sendo 12.010.809 nas áreas urbanas e 8.865.935, nas rurais⁽⁸⁾.

Quantidade resolvida?

O governo brasileiro insiste em afirmar, não somente em discursos de palanques, mas, também,

problema da educação brasileira não é de quantidade, é apenas de qualidade.

É o que se lê, por exemplo, no folheto de divulgação do Projeto Acorda, Brasil, está na hora da Escola!, do Governo Federal:

“... o Brasil praticamente universalizou o acesso ao ensino básico. Apenas locais isolados, de difícil acesso, não possuem escolas. (...) Mas apesar de ser um gigante em números, o Brasil ainda é pequeno na qualidade do ensino que oferece aos seus alunos. (...)

Se, por um lado, existem professores querendo ensinar, alunos querendo aprender e escolas em número suficiente, por outro lado o que falta

e como os trabalha?

O Projeto "Acorda, Brasil..." fala em "42 milhões de alunos, estudando em 344 mil escolas, onde trabalham cerca de 2 milhões de professores." (Idem. Fonte não mencionada).

Estatísticas do MEC (Cf. MEC/SEF, 1996, pp 9-17), referentes a 1994, registram 31,2 milhões de alunos no ensino fundamental, sendo 88,4% em escolas públicas e 11,6% em escolas pri-



em pronunciamentos divulgados por rádio, televisão, revistas e jornais, e em documentos oficiais, que o

é maior atenção e participação dos governos, da sociedade e da própria comunidade escolar.”(Brasil, Governo Federal, 1995).

Quais são os dados do governo,

vadas, com a seguinte distribuição por região: 14%, Sul; 7%, Centro Oeste; 9%, Norte; 31%, Nordeste; 39%, Sudeste. Essas mesmas estatísticas informam a existência de 194.487 estabelecimentos de ensino⁽⁹⁾, sendo 70,3% escolas

rurais e 29,7% escolas urbanas, embora as rurais respondam por apenas 17,5% das matrículas do ensino fundamental, enquanto as urbanas, por 82,5%.⁽¹⁰⁾

As informações sobre o magistério dão conta que, de um total de 1.377.665 funções docentes: 114.870 são exercidas por pessoas com educação fundamental (69.277 incompleta, 45.593, completa); 612.316, com educação média (23.793, com formação magistério incompleta, 552.122 com formação magistério completa e 36.401, com outra formação, completa); 650.484, com educação superior (81.133, com licenciatura incompleta, 546.452 com licenciatura completa e 22.899, com outra formação, completa) (Cf. MEC/SEF, 1996, p. 17). São, portanto, mais de 250 mil professores leigos.

Quanto à escolarização da população, os dados revelam insuficiência a partir da segunda fase (quinta à oitava série) do ensino fundamental: apenas 19% com primeiro grau completo; 13% com nível médio; 8% com nível superior. (Idem, p. 10). Indicam, também, insuficiências quanto ao número médio de anos de estudo, nos estados da federação: na maioria, a média fica abaixo de 4 anos; em três estados (Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul), 4 anos; em cinco estados (Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro), de 5 a 7 anos; apenas o Distrito Federal apresenta média de 8 anos. Quanto ao gênero: a média das mulheres é de 4,9 anos de estudo, e a dos homens, 5,1. Quanto à cor: preto, 3,3; pardo: 3,6; branco, 5,9; amarelo, 8,6. (Idem, p. 11)⁽¹¹⁾. E conduzem seus analistas a concluir:

“Considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente da vida social, esta situação indica a urgência das tarefas e o esforço que o Estado e a sociedade civil deverão assumir para superar a médio prazo o quadro existente”. (Idem, p. 10).

Tal esforço consistirá na contenção da repetência e da evasão, cujas taxas apresentam médias de 41% e 45%, respectivamente. O tempo médio que se leva para concluir o primeiro grau gira em torno de 11,2 anos.

Ou seja, aproximadamente 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série (Idem, pp. 12-14). Para o governo, isto implica a necessidade de se voltar mais para o tratamento da qualidade:

“Durante décadas a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização. Em relação ao ensino fundamental, houve um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola.” (Idem, p. 9)

Decorrendo, disto, “a necessidade de revisão do projeto educacional do país, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem” – já que “a oferta de vagas está praticamente universalizada no país.” (Idem, p. 9). Curiosamente, porém, admite-se, ao mesmo tempo (e na mesma página):

“O maior contingente de crianças fora da escola encontra-se na Região Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste há desequilíbrios na localização das escolas e, no caso das grandes cidades, insuficiência de vagas, provocando a existência de um número excessivo de turnos e a criação de escolas unidocentes ou multi-sériadas.” (MEC/SEF, 1996, p.9)

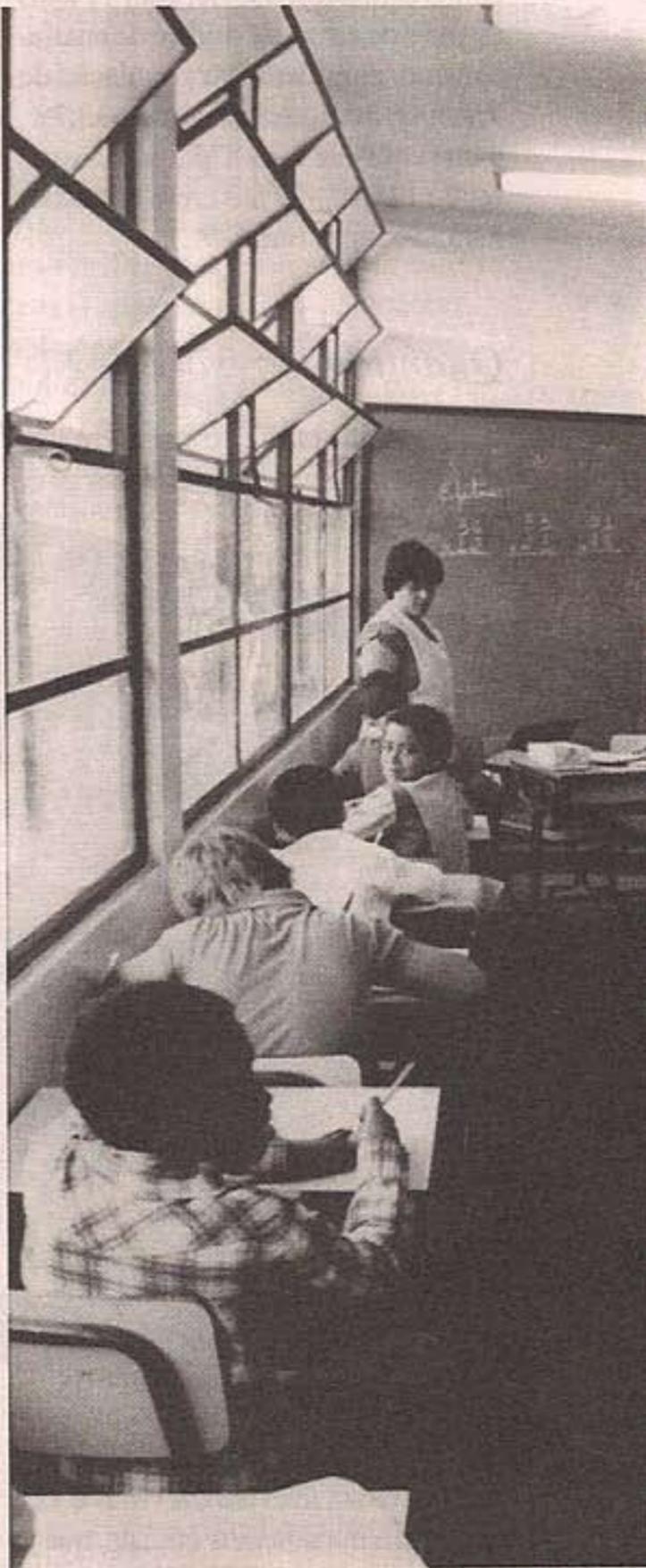
Dados de 1995, fornecidos pelo IBGE⁽¹²⁾ revelam a existência de 2,7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, beirando 10% da população dessa faixa etária. O que significa, então, proclamar-se que o Brasil “praticamente” atingiu a universalização da escola básica?

A forma como o governo trabalha os dados estatísticos para fundamentar suas teses apresenta algumas flagrantes distorções: - Divide o número de crianças pelo número de escolas / salas de aula / bancos escolares, obtendo uma média aritmética “favorável”. Nisto, desconsidera, por exemplo, que as vagas não estão necessariamente onde se encontram as crianças;

- Calcula a demanda com base nas crianças matriculadas, desconsiderando as que estão fora da escola;

- Trabalha com dados gerais, desconsiderando as parcelas da população que vêm sendo atendidas pelas escolas particulares;

- Fala em ensino básico (que, na nossa legislação, abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio), mas concentra-se nos dados do ensino fundamental e, nele, quase sempre se atém às quatro primeiras séries, chegando, não raro, a usar o ultrapassado termo “primário”;- Opera com percen-



tuais, desconsiderando os números absolutos. Alardeia, por exemplo, a queda da taxa de analfabetismo, ignorando que, se é verdade que, de 1981 a 1990, o percentual caiu (de aproximadamente 25% para cerca de 18%, chegando, em 1995, a 13,7%), o número absoluto vinha se mantendo acima de 16 milhões, e, em 1995, atingiu mais de 20 milhões.

No que diz respeito à escolarização das crianças, o governo afirma: "Em 1950, apenas 65% das crianças brasileiras tinham acesso à escola. Hoje, esse número pulou para mais de 95%, o que equivale a dizer que o Brasil praticamente univer-

salizou o ensino básico" (Brasil, Governo Federal, 1995).

Ainda que não houvessem as distorções mencionadas, seria inadequada a afirmação "praticamente universalizou". Afinal, em dezenas de milhões, um índice de 5% significa muita criança fora da escola!...

Recursos suficientes?

Para o governo, não há falta de recursos para a educação, o problema está no

fato de que eles são mal distribuídos e mal gastos. As medidas para resolvê-lo incluem: ajustes na relação custo-benefício; descentralização (via municipalização).

No primeiro caso, propõem-se: racionalização, enxugamento da máquina administrativa; alteração da proporção professor-aluno (aumento do número de alunos por classe); redução nos custos de capital (modificação do aproveitamento da rede física, não investimento em construção de escolas); apelo à comunidade (colaboração voluntária, e, como já dissemos, terceirização, parcerias, privatização).

No segundo, a tônica é a transferência de responsabilidades da esfera central para os poderes locais, com repasse de verbas. A medida do governo para contemplar esta diretiva é a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, sob a forma de emenda constitucional. Por ele, cada estado da federação deve formar um fundo, com 15% da arrecadação fiscal, estadual e municipal. O montante obtido deve ser dividido pelo número de alunos das redes públicas, seja a estadual, sejam as municipais, destinando-se R\$300,00 por ano, a cada aluno, excetuados os de educação infantil (0 a 6 anos) e os de ensino supletivo (jovens e adultos).

O que representam R\$300,00 por aluno/ano? Considerados os 200 dias letivos (determinados pela legislação, a partir de 1997), a "vultosa" quantia de R\$1,50 por dia! Para o governo, parece suficien-

te. Afinal, até ultrapassa o mínimo recomendado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que é de 230 dólares. Só que, na maioria

dos países, o investimento gira em torno de 25% do PIB *per capita*, o que, no Brasil, beiraria os R\$ 1.000,00. Mas, atingir essa soma "estouraria" as contas do governo...

Enquanto isso, os professores seguem na luta inglória por melhores condições de trabalho. Até mesmo o acordo de um piso

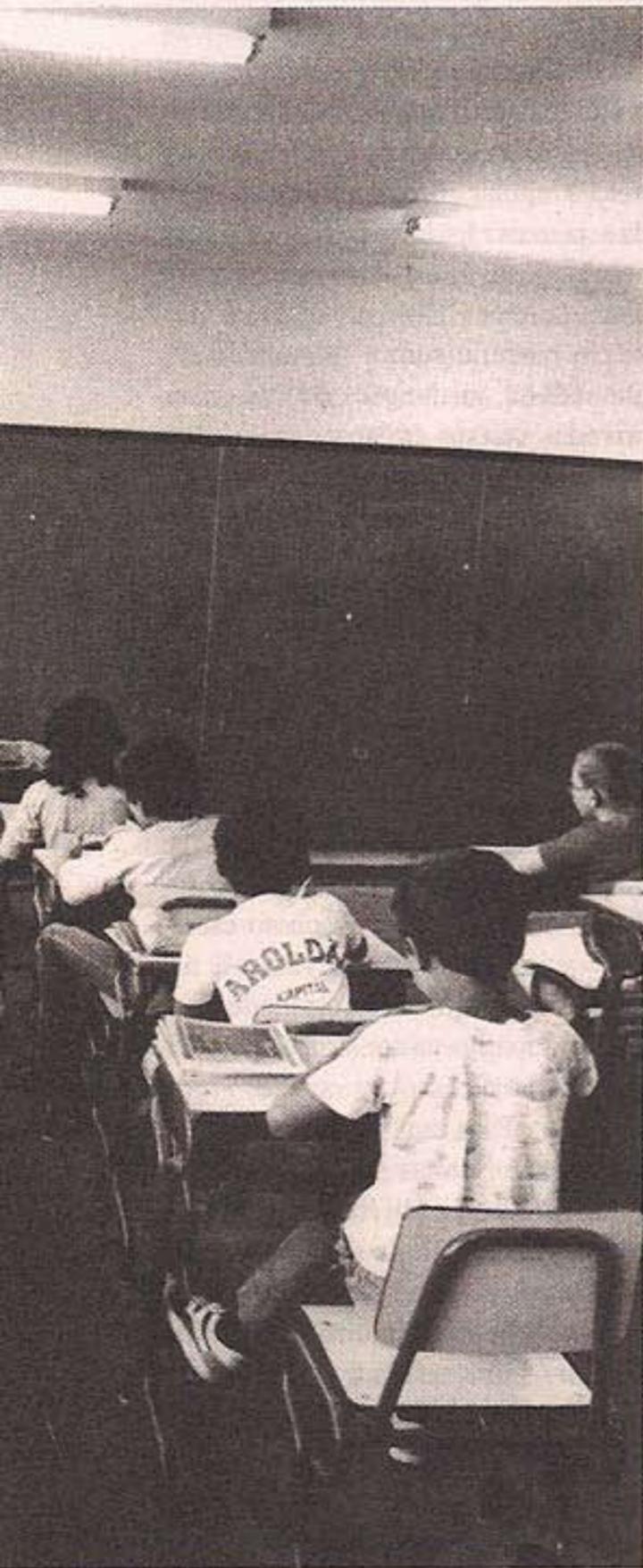
nacional de R\$ 300,00 mensais é constantemente desrespeitado, simplesmente recomendando-se sua observância como salário médio. Há estados da federação em que o salário dos professores sequer atinge R\$ 50,00!...

Para a educação, não foi possível, em um ano, investir mais de 1,48 bilhões, enquanto que, "num piscar de olhos", 11 bilhões são deslocados para socorrer banqueiros falidos!

Qual qualidade? Para quem?

É difícil acreditar na proclamada intenção de investir na qualidade do ensino, quando os recursos são assim tratados. O governo fala em começar pela priorização do ensino básico, por ser essencial para o exercício da cidadania e por ser nele que se concentram os maiores problemas. Só que priorizar, no caso, se dá em detrimento de outros níveis. Será possível atender ao nível básico sem dar atenção aos demais? No ensino superior, por exemplo, são (ou deveriam ser) formados os professores do ensino básico, é ali que são feitas as pesquisas que diagnosticam as condições do ensino nos vários níveis e são produzidos conhecimentos que tendem a contribuir para seu aprimoramento e aperfeiçoamento, para a solução de suas dificuldades e problemas.

Por outro lado, como dissemos, o



César Diniz

ensino básico, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui-se pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Mas o discurso oficial é ambíguo na utilização desses termos: fala em básico e fundamental como se fossem a mesma coisa, e, quase sempre, são as quatro primeiras séries o alvo das principais preocupações, chegando-se, mesmo, a utilizar a expressão “ensino primário” – quando, há já 25 anos, a legislação brasileira substituiu a divisão entre primário e ginásio pelo ensino de primeiro grau de oito

anos. Talvez não seja simplesmente força de expressão. A ênfase, agora, está mesmo nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, o que pode ser observado em medidas concretas, como a da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que reestruturou a rede, separando, em diferentes prédios, as escolas de 1ª à 4ª, das de 5ª à 8ª série, numa definição que tenderá a tornar-se modelo para o país. Isto vai contra a idéia de sistema nacional de ensino e a concepção de escola unitária, defendidas por amplos setores do movimento popular (docente, estudantil, e outros, mesmo não ligados diretamente à atividade educacional).

Sintomática, também, é a forma como se concebem os conteúdos do ensino. Para a elaboração dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), o governo central, através do MEC, resolveu fazê-lo em *petit comité*, formado, basicamente, por profissionais de proa de algumas escolas privadas, num processo que desconsidera a experiência acumulada nas redes de ensino oficial dos vários estados e municípios, bem como a elaboração teórica e as investigações em curso nas

universidades e instituições de pesquisa em educação.

Em trabalho recente (Saviani, 1996), tivemos oportunidade de expressar algumas apreciações sobre o Documento Introdutório aos PCN e sobre o processo de sua elaboração.

A ordem da lógica do mercado é a redução de custos: diminuição de gastos globais referentes aos docentes, aumento do número de alunos por classe, etc

No que tange ao tema do presente trabalho, cumpre destacar que:

"Apesar de referências a aspectos da cultura e à formação dos domínios afetivos, atitudinais, além dos cognitivos, a ênfase está nos conteúdos, restritos, porém, aos conhecimentos a serem as-

similados. E os objetivos, a capacidades de aprendizagem, no sentido de cognição (...) Os conhecimentos científicos e tecnológicos – assim como o emprego, no ensino, de computadores e outros recursos considerados avançados – são valorizados pela sua utilidade, instrumentalidade (...). O próprio ensino fundamental, aliás, é definido por seu caráter instrumental, de preparar para aprendizagens futuras”.

As finalidades da educação escolar, portanto, reduzem-se à aprendizagem de conhecimentos, úteis, imediatamente aplicáveis, tanto nas possíveis atividades profissionais, quanto na convivência social”. (p.5)

Daí, então, a ênfase nos conteúdos como conhecimentos mensuráveis.

Numa abordagem que parece desconsiderar que o currículo – como questão de cultura – envolve múltiplos aspectos da vida humana e das áreas do saber, os PCN definem-se por um “modelo psicopedagógico”, que transforma uma somatória de teorias psicológicas em proposta (teoria?) pedagógica. Ao pensar a educação escolar prioritariamente (ou exclusivamente)

sob o prisma da psicologia, torna muito limitada a compreensão da natureza do processo de ensino-aprendizagem e de suas relações com questões do conhecimento.

Outras medidas colocam em dúvida a intenção de se agir no sentido da melhoria da qualidade do ensino, ou, pelo menos, indicam que governo e movimento popular falam de coisas diferentes, quando apregoam a necessidade de investimento na qualidade. Entre tantas, cabe destacar o tratamento que está sendo dado à formação de professores, em que a ênfase recai na capacitação em serviço (eufemisticamente chamada educação continuada), preferencialmente pelo sistema de ensino à distância, em detrimento da formação regular inicial (que se recomenda seja mais rápida, menos acadêmica, bem ao gosto de organismos internacionais, como a CEPAL). Melhor ainda, se em parceria com a “comunidade” (entenda-se, instituições educacionais privadas, setores empresariais ligados ou não à educação, organizações não governamentais de diversas origens e finalidades).

Mais uma vez, o exemplo da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo é emblemático. Em seu projeto para a formação docente, financiado pelo Banco Mundial (Cf. Secretaria de Estado da Educação, 1996), almeja, como investimento na qualidade de ensino (centrada na redução dos índices de fracasso escolar – evidenciados na evasão e na repetência), “que a comunidade seja co-participativa na construção de uma cultura de sucesso no ensino.” (op. cit., p. 6). Para tanto, depois de definir algumas linhas gerais, está “encomendando” a diferentes instituições a elaboração de projetos para a capacitação dos professores da rede estadual. Num primeiro momento, entram as universidades públicas situadas no Estado (três estaduais e uma federal) e duas universidades católicas. O passo seguinte prevê o contato com universidades privadas e ou-

tras instituições de ensino superior. Por fim, abrir-se-á para quaisquer instituições interessadas em estabelecer parceria com o Estado, na nobre causa de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, que tem na competência docente um dos principais requisitos. De posse dos diferentes projetos, a Secretaria da Educação organizará um catálogo informatizado, colocando-o à disposição das escolas, que poderão “comprar” os projetos que mais atendam às suas necessidades, de acordo com as características da sua realidade. Como se vê, impera a lógica do mercado, na óptica da “liberdade de escolha”. Fragmenta-se a rede, renuncia-se à noção de sistema, aliás já descaracterizada. As próprias universidades estaduais, que, em tese, integram o sistema estadual de educação, transformam-se em parceiras da Secretaria. A garantia da “unidade” estará na avaliação de todos os projetos, a ser feita, com os mesmos critérios, por instituição de notório saber, que, no entanto, não participou do processo.

A prática de avaliação “externa” aplica-se, também, à apuração do rendimento escolar de alunos dos vários graus, já desde o ensino fundamental. O governo federal instituiu o “provão”, que visa avaliar instituições e cursos de ensino superior, através da verificação do aproveitamento de alunos concluintes. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (de novo, o exemplo!) está criando o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar (Cf. Fundação Carlos Chagas/ Secretaria de Estado da Educação, 1996). É todo um aparato institucional, com colegiado dirigente, equipes de gerenciamento, técnico-operacional, pedagógica, de treinamento e de apoio administrativo, para atuar em níveis central, das Delegacias de Ensino e das Unidades Escolares (cf. op. cit., pp. 20-23), num esquema de “instrumentos padronizados constituídos de questões objetivas” (p. 16). Nota-se, pois, que o

(neo) tecnicismo é chamado a definir indicadores, padrões e critérios de qualidade, de fora para dentro e de cima para baixo. Entre outras ações, pretende-se “estabelecer, em parceria com instituições especializadas, uma sistemática de elaboração, aplicação e correção de provas de conteúdo, bem como de análise dos resultados obtidos” (p. 8). E, como um dos resultados, espera-se “engajar a sociedade civil, através da divulgação dos resultados da avaliação, na promoção da melhoria da qualidade de ensino”. (p. 11).

O estado de São Paulo, aliás, dá um trato sistemático, e até mais sofisticado, ao que o governo federal propõe como parceria. Este, quando solicita a ajuda de setores empresariais, organizações não-governamentais e mesmo de pessoas físicas, apresenta sugestões de “*como colaborar diretamente para melhorar a qualidade das escolas*” (Governo Federal, 1995) – visando-se à atualização dos professores, ao aprimoramento da cultura geral de professores e alunos, ao atendimento a alunos com necessidades específicas, ao bom funcionamento das escolas, etc - tais como:

“... Patrocinar a realização de palestras, seminários e cursos de atualização nas escolas. Doar livros e assinaturas de jornais e revistas para uso dos professores.

(...) Doar máquinas de escrever, videocassetes, projetores, televisores, computadores e impressoras. (...) Promover a criação de bibliotecas, ludotecas e videotecas. Subsidiar a instalação de laboratórios de ciências...

(...) Patrocinar excursões pedagógicas. Patrocinar sessões de tea-

tro e cinema.

(...) Oferecer atendimento psicológico, fonoaudiológico e oftalmológico. Fornecer óculos, aparelhos ortopédicos e de surdez.

(...) Prestar auxílio administrativo à escola. Promover concursos entre escolas. Patrocinar a divulgação do trabalho dos professores e dos alunos. Incentivar os alunos, premiando seu rendimento na escola.

(...) Ajudar as crianças com dificuldade, ministrando aulas de reforço... Prestar auxílio na manutenção e conservação do prédio escolar...” (Idem)

É assim que o governo concebe a participação da comunidade nos assuntos educacionais. Enquanto mantém o controle, o Estado desobriga-se das suas responsabilidades, sob a alegação: “A escola não é do governo. É do seu filho.” (Idem)

Educação de qualidade, para o governo, é aquela que traz resultados palpáveis, imediatos, de produção e de consumo, ligados, por exemplo, à saúde:

“Um povo doente não produz, não gera renda, não consome. Todos perdem com isso. (...) Uma nação instruída tem mais consciência dos cuidados mínimos para evitar e prevenir doenças. E esse é o tratamento mais eficiente e mais barato para ter um país saudável.” (Idem)

E, principalmente, ao mercado de trabalho:

“Só uma mão-de-obra educada pode ser qualificada. (...) Educar

significa formar melhores profissionais, produzir mais, desperdiçar menos, ter mais desenvolvimento.” (Idem)

A forma como o Governo trabalha os dados estatísticos para fundamentar suas teses apresenta flagrantes distorções

Como se vê, esta “qualidade” visa mais o atendimento às demandas da nova economia. Hoje, govern e empresários brasileiros fazem coro com organismos internacionais, apregoando “educação



CONEG da UBES/abril 1997

para todos”, o que sempre tem sido a reivindicação dos trabalhadores. Porém, a julgar pelos recursos destinados, e pela forma como o Estado vai submetendo a escola pública à lógica do mercado e da iniciativa privada, a repetição de tal palavra-de-ordem não passa de preleção demagógica. A menos que por esses “todos” se compreendam os poucos que podem ser absorvidos pelo cada vez mais restrito mercado de trabalho, num regime cujo caráter excludente atinge, sob a égide da “nova ordem mundial”, os níveis mais exacerbados.

À guisa de conclusão

Ensino de boa qualidade, na perspectiva dos trabalhadores, é aquele que propicia a formação de homens e mulheres capazes não somente de trabalhar com eficiência e com desenvoltura para enfrentar situações novas, mas também - e principalmente - de entender o sentido da atividade humana materializada no trabalho, dominando seus

fundamentos históricos e teóricos: tanto no que diz respeito a aspectos técnicos dos processos produtivos, como no que concerne às relações sociais que eles encerram. O estudo das ciências da natureza, da sociedade e do pensamento - na sua história, na sua lógica e no seu método - é imprescindível para uma formação assim concebida.

Ensino de boa qualidade é o que propicia aos alunos: superar o estreito vínculo de seus interesses pessoais imediatos; entender as relações do homem com a natureza e as relações dos homens entre si; perceber o sujeito humano como autor e artífice do seu mundo e de sua história, e a expressão disto nos elementos culturais legados pelas diversas gerações dos diferentes povos; conhecer as características, necessidades e aspirações do povo a que pertence, identificando as diferentes forças e seus interesses de classe, captando contradições e perspectivas de sua superação. É, enfim, o ensino que propicia a formação integral da personalidade do sujeito histórico.

Na atual avalanche neoliberal, a co-relação de forças tem sido muito desfavorável aos setores populares, democráticos e progressistas. Na maioria das batalhas, a nova direita, neoliberal e neoconservadora, vem levando vantagem. Mas o movimento popular organizado tem apresentado resistências, embora muitos antigos lutadores venham abandonando o barco, seja por se deixarem seduzir pelos encantos da “nova ordem”, seja pela sensação de impotência diante de inimigos tão fortes, ou, talvez, porque o pó da queda do muro ainda lhes arranhe os olhos, impedindo-os de enxergar as contradições e fazendo-lhes crer que a *débauche* das experiências socialistas deste século indicam que não há alternativa para a exploração capitalista...

No entanto, para quem não aceita

o propalado “fim da história”, a bandeira da justiça não pode ser abandonada. Em matéria de educação, é tempo de recuperar a luta pela escola pública, gratuita, laica e unitária. Sob pena de se ver destruída a já tão frágil escola pública brasileira...

NEREIDE SAVIANI é doutora em educação pela PUC-SP e professora do Programa de Estudos Pós-graduados em História e Filosofia da Educação da PUC-SP. Este texto foi apresentado no Congresso Pedagogia/97, em Havana/Cuba.

Notas

(1) Friedrich A. Hayek, economista austríaco que, segundo ele próprio, esteve, na Áustria, sempre em contato com a vida intelectual alemã, e passou cerca de metade da sua vida nos Estados Unidos e na Inglaterra. Seu livro *The Road to Serfdom* (no Brasil, *O Caminho da Servidão* - traduzido por Leonel Vallandro e publicado já em 1946) é considerado o texto de origem do neoliberalismo: um conjunto de formulações contrárias à intervenção do Estado no mercado.

(2) Como a *Sociedade de Mont Pèlerin*, formada em 1947, na Suíça, e integrada, além do próprio Hayek, por intelectuais renomados, como: Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, Raymond Aron, Ludwig Erhard, Luigi Enaudi. [Ver, a respeito: Anderson, 1995 e Fernandes, 1995, entre outros].

(3) Ver, entre outros documentos: CEPAL/UNESCO, 1992; VÁRIOS, 1993; WCEFA, 1990.

(4) Ver a respeito, entre outros: Marília Fonseca, “O financiamen-

to do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional". In DE TOMASI et alii, 1996, pp. 229-251.

(5) Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados parciais da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domícilio, outubro/95.

(6) Em 1995, R\$ 100,00 (o atual vigora a partir de maio/96). Registre-se que o valor da cesta básica, em dezembro/96, foi de R\$86,51. E que o salário mínimo necessário, calculado com base nos índices de preços (custo de vida), segundo o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - foi de R\$ 794,40.

(7) Fonte: DIEESE - dados de 1993.

(8) Fonte: IBGE. Dados parciais da PNAD, outubro/95. Observe-se que este dado diz respeito aos entrevistados que informam não saberem ler nem escrever. Se considerados os que apenas conseguem assinar o nome e que não completaram sequer uma série escolar (classificados pelo IBGE como "semi-analfabetos"), o número ultrapassa 30 milhões - para não falar do analfabetismo funcional (não conclusão da 4a. série do ensino fundamental). Cf., sobre a categorização do IBGE quanto aos níveis de alfabetização, "As lições dos números", in Revista Presença Pedagógica No. 6, Belo Horizonte, Ed. Dimensão, nov-dez/1995, p. 86.

(9) Enquanto o Projeto *Acorda, Brasil...* fala em 344 mil escolas, o MEC fornece esse número de estabelecimentos de ensino. Possivelmente, o primeiro inclui as escolas particulares, enquanto o segundo se atém às públicas.

(10) As escolas rurais, em sua maioria, são estabelecimentos precários, não raro com apenas uma sala de

aula, em que o/a professor/a leciona para crianças de várias séries e idades. Diferentemente das urbanas, cujos prédios comportam 10, 15 ou mais salas de aula (com várias classes, diferenciadas por séries), além de outros compartimentos

(11) Dados de 1990. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil - PNUD/IPEA.

Obs.: Estão sendo citadas as categorias conforme constam da fonte. No que diz respeito à cor, seria mais adequado, ao invés de preto, empregar-se a categoria *negro*, que incluiria os pardos.

(12) Cf. Jornal A Folha de S. Paulo, 30/12/96, p. 1.10.

Bibliografia

ANDERSON, Perry, "Balanço do Neoliberalismo" in GENTILI, P. & SADER, E. (orgs.), *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL, Governo Federal / Ministério da Educação e do Desporto, *Um grande país começa na sala de aula* (folheto de divulgação do projeto *Acorda, Brasil. Está na hora da escola!*), 1995.

CEPAL / UNESCO, *Educacion y Conocimiento : eje de la transformacion productiva con equidad*, Santiago de Chile: Nações Unidas, 1992.

FERNANDES, Luis, "Os fundamentos da ofensiva neoliberal". In RABELO, Renato, *Construindo o futuro do Brasil*, São Paulo: Ed. Anita, 1995.

FONSECA, Marília, "O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional". In DE TOMASI et alii (orgs.), *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, São Paulo: Cortez, 1996, pp. 229-251

FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose, *Liberdade de Escolher*, Rio de Janeiro: Record, 1980.

FRIEDMAN, Milton, *Capitalismo e Liberdade*, Artenova, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio, "Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática" in GENTILI & SILVA (ORGS.), *Neoliberalismo, qualidade total e educação*, Petrópolis: Vozes, 1994.

Fundação Carlos Chagas / Secretaria de Estado da Educação, *Seminário de Estudos: modelos avaliativos*, São Paulo, 1996.

HAYEK, Friedrich A., *O Caminho da Servidão*, Porto Alegre: Globo, 1946.

MEC/SEF, *Parâmetros Curriculares Nacionais*, Documento Introdutório, Brasília, versão agosto/1996.

Revista Presença Pedagógica No. 6, Belo Horizonte: Ed. Dimensão, nov/dez/1995.

SAVIANI, Nereide, "Governo FHC, Neoliberalismo e Educação". In *Construindo um projeto para a universidade brasileira*, São Paulo: CONTEE, 1995, pp. 13-15.

SAVIANI, Nereide, "Parâmetros Curriculares Nacionais: o que dispõem para o ensino fundamental?". Anais do I CONED (Congresso Nacional de Educação), Belo Horizonte/MG, 1996. NO PRELO.

Secretaria de Estado da Educação, *Projeto de Educação Continuada. 1996-1998*, São Paulo, julho de 1996.

VÁRIOS, *Necesidades básicas de aprendizagem. Estratégias de acción*, Santiago, Chile: UNESCO/IDRC, 1993.

WCEFA, *Satisfacción de las Necesidades Básicas de Aprendizaje: una visión para el decênio de 1990* - Documento de referencia para la Conferencia Mundial sobre Educación para todos, N. York, abril de 1990.

Gesto inacabado

Partindo da continuidade do processo de criação e da incompletude que lhe é inerente, há sempre uma diferença entre aquilo que foi concretizado e o desejo do artista, sempre a ser realizado

CECÍLIA ALMEIDA SALLES

O que estarei aqui discutindo partiu do contato com manuscritos e documentos de natureza diversa de diferentes manifestações artísticas e do desejo de compreender o processo de criação.

Sentindo a saturação e as limitações dos estudos de casos isolados, iniciei o movimento em direção à busca por traços gerais do fazer artístico para que as unicidades fossem melhor apreendidas.

A recursividade e a simultaneidade, inerentes aos processos não lineares, oferecem resistência à rigidez de esquemas e ordenações temporais. Com esta preocupação em mente, uma teoria, que se encontra em aberto, foi sendo delineada: ferramentas teóricas amplas e flexíveis que tiveram como ponto de partida a concretude oferecida por manuscritos e, ao mesmo tempo, mantêm-se alimentadas por esta materialidade. São princípios de natureza geral que atuam como guias condutores para pesquisas que lidam com especificidades.

Esses guias, no entanto, não devem ser vistos como modelos fixos que, normalmente, mais funcionam como fôrmas teóricas que rejeitam aquilo que nelas não cabem.

Muito do que será discutido, aqui, de modo sucinto, já foi estudado de forma aprofundada em outros artigos. Apresento, portanto, uma visão geral de algumas características do fa-

zer artístico - uma possível morfologia do processo criador.

É importante ressaltar que assim como partindo de estudos de manuscritos de artistas específicos foi possível retirar generalizações para o campo da arte, este mesmo caminho pode ser seguido em outras direções. Esta mesma morfologia oferece meios para se olhar para *processo* em sentido bastante amplo, seja este concretizado na ciência ou na sociedade como um todo.

Trajeto com tendência

Apresento a criação como processo de representação que dá a conhecer uma nova realidade com características que lhe vão sendo atribuídas. O esforço do artista é o de fazer visível aquilo que está por existir — um trabalho sensível e intelectual executado por um artesão. Um movimento feito de sentir, agir e pensar, sofrendo intervenções do consciente e do inconsciente.

A criação mostra-se como uma metamorfose contínua — permanente mutação. É um percurso feito de formas em seu caráter provisório e precário porque hipotético. Um caminho de constantes transformações.

O percurso criador é um contínuo processo de transformação buscando a formatação da matéria de uma determinada maneira e com um determinado significado. Processo

que acontece no âmbito de um projeto estético e ético e cujo produto é uma realidade nova permanentemente experienciada e avaliada pelo artista — e um dia experienciada e avaliada pelo receptor.

O gesto criador está sendo visto como um movimento com tendência mas sem pré-determinação de fins. Peter Brook (1994) fala dessa tendência como uma intuição amorfa que dá senso de direção e Murray Louis (1992) como uma premissa geral. Essa trajetória é a persegui-



Montagem - Sergei Eisenstein

ção de uma miragem para Maurice BÉjart (1979). Arnheim (1976) detecta na criação de *Guernica* de Picasso uma idéia germinal, precisa em seu conteúdo geral mas não fixada em seus aspectos, que adquiriu seu caráter final ao ser contrastada com uma variedade de possíveis realizações visuais.

Rodin (1990) já carrega essa tendência com sua forma de expressão pois fala na concepção inicial do movimento geral da escultura e Miró a concretiza em uma maquete, como forma de colocar-se no clima.

O artista é atraído por esse propósito nebuloso e move-se em sua direção. A criação é, assim, um projeto mas sempre em progresso. O final pode ser que nada tenha a ver com a "maquete inicial" (Miró, 1989) pois o plano não tem nada da experiência que se adquire na medida em que vai se escrevendo a estória (Bioy Casares, 1988).

O processo de criação, como processo sígnico (segundo a teoria semiótica apresentada pelo filósofo Charles S. Peirce), é o lento clarear

da tendência que por sua vagueza está aberta a alterações. Um movimento falível com tendência, sustentado pela lógica da incerteza, englobando a intervenção do acaso e abrindo espaço para o mecanismo de raciocínio responsável pela introdução de novas idéias. Um processo marcado pela continuidade e crescimento, estando, portanto, em estado de permanente mutação, indefinido acabamento, regressão e progressão infinitas.

O movimento, no âmbito individual do artista, tende para a concretização de seu projeto poético; além do limite individual, essa tendência concretiza-se no aspecto comunicacional do processo criador.

Projeto poético

Em toda prática criadora há fios condutores relacionados à produção de uma obra específica que, por sua vez, atam as obras daquele criador. São princípios envoltos pela aura da singularidade do artista pois estamos no campo da unicidade de cada indivíduo. Gostos e crenças que regem o seu fazer - um projeto pessoal, singular e único.

O projeto está ligado a princípios éticos de seu criador: seu plano de valores e sua forma de representar o mundo. Pode-se falar de um projeto ético conduzido pelo grande propósito estético do artista.

O projeto poético vai se mostrando, desse modo, como princípio ético e estético, de caráter geral, que direcionam o fazer do artista: princípios gerais que norteiam o momento singular que cada obra representa. O artista está comprometido com seu projeto e, ao mesmo tempo, sente-se seduzido pela idéia de concretizá-lo. O projeto encontra suas concretizações em cada obra do artista.

Pode-se, assim, dizer que o processo de criação de uma obra é a forma do artista conhecer, tocar e

manipular seu projeto de caráter geral, através de diálogos de natureza intrapessoal.

As tendências poéticas vão se definindo ao longo do percurso - são leis em estado de construção e transformação. Trata-se de um conjunto de princípios que colocam a obra em criação em constante avaliação e julgamento.

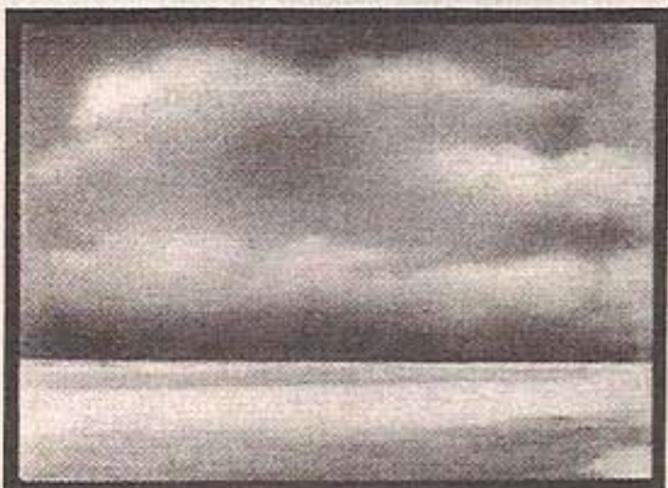
Ato comunicativo

O processo de criação mostra-se, também, como uma tendência para o outro. A arte é social porque toda obra de arte é um fenômeno de relação entre seres humanos (Mário de Andrade, 1989): "Assim como o pão e o amor, a língua e as idéias são compartilhadas com seres humanos" (Carlos Fuentes, 1989). A obra de arte carrega, sim, as marcas singulares do projeto poético que a direciona mas faz parte também da grande cadeia que é a arte.

Assim, o projeto de cada artista insere-se na frisa do tempo da arte e da ciência. É o diálogo de uma obra com a tradição, com o presente e com o futuro. A cadeia artística trata da relação entre gerações e nações: uma obra comunicando-se com seus antepassados e futuros descendentes.

Carlos Drummond de Andrade (1985) lembra que se não fossem esses tios literários, que mal ou bem nos transmitem o fio de uma tradição que vem de longe, não haveria literatura. Ninguém a inventaria. Para Kundera (1986), o espírito do romance é aquele da continuidade: cada obra é a resposta a obras precedentes e contém toda experiência do romance.

De modo semelhante, a natureza do projeto individual de cada artista é dependente do tempo e do espaço em que aquela obra se insere no percurso da criação daquele artista específico: uma obra em relação a todas as outras já por ele feitas e aquelas por fazer.



Em termos gerais, processos de criação tendem para o outro carregando os traços de seu tempo e de seu espaço. Mais especificamente, pode-se dizer que o processo criativo também é um ato comunicativo na medida em que, em sua intimidade, são travados outros diálogos de naturezas diversas.

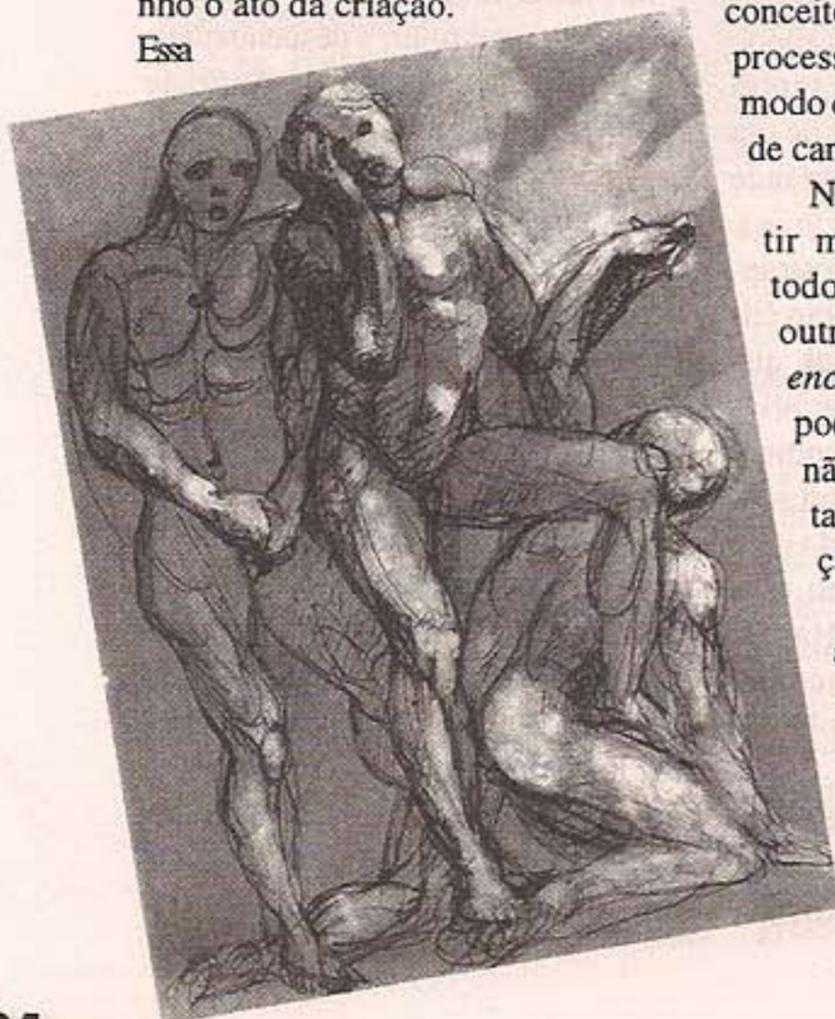
Diálogos internos: uma mente em ação que mostra reflexões de toda espécie. Diálogo do artista com o primeiro receptor da obra: esse artista-receptor é seu primeiro leitor.

Diálogo do artista com a obra em processo: ao longo do percurso, o artista muitas vezes vê-se produzindo para a própria obra.

Diálogo do artista com o receptor: a obra necessita de um receptor. Para Borges (1987) o texto é o resultado da estreita colaboração entre um autor e um leitor. Se é certo que não existe texto sem autor, não é menos certo (e tautológico) que não existe sem leitor (nem mesmo o autor escapa dessa regra: é impossível escrever um texto sem o estar lendo simultaneamente).

Pode-se falar de uma espécie de interdependência entre artista-obra-receptor: o artista não cumpre sozinho o ato da criação.

Essa



Estudo para a Porta do Inferno - Auguste Rodin

relação comunicativa é intrínseca ao ato criativo. Está inserido em todo processo criativo o desejo de ser lido, escutado, visto ou assistido. Há diferentes maneiras de abordar essa relação: complementação, cumplicidade, alvo de intenções, associação e soberania do leitor.

O percurso criador, que tende para a concretização do desejo do artista, deixa transparecer uma tendência comunicativa, em sentido bastante amplo. A partir dessa caracterização, em traços gerais, do gesto criador passamos a conhecer a tessitura desse movimento. Esse processo busca concretização - a construção de um objeto - a recompensa material (Kandinsky, 1990) de seu sonho.

Busca de recompensa material

Na tentativa de concretização do desejo do artista observa-se a presença de método — um determinado modo de ação: fazer ou não esboços, diários, anotações; disciplina, rotina, horários. Estamos, portanto, no campo do método de trabalho: **como** e **quando** o objeto é construído. A idéia de método não está ligada ao conceito de ordem mas ao longo do processo surgem regularidades no modo do artista trabalhar — são leis de caráter organizacional.

Não nos interessa, aqui, discutir métodos mas constatar que todo processo criador é, entre outras coisas, um *processo de encontro de um método*. Não se pode falar em procura porque não há, normalmente, no artista consciência nem preocupação metodológica.

O tecido do percurso criador é feito de *relações de tensão* assim como se fosse sua musculatura. Pólos

opostos agem dialeticamente um sobre o outro mantendo o processo em ação.

Em termos bastante gerais, a criação dá-se na tensão entre *limite e liberdade*: liberdade significando possibilidade infinita e limite, enfrentamento de leis.

“A arte é filha da liberdade” (Schiller, 1989). O artista tem o horizonte em suas mãos. Aparentemente, ele pode criar tudo - é onipotente. No entanto, liberdade absoluta é desvinculada de um intenção e, por consequência, não leva à ação. A existência de um propósito, mesmo que de caráter geral e vago, é o primeiro orientador desta liberdade ilimitada.

Criar livremente não significa poder fazer qualquer coisa, a qualquer momento, em quaisquer circunstâncias e de qualquer maneira. As delimitações são como as margens de um rio pelo qual o indivíduo se aventura no desconhecido. Vemos o ser livre como uma condição seletiva, sempre vinculada a uma intencionalidade presente, embora talvez inconsciente, e a valores de um tempo individuais e sociais (Ostrower, 1978).

Limites internos ou externos à obra - a tendência em seus dois aspectos já discutidos - oferecem resistência à liberdade do artista. No entanto, esses limites revelam-se como propulsores da criação. O artista é incitado a vencer esses limites estabelecidos externamente e, às vezes, determinados por ele mesmo.

A capacidade de estabelecer limites é a maior prova de liberdade - o artista é um livre criador de limites, do cumprimento deste elemento cerceador e/ou da superação deste elementos. O artista é um criador de leis, um livre criador de leis infinitas (Accioly, 1977).

Marcas de caráter psicológico

As marcas psicológicas do gesto criador carregam sentimentos

opostos que, atuando um sobre o outro, tornam a criação possível – harmonia dos opostos.

Necessidade de isolamento e de relacionamento com outros

O homem solitário pode preparar muitas coisas futuras pois suas mãos erram menos (Cecília Meirelles, 1980), talvez porque seja fechado na sua solidão que o ser de paixão prepare suas explosões e suas façanhas (Bachelard, 1978). No entanto solidão não significa recusa ao mundo. O artista precisa de sua torre de observação. Faulkner (apud G.G. Marquez, 1982) dizia que a casa perfeita para um escritor é um bordel – pois nas horas da manhã há muita calma e, em compensação, à noite há festa.

Desprazer e prazer

Desprazer está ligado ao fato de que se encontra na feitura problemas infinitos, conflitos sem fim, provas, enigmas, preocupações e mesmo desesperos que fazem do ofício do poeta um dos mais incertos e cansativos que possa existir (Valéry, 1984). Valéry fala de dificuldades que são, na verdade, de toda ordem: desconforto de decidir; resistência dos limites; busca da “palavra certa”; enfrentamento de bloqueios.

O artista mostra necessitar a paciência daqueles que trabalham sob o estímulo da esperança. Trabalho de quase-Sísifo. “O tempo não serve de medida - ser artista não significa calcular e contar, mas sim amadurecer como a árvore que não apressa a sua seiva e enfrenta tranqüila as tempestades da primavera, sem medo de que depois dela não venha nenhum verão. O verão há de vir”. (Rilke, 1980:82).

O artista enfrenta angústia de toda ordem: morrer e não poder terminar a obra; reação do público; blo-

queio; busca de disciplina; o desenvolvimento da obra; querer e não poder dedicar-se ao trabalho; precisar e não conseguir dedicar-se ao trabalho; a primeira versão; enquanto todos “personagens” não se põem em pé; angústia que leva à criação.

Surge o artista enfrentando dificuldades com angústia e buscando paciência - em estado de aparente desequilíbrio, no entanto Miró, na época do fascismo, desenhava para seu equilíbrio pessoal.

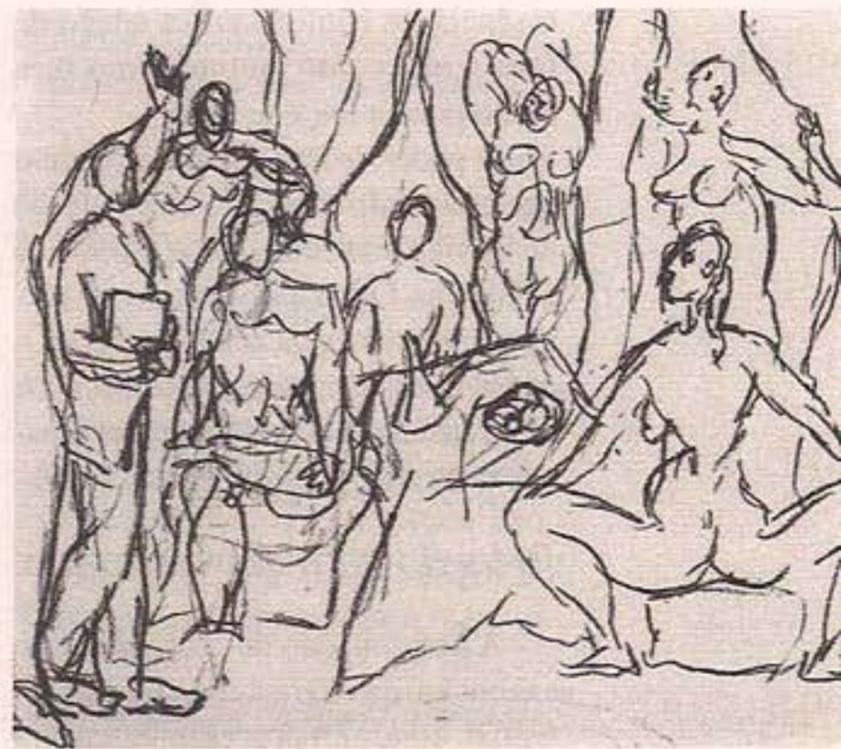
O enorme prazer que acompanha o desenvolvimento artístico poderá ser descrito algum dia como uma manifestação de energia (Klee, 1990). Kafka não pode ter sentido somente angústia mas também felicidade. O ato de escrever é uma felicidade. Talvez isso baste para justificar o que faz (Borges, 1984).

A criação pertence ao mundo do prazer e ao mundo lúdico - um mundo que se mostra um jogo sem regras, se estas existem são estipuladas pelo artista, o leitor não as conhece. Jogar é sempre estar na aventura com palavras, formas, cores, movimentos.

Diante de tanta dificuldade e da consciência de problemas o artista depara-se também com facilidades como a fluidez das associações. São fluxos de lembranças e relações: pessoas esquecidas, cenas guardadas, filmes assistidos, fatos ocorridos, sensações são trazidas à mente sem aparente esforço. Há também momentos fáceis em que idéias, gestos, decisões parecem jorrar ou aqueles instantes que exigem do artista, simplesmente, acolher o acaso.

Relação com a matéria

Olhando mais de perto a relação do propósito do artista com sua matéria prima, por exemplo, compreendemos a interdependência dialética entre os elementos. O tipo de relação que une o artista ao material envolve a escolha de um determinado material de acordo com os princípios gerais da tendência do processo, um conhecimento dos limites dados pela natu-



Esboço da composição de Les Demoiselles D'Avignon - Pablo Picasso

reza do material, o desejo e possibilidade de superar esses limites e a impossibilidade de superação.

Ao longo da criação é estabelecida uma relação complexa entre o criador e os meios selecionados que envolve resistência, flexibilidade e domínio.

A matéria é limitadora e cheia de possibilidades por isso, ao mesmo tempo, impede e permite a expressão artística. O desejo do artista libera as possibilidades numa ação extremamente ativa de ação e reação e impele para o desbravamento do (aparentemente) não-permitido. Este diálogo exige uma negociação: um diálogo entre artista e matéria que assume a forma de “obediência criadora” (Pareyson, 1989). Todo esse processo envolve manipulação que implica em um movimento dinâmico de transformação em que a matéria é transformada pela ação artística.

Relação entre forma e conteúdo

Não se pode tratar forma e conteúdo como entidades estanques. Se, por um lado, vê-se o conteúdo determinando ou falando através da forma, isto é, uma visão da forma como um recipiente de conteúdo; não se pode negar que a forma é a própria

essência do conteúdo. É a noção de forma não como automatismo mas como poesia feita de ação.

O poder de expressão do produto que está sendo fabricado está na fusão de forma e conteúdo – uma espécie de amálgama. O processo mostra essa permanente interferência de um sobre o outro. Investigar onde um começa e o outro termina é descobrir a própria natureza da arte (Carlos Fuentes, 1989).

Relação entre partes e todo

A combinação de crescimento e execução, que caracteriza o fazer artístico, conduz a procedimentos que não podem ser descritos como a elaboração sucessiva de fragmentos. A elaboração de cada entidade parcial (uma substituição de um adjetivo, uma alteração de uma marcação teatral, uma ampliação de curvatura de um tubo de aço em uma escultura) atua dialeticamente sobre a outra. Uma interação de interferências, modificações, restrições e compensações conduz gradualmente à unidade e complexidade da composição total (Arnheim, 1976).

Relação entre acabamento e inacabamento

Tomando a continuidade do processo e a incompletude que lhe é inerente há sempre uma diferença entre aquilo que foi concretizado e o desejo do artista sempre a ser completamente realizado.

Este é o valor dinâmico do inacabado. A arte é uma insatisfação humana. Fazer outra arte é a única receita para a doença estética da imperfeição (Mário de Andrade, 1989). Para Lasar Segall (1984), satisfação é, realmente, algo que o artista desconhece. Isto é “uma de suas grandezas, mas também uma de suas desgraças; estimula-o continuamente para diante, mas o artista não encontra paz interior. Há uma profunda verdade que ele pro-

cura expressar em sua obra, algo pessoal, mas nunca o consegue integralmente. Faulkner (apud Ernesto Sábato, 1985) radicaliza: se sua obra chegasse a poder equipar-se com a imagem que ele faz dela, só restaria ao artista precipitar-se do pináculo dessa perfeição definitiva e suicidar-se.

O artista dedica-se à construção de um objeto que para ser entregue ao público precisa ter feições que lhe agradem mas que se revela sempre incompleto. O objeto “acabado” pertence a um processo inacabado. Cada forma contém, potencialmente, um objeto acabado e o objeto considerado final representa, também de forma potencial, um instante do processo.

Por outro lado, existe uma diferença entre a intencionalidade ou o desejo do artista e a concretização final da obra - algo realizado mas não racionalizado que Duchamp (1989) denominou de coeficiente da arte.

Percurso de experimentação

Rascunhos e rasuras, que adquirem características específicas em cada linguagem, deixam transparecer o caráter indutivo da criação - o método de investigação na arte.

São encontradas testagens em estudos, croquis, plantas, esboços, roteiros, maquetes, copiões, projetos, ensaios, contatos, story-boards.

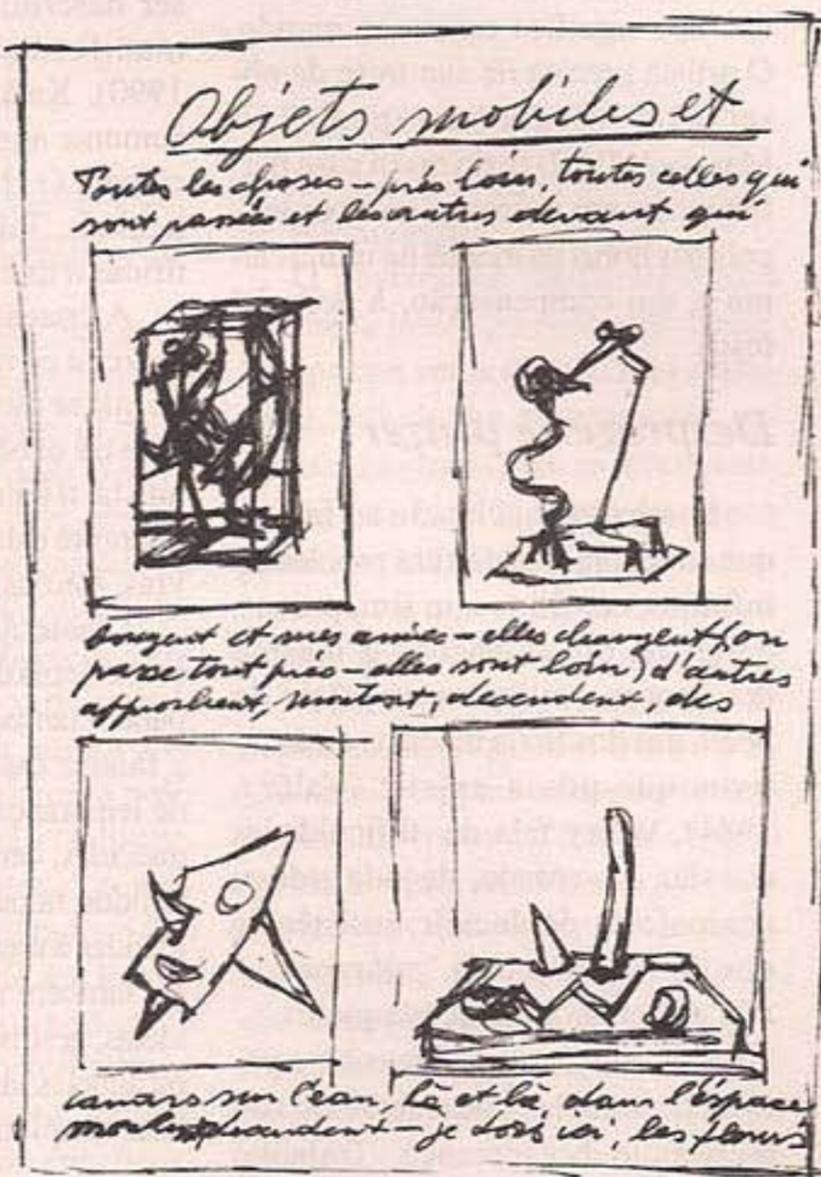
Diferentes hipóteses são levantadas e vão sendo testadas. Decisões são tomadas a partir de critérios ligados à unicidade de cada processo. Nessa medida criar é optar e selecionar. Assim dá-se o movimento cri-

ador - a mobilidade do objeto em criação. Tudo é mutável mas nem sempre é mudado.

A rasura nos é dada nos rascunhos em sua feminilidade e conseqüente fecundidade: gerando e engendrando novas formas. É nesse momento de testagem que novas realidades são configuradas excluindo outras. Nesse sentido construir é destruir.

Ação transformadora

O percurso criador em sua cons-



Anotações - Alberto Giacometti

trução de uma nova realidade alimenta-se de outras “velhas” realidades. Essa elaboração dá-se em um processo de transformação ou combinação inusitada. O homem que habita o mundo lúdico é colocado dentro de um mundo de invenção combinatória que está continuamente criando novas formas (Cortázar, 1985).

O ato criador manipula a vida em uma permanente transformação poética para construir a obra. A originalidade da construção encontra-se na unicidade da transformação. As combinações são singulares. Os elementos combinados já existiam, a inovação está na idéia de colocá-los juntos. A construção da nova realidade, sob esta visão, não surge milagrosamente do nada mas se dá através de um processo de transformação de elementos já existentes. Há combinações que atraem o artista mais do que outras e assim sua aten-

(Arnheim, 1976), é um momento especial da ação transformadora. O filtro perceptivo vai processando o mundo em nome da construção da nova realidade que a obra de arte oferece. A lógica criativa consiste na construção de uma realidade — na formação de um sistema que gera significado a partir de características que o artista lhe concedeu. É a construção de mundos mágicos decorrentes de estimulação interna e externa recebidas através de lentes originais (Vieira, 1994).

A percepção é um dos campos de testagem do ato criador. O artista é profundamente afetado por um efeito que tem poder criativo. Essa impressão guarda sempre o frescor de sensações e, muitas vezes, guarda o frescor de sensações que agem como ponto de partida para futuras obras - imagens geradoras.

O artista, nessa perspectiva, está sendo visto como um explorador da existência. Formas e cores reais são absorvidos pelo mundo imaginário (Bachelard, 1988). A obra de arte surge como uma reorganização criativa da realidade e não apenas

dores revela novas realidades.

A percepção é o olhar que traz imagens geradoras cujo efeito é um dos momentos de descoberta e de transformação poética. Em seu processo de apreensão do mundo, o artista estabelece relações inovadoras. Encontramos, no entanto, a unicidade de cada obra e a singularidade de cada artista não só na natureza dessas combinações perceptivas como também no modo como são concretizadas.

Recurso criativo

Os procedimentos artísticos ou recursos criativos são esses modos de concretização. Estão relacionados não só aos princípios que regem o fazer daquele artista como também à natureza da matéria com a qual ele está lidando e à escolha de técnicas.

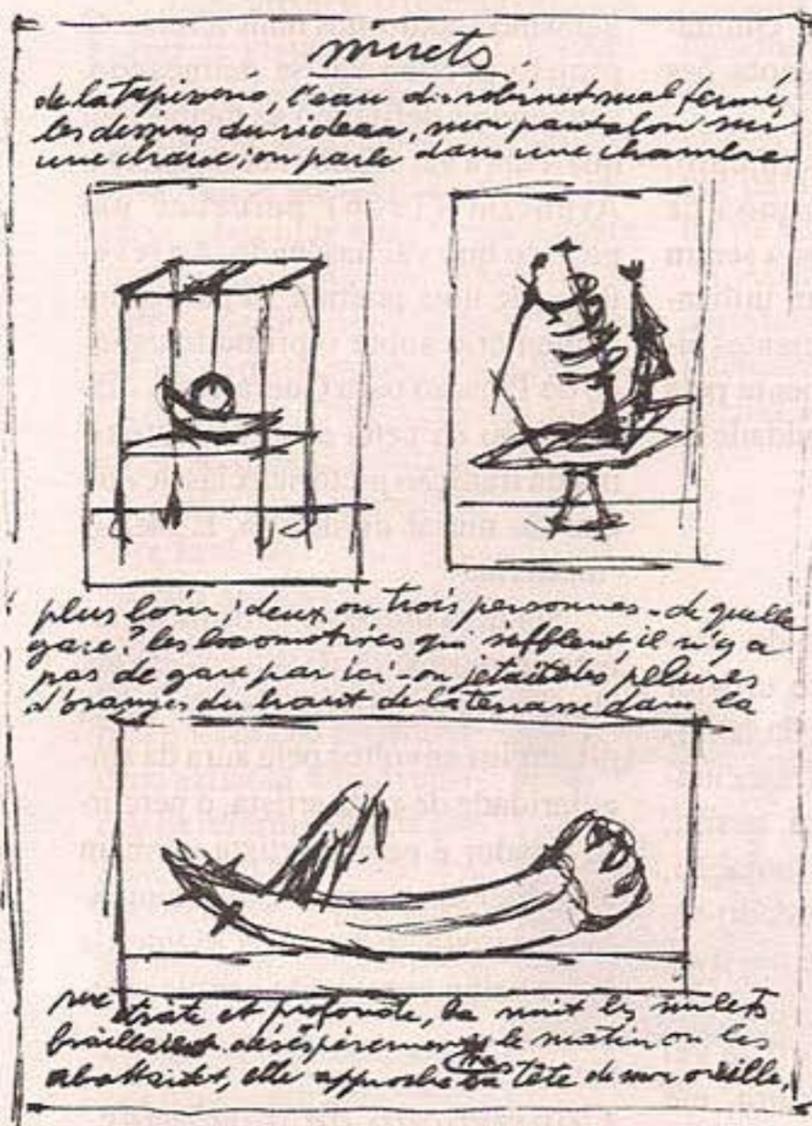
Recursos seriam, portanto, formas de ação artística - modos de manipulação e conseqüente transformação da matéria. É a existência desses procedimentos singulares que nos possibilita detectarmos, por exemplo, verticalidade de formas de Giacometti, sintaxe de Proust, pinceladas de Van Gogh ou montagens de Eisenstein.

Processo de cognição

Diferentes momentos da criação mostram gestos diversos de apreensão de conhecimento.

Conhecendo o mundo

A percepção artística, já discutida sob o ponto de vista de seu papel transformador, é o instante em que o artista vai tateando o mundo com olhar sensível e singular. Ele vai conhecendo o mundo ou melhor vai conhecendo o seu mundo - o mundo por ele transformado em nome da nova realidade em criação. Nesta experiência cognitiva, o artista imprime seu traço na transformação que seu olhar impõe



ção se fixa sobre essas - imagens carregadas de não sei o quê (Cortázar, 1985). Momento em que o artista impõe uma ordem seletiva à balbúrdia da experiência vivida, fazendo emergir desse emaranhado de impressões e sensações do dia-a-dia esses artefatos ficcionais (John Updike, 1986).

A percepção artística, como atividade criadora da mente humana

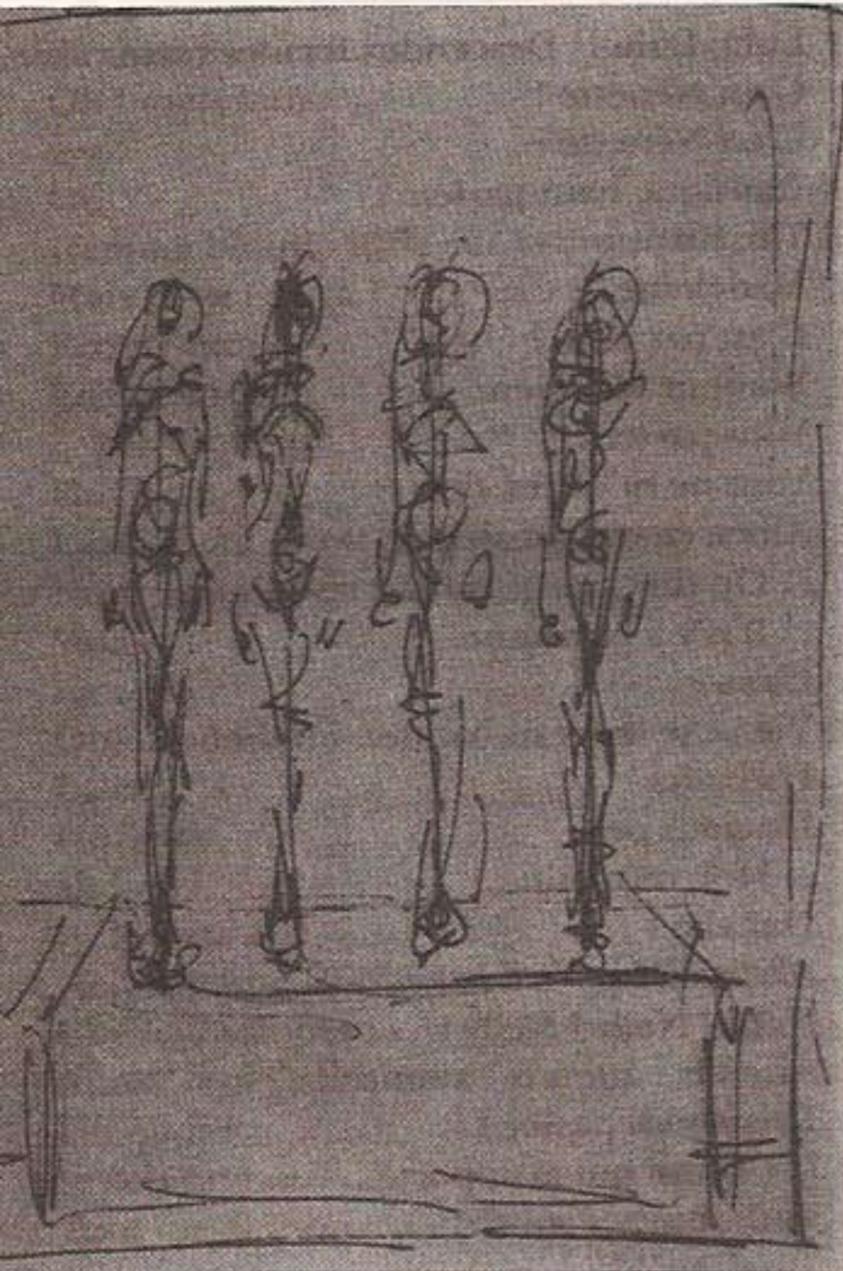
como um produto ou derivado da realidade (Jung, 1987). Essa reorganização recebe diferentes descrições: decomposição da realidade, transformação poética, mesclagem, transfiguração, filtragem ou decantação.

A ação transformadora implica, portanto, em momentos de apropriação em sentido bastante amplo. O artista apropria-se da realidade externa à obra e em gestos transforma-

aquilo que é observado.

Conhecendo a matéria

Acompanhando os movimentos da mão que faz, percebe-se gestos



Desenho preparatório - Alberto Giacometti

que significam e encontra-se, inevitavelmente, a mão que aprende. É através do gesto que o artista entra em contato com a solidez de seu pensamento. As mãos são o instrumento da criação mas mostram-se, antes de tudo, um órgão de conhecimento (Focillon, 1983).

No momento da recompensa material, o artista estabelece um relacionamento íntimo e tenso com a matéria através do qual seu projeto tornar-se-á palpável.

No processo de manipulação e transformação há mútua incitação.

Nessa troca recíproca de influência, artista e matéria vão se conhecendo, vão sendo reinventados e seus significados são, conseqüentemente, ampliados.

Pesquisando

O artista, quando sente necessidade, sai em busca de informações. Um conto como um iceberg deve ser sustentado, na parte que não se vê, pelo estudo e reflexão sobre material reunido e não utilizado diretamente na obra (Hemingway apud G. G. Marquez, 1982).

Klee estudou anatomia enquanto meio e não como fim e Guimarães Rosa alimentou-se de anotações pesquisadas.

Aquisição de conhecimento, aqui, está relacionada à pesquisa de toda ordem como assuntos a serem tratados e técnicas a serem utilizadas. Conhecimento em diferentes níveis mostra-se como premente pela necessidade ou pela dificuldade de expressão.

Conhecendo a obra

Dentro da perspectiva da criação como processo, o ato criador está inserido no espectro da continuidade. A obra cresce e é executada simultaneamente. Está, assim, em estado de permanente mutação, refazendo-se ou talvez fazendo-se, já que cada versão é uma possível obra.

Na medida em que o artista vai se relacionando com a obra, ele vai naturalmente conhecendo-a: aprende as leis que passam a regê-la. Modificações são feitas, muitas vezes, de acordo com critérios internos e singulares daquele processo. O artista conhece, neste momento, o que a obra deseja e necessita.

Bioy Casares (1988) discute essas leis no âmbito da narrativa, tratando, mais especificamente, de uni-

dade de tempo, de lugar e de ação. Há uma ordem? "Não, a ordem será a mais conveniente para a eficácia da história que se vai contar porque as observações gerais se modificam para cada uma das histórias. São tão diversas. Há de se descobrir uma poética para cada texto que se escreve".

Conhecendo a si mesmo

Ao corrigir ou rasurar uma possível concretização de seu grande projeto, o artista vai explicitando para ele próprio o que espera da obra e, assim, seus propósitos vão ganhando contornos mais nítidos. O projeto poético vai se delineando, clareando e definindo na medida em que a obra vai sendo executada. Daí Arnheim (1976) perceber um Picasso que vai nascendo: é a revelação de uma poética. Vejamos seu comentário sobre o primeiro esboço de Picasso para Guernica: A distribuição da cena está mais próxima da tradição pictórica clássica do que do mural definitivo. É menos 'moderna'.

Sendo o processo a forma do artista aproximar-se de seu projeto até ali de caráter geral e estando esses princípios envoltos pela aura da singularidade de cada artista, o percurso criador é para o artista também um processo de auto-conhecimento. O artista se conhece diante de um espelho construído por ele mesmo.

Construção de verdades

Ao dizer que a verdade da arte é mutável e que emerge sob comando estético, não a estamos diferenciando da verdade científica.

Enquanto a ciência tem um compromisso com um objeto que lhe é externo, o artista, ao construir um nova realidade, vai desatando-a de realidades externas e vai, assim, tecendo a verdade da obra.

Esse artefato que vai se formando é um microcosmo com suas próprias leis, como já vimos. São leis internas que vão sendo estipuladas e passam a reger aquela obra: um determinado vocabulário, uma certa forma poética, o uso específico do som em um filme. Assim como Pablo Milanez descreve, em sua música *Años*, uma fase do amor em que "tomar tua mão e roubar-te um beijo, sem forçar o momento, faziam parte de uma verdade", essas escolhas fazem parte da verdade daquela obra. São opções que levam à unicidade de cada obra.

A verdade, que brota de cada obra de arte, vai, portanto, se construindo ao longo do processo. O artista vai dando características àquele objeto em criação, que vai, aos poucos, ganhando determinadas feições. Esses traços passam a se relacionar, formando um sistema com leis próprias. Nesse sentido é que podemos falar do gesto criador como construção de verdades.

A verdade está na obra e a verdade é da obra mas não está desatada do artista pois as leis internas do mundo ficcional são construídas pelo seu desejo - guiadas pela tendência do processo. Princípios éticos e estéticos direcionam a construção de realidades que são consideradas verdadeiras quando o artista as julga belas.

Estética do inacabado

Uma possível morfologia do gesto criador fala da beleza da precariedade de formas inacabadas e de sua metamorfose complexa.

CECÍLIA ALMEIDA SALLES é professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP e coordenadora do Centro de Estudos de Crítica Genética.

Bibliografia

ACCIOLY, Marcus (1977). *Poética - Pré-manifesto ou anteprojeto do realismo épico*. Recife: Editora Universitária.

ANDRADE, Carlos Drummond de (1985). "Fala o poeta" Em *Leia*. 8.85.

ANDRADE, Mario de (1989). *O banquete*. São Paulo: Duas Cidades.

ARNHEIM, Rudolf (1976). *Génesis de una pintura*. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli.

BACHELARD, Gaston (1978). "A poética do espaço" Em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

BÉJART, Maurice (1979). *Um instante na vida do outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BORGES, Jorge L. (1984). *Borges sus días y su tiempo*. Buenos Aires: Jovier Vergano Ed.

BORGES, Jorge L. (1987). *O pensamento vivo*. São Paulo: Martin Claret Ed.

BROOK, Peter (1994). *O ponto de mudança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASARES, Bioy (1988). *A la hora de escribir*. Barcelona: Tusquets Editores.

CORTÁZAR, Júlio (1985). *La fascinación de las palabras*. Barcelona: Muchnik Ed.

DALI, Salvador (1989). *Diário de um gênio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUCHAMP, Marcel (1989). *Notas*. Madrid: Technos Editorial.

FOCILLON, Henri (1983). *Vida das formas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FUENTES, Carlos (1989). *Eu e os outros*. Rio de Janeiro: Rocco.

JUNG, Carl G. (1987). *O espírito na arte e na ciência*. Petrópolis: Vozes.

KANDINSKY, N. (1990). *Do espiritual na arte*. São Paulo: Martins

Fontes.

KLEE, Paul (1990). *Diários*. São Paulo: Martins Fontes.

KUNDERA, Milan (1986). *L'art du roman*. Paris: Gallimard.

LOUIS, Murray (1992). *Dentro da dança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARQUEZ, Gabriel G. (1982). *Cheiro de goiaba*. Rio de Janeiro: Record.

MEIRELLES, Cecilia (1980). "Prefácio" Em R.M. Rilke. *Cartas a um jovem poeta*. Porto Alegre: Globo.

MIRÓ, Joan (1989). *A cor de meus sonhos*. São Paulo: Estação Liberdade.

OSTROWER, Fayga (1978). *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes

PAREYSON, Luigi (1989). *Os problemas da estética*. São Paulo: Martins Fontes.

RILKE, Rainer M. (1980). *Cartas a um jovem poeta*. Porto Alegre: Globo.

RODIN, Auguste (1990). *A arte*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

SÁBATO, Ernesto (1985). *O escritor e seus fantasmas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SCHILLER, Friedrich (1989). *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras.

SEGALL, Lasar (1984). "Escritos de Segall" Em V.D'H. Beccari *O modernismo paulista*. São Paulo: Brasiliense.

UPDIKE, John (1986). "Os escritores revelam sua magia" Em *Cultura - O Estado de São Paulo*. 8.1.86

VALÉRY, Paul (1984). *A serpente e o pensar*. São Paulo: Brasiliense.

VIEIRA, Jorge A. (1994). *Semiótica, sistemas e sinais*. Tese de doutorado. Programa de Comunicação e Semiótica da PUC/SP.

O último vôo do Shturmovick 4065

(Uma fábula russa do ano 1991)

RICARDO FERREIRA

O que ocorreu com o Shturmovick 4065 do Museu da Grande Guerra Patriótica de Maykop, no Cáucaso, pode não ter provocado uma grande repercussão internacional, ou mesmo nacional, mas para os residentes em Maykop e região circunvizinha o incidente foi acompanhado com certa comoção, pois o desaparecimento do velho “destruidor de blindados” do seu hangar ao lado do Museu era, no mínimo, um fato muito estranho.

O Shturmovick era uma das peças mais admiradas do Museu. Seu diretor, Dr. Anatoly Shumkin, lembrava-se de uma vez em que tivera de chamar os guardas para tirar dois meninos de cerca de dez anos que tinham conseguido se esconder na carlinga do avião. Houve outros episódios semelhantes, mas depois do desaparecimento do Shturmovick o Dr. Shumkin iria se lembrar particularmente de um dia no verão de 1990, quando encontrara um visitante, homem de seus cinquenta anos, vestindo um velho casaco de piloto, de pé no hangar admirando o avião. Duas vezes mais, naquela tarde de pouco movimento, o diretor entrara no hangar, e lá estava o homem de casaco de couro olhando o Shturmovick. Na terceira vez o Dr. Shumkin dirigiu-se polidamente ao visitante:

– É piloto?

– Quase – foi a resposta. Fiz meu serviço militar na manutenção de aviões de transporte.

– Mas isso faz muito tempo, não?

– Entre 1966 e 67. Mas em 75, quando tivemos que auxiliar Angola e precisávamos de todos os Ilyushin pesados, me apresentei e fui aceito.

– E então? – perguntou o Dr. Shumkin.

– Fiquei seis meses na Algéria.

E, com uma voz mais baixa, concluiu:

– Era nossa base de manutenção...

O Dr. Shumkin tinha uma vaga impressão de que tornara a ver aquele homem. De qualquer maneira, na tarde daquele domingo de fevereiro, o museu tivera o seu contingente normal de visitantes. Aos domingos, sempre que o tempo permitia, o Museu apresentava um show de aviação. Pois o velho Shturmovick 4065 ainda conseguia voar, tripulado por um único piloto, que nos últimos anos vinha no seu carro da Base Aérea de Grosny. Os Shturmovicks foram originalmente construídos para uma tripulação de dois homens, mas no 4065 a metralhadora de cauda e o assento do metralhador tinham sido removidos há muito tempo. Quanto aos dois canhões de 23 mm nas asas, permaneciam em boa forma, pois, às vezes, nos vôos rasantes de demonstração, eram acionados com tiros de festim.

Naquela tarde de fevereiro, o Shturmovick voou muito bem e fácil para o Tenente Eremenko, que não se deu conta de que os dois canhões estavam com algumas balas explosivas em posição nas culatras rotatórias. Depois de três ou quatro voltas, quando Eremenko realizou várias acrobacias muito apreciadas pelo público concentrado do lado de fora do Museu, o avião fez um pouso perfeito na pequena pista e foi recolhido ao hangar.

O Museu fechava às 18 horas, que já era muito escuro em Maykop na-

quela quadra do ano. Dois vigias mantinham a segurança do prédio durante a noite, alternando-se cada quatro horas nas suas rondas. Segundo contou ao chefe da Polícia Distrital o vigia de serviço no quarto das 2 às 6 horas da madrugada, Oleg Khotynetz, este ouvira, perto do fim do seu período, o som de um avião passando baixo. Uma neve molhada caía naquele momento e Khotynetz, abrigado no saguão do Museu, não fez qualquer ligação entre o que ouvira e o Shturmovick guardado no pavilhão. De manhã cedo, porém, seu substituto, Mihail Popov, numa visita de rotina ao hangar, dera o alarme: o Shturmovick 4065, orgulho do Museu da Guerra de Maykop, tinha simplesmente desaparecido.

O Shturmovick 4065, um Il-2 com motor Mikulin de 1750HP, fora construído em 1944 em uma fábrica dos Urais. A fábrica tinha sido levada para aquela região remota a partir da sua sede original em Dnepropetrovsk em setembro de 1941. Diante da *blitzkrieg* nazista, os russos levaram a cabo uma grande operação para transportar para regiões bem distantes indústrias vitais para a continuação da guerra. Essa operação foi mesmo reconhecida como uma grande façanha soviética naquela guerra de tantos feitos espantosos.

Em junho de 1944, o Shturmovick 4065, novo em folha e testado na fábrica, foi levado pelo piloto de provas Yuri Chemyakovsky a um campo de apoio tático da 25ª Divisão de Guardas da 2ª Frente da Rússia Branca, comandada pelo Marechal Zhukov. Foi então transferido oficialmente à responsabilidade

do Tenente Aviador Ivan Golikov e do Sargento Metralhador Kich Tolbukin. Como parte da força tática da 25ª Divisão de Guardas, o 4065 tomou parte nas grandes ofensivas daquele verão, que resultaram na liberação final da Ucrânia e da Bielo-Rússia e na penetração dos exércitos soviéticos em grandes partes da Polônia e da Lituânia. Golikov e Tolbukin tiveram muita sorte em ter sobrevivido àqueles meses, pois os Shturmovicks, muito eficientes na destruição dos blindados, eram caçados pelas baterias antiaéreas e pelos velozes Me-109 alemães. Mas Golikov e Tolbukin eram moços destemidos, que se sentiam orgulhosos por lutarem à frente da Divisão de Guardas. Eram essas tropas que abriam grandes brechas nas linhas inimigas, atacadas depois por massas da infantaria soviética.

Em outubro de 1944, voando perto de Budapeste, o 4065 foi atingido pelo fogo antiaéreo, mas conseguiu voltar à base de Miskoic. O avião foi reparado, mas, com o rápido avanço da linha de batalha, não tomou mais parte nos ataques a blindados. Finalmente, em 10 de maio de 1945, um alegre Golikov fez aterrissar seu avião junto com a esquadrilha 260 do XL Corpo de Guardas em Praga, a bela capital da Tchecoslováquia. Depois de permanecer ativo por alguns anos, primeiro em Praga e depois em uma base no Mar Negro, e estando em boas condições mecânicas, o 4065, já de muito separado dos seus amigos Golikov e Tolbukin, foi doado ao Museu de Guerra de Maykop. Esses eram os antecedentes daquele velho avião de combate, como constava nos certificados do arquivo do museu.

O desaparecimento do Shturmovick foi divulgado entre os grandes noticiários a respeito dos bombardeios no Iraque. O antigo Tenente Ivan Golikov, que o tinha comandado na maioria das suas 162 missões de combate, foi um daqueles a saber do caso. Tinha agora quase 70 anos e morava com sua esposa Kaluga perto de Moscou. Há muitos anos ele lera em uma revista de aeronáutica sobre

o Museu de Maykop e o 4065, mas nunca tivera a oportunidade de visitá-los. Mas Golikov nada pôde adiantar sobre o caso, da mesma forma que os mais diretamente envolvidos, como o Tenente Eremenko e o vigia Khotynetz (o Sargento Metralhador Tolbukin morrera ainda jovem, logo depois do fim da guerra). Na realidade, somente dois homens, em todo o país, iriam dar alguma informação sobre o caso.

Na manhã de terça-feira 12, ao chegar à sua mesa de trabalho, Alexandre Ogarev, gerente de um pequeno aeroporto civil perto da cidade de Astará, na costa do mar Cáspio, encontrou um telex da Polícia Distrital relatando o incidente de Maykop. Foi então que Ogarev percebeu que ele parecia ser a única pessoa em toda a União Soviética capaz de ter informações novas sobre o avião desaparecido. Ao telefone, ele informou que no dia anterior, às 16:20 horas, (como assinalava o seu livro de ocorrências), o avião referido no telex 2805/02 tinha aterrissado na sua pequena pista de pouso. Ogarev até estranhara um pouco as grandes estrelas vermelhas pintadas na cauda e nas asas daquele avião antiquado. Ogarev continuou contando que o piloto, um homem aparentando 50 anos, mostrou os documentos do avião, caracterizando-o como um dos poucos Shturmovicks Il-2 aptos para voar e pertencente ao Museu de Maykop. O piloto mostrou também sua carteira de vôo, que parecia estar em ordem, e assinou seu nome no registro apropriado. Infelizmente sua assinatura era ilegível. O piloto pediu então para reabastecer o avião, pagando a conta em rublos.

Antes de o piloto entrar na carlinga para taxear o avião, a curiosidade de Ogarev venceu sua conhecida discrição, e perguntou:

– Qual é o seu próximo pouso, amigo?

– Para lá – respondeu o piloto apontando na direção do mar.

– Certamente você sabe que é preciso licença especial para sair do espaço aéreo soviético? – comentou Ogarev.

– Claro – respondeu o homem que usava um velho casaco de couro. – Olhe aqui no meu plano: dez minutos rumo 90° e depois 270°, direto para Solyany.

E batendo na fuselagem acrescentou: – Este velhinho tem autonomia para 600 quilômetros.

Ogarev diria à Polícia Distrital que essas foram as últimas palavras do piloto. Mas o avião nunca chegou a Solyany. Seguindo a pista de Ogarev, contudo, naquela mesma tarde dois agentes da KGB chegaram ao pequeno aeroporto e questionaram o gerente. Depois, foram investigar junto aos pescadores das redondezas. A princípio não conseguiram informação alguma, e já estavam para desistir quando encontraram um certo Yosif Bathral, mestre de uma traineira de pesca que regressara ao porto na noite de 11 de fevereiro.

Bathral contou que, faltando uns dez quilômetros para chegar ao ancoradouro, estando sozinho na roda do leme (pois fazia muito frio e a tripulação estava nos seus catres dentro da cabine), viu quando um avião monomotor passou voando baixo em direção ao sul. Ele notara especialmente o avião porque, além das luzes de navegação, a cabine estava acesa; dera mesmo para ver que havia dois homens a bordo. Questionado mais cuidadosamente, Bathral insistiu em dizer que havia um segundo homem na parte de trás da carlinga, da qual se projetava o que parecia ser um cano de arma.

Os agentes concluíram que o relato não fazia muito sentido. Descobriram que Mestre Bathral era conhecido entre os seus colegas por “*embelezar*” suas histórias. Resolveram abandonar a pista, o que foi uma pena, porque jamais se teve notícia do Shturmovick 4065.

RICARDO FERREIRA é professor do Departamento de Química Experimental da Universidade Federal de Pernambuco.

Ciência para além do neoliberalismo e do determinismo tecnológico

O desenvolvimento da dialética, a generalização dialética das lógicas não-clássicas e o acúmulo científico dos trabalhadores indicam caminhos para a implementação de melhores métodos produtivos

EDVAR LUIZ BONOTTO

Há possibilidade de implementação de novos métodos produtivos a partir da dialética? Esta é uma questão que merece ser desenvolvida, pois é corrente nas academias que a dialética não serviria para as ciências tecnológicas.

Ao mesmo tempo são difundidas idéias para reforçar a continuidade do atual modelo capitalista em sua versão neoliberal, a exemplo do determinismo tecnológico, que é sustentado pelos teóricos neoliberais e também pelos social-democratas. Eles afirmam que o que está alavancando a reestruturação produtiva é a ciência e a tecnologia, como se a ciência e a tecnologia difundidas pelas estruturas capitalistas em países como o Brasil realmente apresentassem algo de substancialmente *novo*, que tornaria impossível buscar outros caminhos de desenvolvimento.

Mas talvez as coisas não sejam bem assim.

Na verdade o que é apresentado como o último avanço da ciência não passa de conhecimentos desenvolvidos basicamente para demandas militares, a exemplo da própria Internet

– totalmente monitorada pelo Pentágono. Ou de tecnologias secundárias, embaladas pelas relações de consumo e a busca do lucro privado.

O fator real que está alavancando, mesmo, a chamada reestruturação produtiva é o controle do trabalho por parte do capital. Aquilo que é apresentado aos povos do mundo pelo capitalismo, especialmente as *novas tecnologias*, não é difundido pelo fato de ser substancialmente novo ou bom para as pessoas, e sim, por permitir um controle ainda maior do processo produtivo sob comando das forças do capital.

Mas seria possível, em contrapartida, desenvolver tecnologicamente a sociedade por um caminho dialético?

Alguns indícios podem começar a elucidar esta questão: primeiramente a própria trajetória da dialética, desde Hegel até hoje; a bem-sucedida experiência da saúde e da engenharia sanitária em Cuba; o desenvolvimento da teoria que explica a origem da vida feita na ex-União Soviética; a lógica difusa (*fuzzy logic*) aplicada em sistemas de metrô; as idéias de inconsistência e incompletude do

lógico-matemático Gödel; a lógica paraconsistente do brasileiro Newton da Costa e muitos outros.

Para viabilizar uma discussão coletiva sobre essa perspectiva é muito importante desenvolver a dialética por um caminho que implemente uma estimulação dialético-objetiva da própria dialética. A generalização das diversas alternativas que configuram as lógicas não-clássicas pela dialética já permite um longo fôlego para o desenvolvimento de processos produtivos melhores que os apresentados pelo grande capital na atualidade.

Para tanto é fundamental que os marxistas-leninistas acompanhem os avanços da indústria tecnológica, as pesquisas científicas em institutos e universidades, e estimulem generalizações dialéticas desses processos.

Ao mesmo tempo é importante valorizar as experiências dos trabalhadores na implementação de tais processos. Por exemplo: os metroviários podem ser estimulados para generalizar a sua vivência e trabalho no metrô com intuito de reproduzir essa experiência bem-sucedida.

Do prefácio de *A dialética da natureza à teoria da vida de Oparin*

O percurso da elaboração científica desde o prefácio de Engels no esboço do que seria uma grande obra, *A dialética da natureza*, até à concretização filosófica do conceito de *vida* feita na ex-União Soviética (divulgada nos anos cinquenta deste século) apresenta instantes significativos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No prefácio de *A dialética da natureza* Engels faz uma síntese das ciências de seu tempo e desenvolve uma análise dialético-objetiva de todo o processo das ciências, apontando caminhos bastante avançados para a época. Demonstra que a natureza tem história, processo, objetividade...

Para Engels:

“A ciência natural da primeira metade do século XVIII era muito mais avançada do que a antigüidade grega no que se refere ao conhecimento e à classificação de seus materiais, mas, ao mesmo tempo, abaixo dela no que diz respeito ao domínio ideal desse material, dentro da concepção geral da natureza. Segundo os filósofos gregos, o mundo era algo que havia saído do caos e, depois se desenvolvera, isto é, algo que se fora fazendo. Para os naturalistas do período de que nós nos ocupamos, a natureza era algo ossificado, algo invariável e, para a maioria deles, algo que havia sido feito de um só golpe. A ciência encontrava-se ainda profundamente dominada pela teologia. Por toda a parte se buscava e se encontrava, como último recurso, um impulso exterior que não podia ser explicado pela própria Natureza.” (Engels, 1979: p. 19)

A ação humano-consciente na história e a ciência apontam limitações ainda a superar:

“Os homens, pelo contrário, quanto mais se afastam do animal, entendido limitadamente, tanto mais fazem eles próprios sua história, correspondendo, cada vez com maior exatidão, o resultado histórico aos objetivos previamente estabelecidos.

Mas, se aplicarmos essa medida à história humana, mesmo que seja à dos povos mais avançados da época atual, verificamos que inclusive entre eles persiste ainda uma colossal desproporção entre os objetivos fixados e os resultados obtidos; veremos que predominam os efeitos não previstos; que as forças não controladas são muito mais poderosas do que as postas em movimento de acordo

com o plano estabelecido. [...] Darwin não teve a menor idéia da amarga sátira que escrevia sobre os homens (e especialmente sobre seus compatriotas), quando afirmou que a livre competição, a luta pela existência, que os economistas celebram como sendo a maior conquista histórica do homem, constitui exatamente o estado natural do reino animal.” (Engels, 1979: p. 26)

Engels configura, no final do *Prefácio*, uma cosmologia dialética:

“É um ciclo eterno esse em que se move a matéria, um ciclo cuja trajetória fica encerrada em períodos de tempo para os quais nosso ano terrestre não constitui medida possível; um ciclo em que o momento do mais elevado desenvolvimento (o momento da vida orgânica e, mais ainda, da vida animal e de seres conscientes de sua natureza) está tão rigorosamente medido como o espaço

em que a vida e a consciência conseguem realizar-se. Um ciclo em que todo o estado definido da matéria, seja sol ou nebulosa, animal individual ou espécie animal, combinação química ou dissociação, tudo é igualmente passageiro; em que nada é eterno a não ser a matéria em transformação e eterno movimento, bem como as leis pelas quais se move e transforma.

No entanto, por mais freqüente e inexorável que seja a realização desse ciclo, no tempo e no espaço; sejam quantos forem os milhões de sóis e terras que se possam produ-

zir e perecer; por mais longo que seja o tempo requerido para o aparecimento, em um sistema solar (e só em um de seus planetas) das condições necessárias à vida orgânica; embora sejam inumeráveis os seres

orgânicos que devam aparecer e desaparecer antes de que, entre eles, se desenvolvam animais com um cérebro capaz de pensar e que encontrem, por um curto período, condições que tornem possível sua vida, para serem logo depois destruídos inexoravelmente; podemos ter a certeza de que a matéria, em todas as suas transformações, permanece sempre a mesma; que não pode perder nenhum de seus atributos; e que, portanto, com a mesma férrea necessidade com que voltará a destruir, na Terra, sua mais alta floração – o espírito pensante – voltará a engendrará-lo em outra parte e noutro tempo.” (Engels, 1979: p. 30)

No início do século XX o desenvolvimento científico-tecnológico chama atenção de todos e as novas descobertas causam perplexidade. Os novos dados científicos geram inúmeras interpretações.

No prefácio de *A dialética da natureza* Engels faz uma síntese das ciências de sua época

Nesse contexto Lênin aprofunda o estudo da dialética; critica Kant – através da crítica aos neokantianos da época, a exemplo de Mach (que é a base do posterior *Círculo de Viena*); ressalta a importância do desvendamento teórico da insistência de teorias agnosticistas e relativistas; e retoma o estudo e divulgação da dialética de Hegel.

No contexto em que viveu Lênin

“o desenvolvimento da física fez com que fossem modificados muitos conceitos anteriores relativamente à estrutura da matéria e às suas propriedades. Foram radicalmente revistos muitos conceitos físicos, teorias e fórmulas, outrora incontesteáveis.” (Sternine, 1988: p. 10)

O idealismo reapareceu com força:

“Hoje, mais que nunca, não há ten-

dência pequeno-burguesa que não ataque o materialismo filosófico, gravitando em torno de Kant, do neokantismo, da filosofia crítica” (Lênin, in Sternine, 1988: p. 6)

A crítica de Marx e Engels a Kant é recolocada:

“As origens ideológicas do machismo remontam igualmente ao sistema filosófico do pai do idealismo clássico alemão, Emanuel Kant (1724-1804). [...] Lênin caracterizou o sistema filosófico de Kant nos seguintes termos: ‘o traço fundamental da filosofia de Kant é a conciliação do materialismo com o idealismo, o compromisso entre um e outro, a combinação num só sistema de correntes filosóficas heterogêneas e opostas. Quando Kant admite que às nossas representações corresponde algo fora de nós, uma certa coisa em si – então Kant é materialista. Quando declara esta coisa em si incognoscível, transcendente, pertencente ao além, Kant fala como idealista. Reconhecendo a experiência, as sensações, como fonte única dos nossos conhecimentos, Kant orienta sua filosofia pela linha do sensualismo, e, através do sensualismo, em certas condições, também do materialismo. Reconhecendo o apriorismo do espaço, do tempo, da causalidade, etc., Kant orienta a sua filosofia para o lado do idealismo’.” (Sternine, 1988: p. 26)

Além de Mach se destaca como referência para a ciência conservadora Sir Karl Popper, cujo triunfo teria sido provar que o marxismo não seria ciência e que as revoluções não existem. Boa parte da ciência do século XX segue este viés antimarxista. Praticamente toda a filosofia da ciência se desenvolve dentro do paradigma ditado pelos pensadores de Oxford, Cambridge e Viena. Esta última configurava o centro do modelo aristocrático dos Habsburgos – a principal casa da nobreza européia. Des-

se caldo teórico aristocrático é que saíram Mach, Popper, Kelsen, Wittgenstein, Hayek e outros.

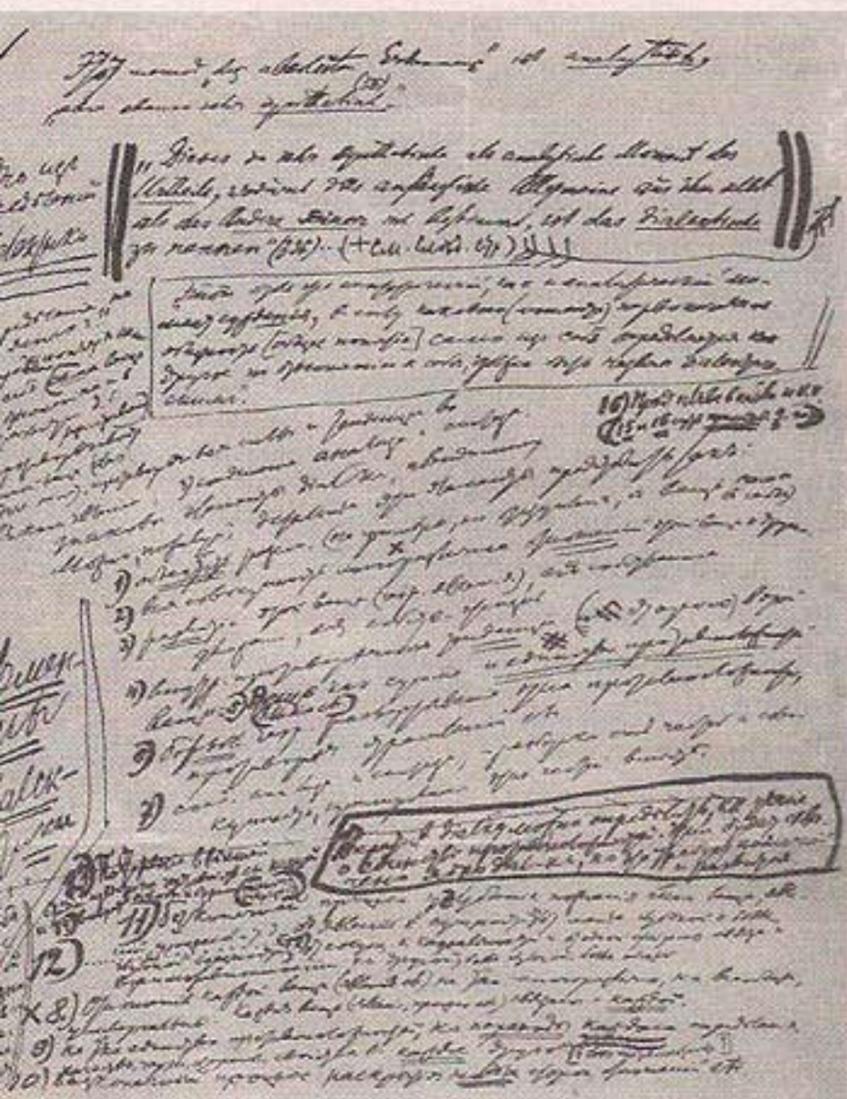
Em contradição com os teóricos conservadores, Einstein inova ao ancorar a idéia de *referencial* a uma categoria objetiva: a velocidade da luz. A mecânica newtoniana, que praticamente monopolizava o título de disciplina científica, colocava a *questão do referencial* no âmbito do kantismo. Várias descobertas científicas seguem caminhos não-clássicos.

Não apenas as teorias de Einstein e dos cientistas ocidentais interessam para o desenvolvimento da dialética. A ciência na ex-União Soviética teve momentos muito importantes para o desenvolvimento geral da dialética objetiva, a exemplo de Vygotsky, Fock, Oparin... Muita coisa da experiência soviética ainda permanece desconhecida.

O estudo da ciência na ex-União Soviética é importante para se compreender melhor a relação entre as leis gerais e as particularidades específicas dos diferentes países – como se revelam as diversas condições históricas, nacionais, geográficas, econômicas, sociais, políticas e outras – necessárias à construção do socialismo.

A base técnico-material soviética, sob a forma de grande produção mecanizada, promove progressos técnicos em todos os setores da economia, onde era a velha Rússia. A base técnico-material do modelo soviético configurou um conjunto de componentes materiais e objetivos das forças produtivas (meios e instrumentos do trabalho) da nova sociedade, articulado com a tecnologia possível, acessível para as condições da época e a organização da produção social, baseada em uma propriedade socialista dos meios de produção.

A coletivização da agricultura na União Soviética envolveu um processo de associação das pequenas explorações individuais camponesas em grandes fazendas cooperativas socialistas. Foi concretizada com



Páginas de um manuscrito de Lênin. *Conspecto do livro de Hegel Ciência da Lógica. Setembro-Dezembro de 1914.*

base no plano leninista de cooperação (1929-1932) no contexto de uma aguda luta de classes contra o latifúndio e a aristocracia rural.

A II Guerra Mundial praticamente eliminou o conjunto de jovens gerações soviéticas que poderiam dar o salto de qualidade na elaboração teórica e consolidação do novo regime. A invasão nazista sobre a União Soviética, além de promover uma destruição material significativa, promoveu uma destruição humana irreversível nos quadros necessários ao avanço da dialética e do socialismo naquele país.

Mesmo assim se percebe que o acúmulo científico alcançado principalmente no período pré-II Guerra continuou fazendo frutos. A teoria da origem da vida de Oparin, a primeira generalização consequente, materialista-dialética, sobre a categoria filosófica *vida*, representa uma conquista não só do povo soviético, mas também algo que orgulha todos os cientistas do mundo, e uma evidência de avanço científico, mesmo em áreas controversas, por um caminho dialético.

O desenvolvimento das lógicas não-clássicas

O desenvolvimento das lógicas não-clássicas podem estimular reflexões sobre elementos para operacionalização da dialética. Especialmente as lógicas rivais da lógica clássica trazem à luz maneiras de pensar diferentes do modelo tradicional difundido pela *ocidentalidade*, a exemplo das lógicas paraconsistentes e a dialética de Hegel.

As lógicas complementares da lógica clássica são as maneiras de pensar que desenvolvem alguns aspectos do corpo clássico, abordando novos problemas filosóficos. Aqui a sintática da lógica tradicional é modificada. As linguagens basilares clássicas são

expandidas pela agregação de novos conceitos, operadores e símbolos. Isso acarreta alguns retoques semânticos, para melhor enquadrar a dimensão semântica às novas sintáticas. Embora as mudanças sejam, sob certos aspectos, marginais, os problemas semânticos e filosóficos decorrentes têm incentivado pesquisas interessantes.

Entretanto, as lógicas complementares da clássica não alteram as leis nucleares da lógica tradicional – aquelas desenvolvem-se mantendo fiéis os princípios desta.

A lógica modal, por exemplo, é uma lógica complementar à lógica clássica. Mesmo remontando as suas origens a Aristóteles, a lógica modal só foi acessada por alguns historiadores e membros cultos do clero, até ter um ressurgimento em Leibniz, através da idéia dos *mundos possíveis*, sendo recentemente formalizada por Skripeke, que, em 1963, construiu a *semântica dos mundos possíveis*.

Lewis (1915) retornou aos modos de Aristóteles e construiu cinco sistemas modais, os sistemas de Lewis, nos quais as noções de necessidade, possibilidade, impossibilidade e contingência são encaradas como relativas a uma certa linguagem. Um desses sistemas, o S_5 (sistema quinto de Lewis), trabalha com conceitos próximos da linguagem usual. Nele existem quatro modos para uma sentença ser verdadeira: necessariamente verdadeira, impossivelmente verdadeira (tem de ser falsa), possivelmente verdadeira (que não é impossível) e contingente (não é necessária nem impossível).

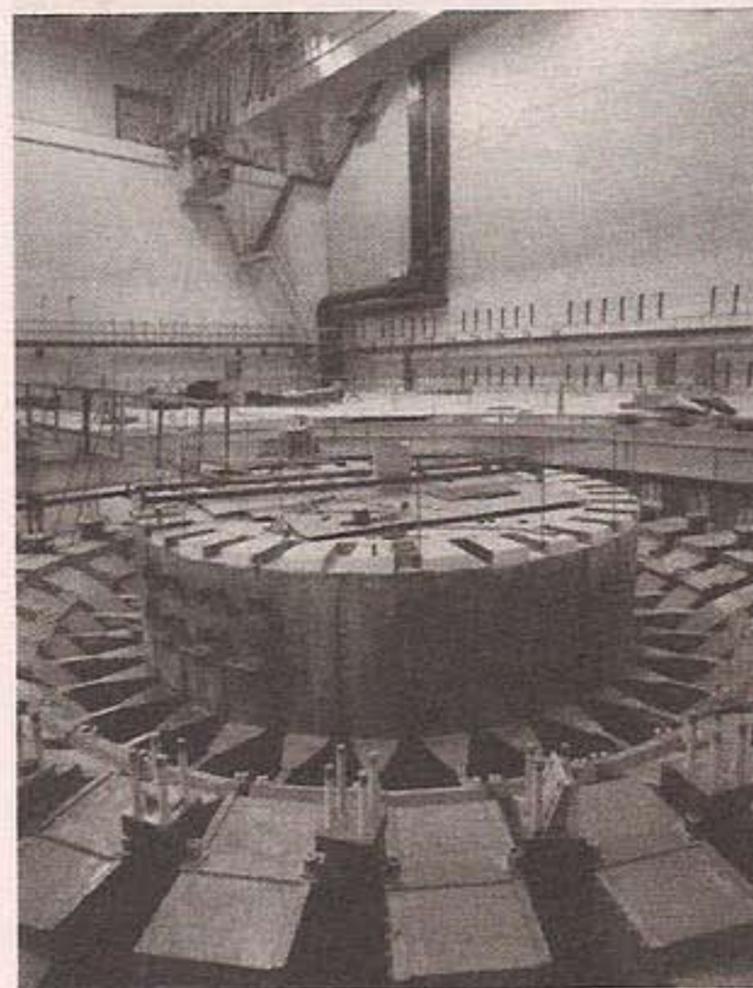
Esse caminho lógico acrescenta operadores novos aos clássicos e flexibiliza a lei do terceiro excluído.

Tem no seu escopo a pretensão de abordar sintaticamente uma semântica dos mundos possíveis e o problema da *contingência*. Como problemas derivados da contingência aborda a *necessidade* e a *possibilidade*, ou seja, *modos não originariamente clássicos*).

Acrescenta à lógica tradicional, portanto, operadores modais que expressam os conceitos lógicos de necessidade, de possibilidade e de contingência, modificando o modo clássico de uma sentença ser verdadeira.

As lógicas rivais da clássica procuram soluções para as deficiências e limitações inerentes à lógica tradicional. Existem diversas lógicas rivais da clássica que substituem pelo menos uma das *leis fundamentais do pensamento* (clássico). Até o surgimento de tais lógicas, para alguns parecia ser impossível haver pensamento racional – logicamente concatenado – sem lei de identidade, lei da não-contradição e lei do terceiro excluído. As lógicas rivais da clássica sugerem a necessidade da libertação da razão dessa tradição milenar. Dentro de uma tradição terminológica dialética a idéia de *síntese-antítese* traduziria melhor a idéia de *lógica rival* utilizada pelos lógicos.

Há sistemas que derogam o princípio da não-contradição. A maioria das lógicas paraconsistentes se enquadra nesse eixo de enfoque, e



têm servido para fundamentar novas teorias fora dos padrões lógicos tradicionais e inconsistentes.

A lógica paraconsistente afirma que as teorias inconsistentes não devem ser descartadas unicamente por se evidenciarem inconsistentes, por infringirem o princípio da contradição. Essa afirmação acarreta as mais variadas conseqüências filosóficas e contradiz um paradigma que vem governando a razão humana há dois milênios – o paradigma da não-contradição. A devida atenção para a existência de teorias que foram aceitas mesmo se manifestando inconsistentes tem precedentes, como no caso do modelo atômico do físico Niels Bohr (o átomo consiste de um núcleo material em torno do qual giram elétrons).

A lógica paraconsistente ganhou notoriedade no Brasil a partir de 1953 com Newton da Costa, que começou a investigar os sistemas paraconsistentes por meio de instrumentos e técnicas da

definidas? ” (Costa, “Lógicas não clássicas ou heterodoxas”, in *Princípios*, n. 23)

No universo da lógica paraconsistente encaixa-se também Vasiliev, professor de filosofia na Universidade de Kazan (Rússia). Ele publicou, entre 1910 e 1913, uma série de artigos sobre a possibilidade de derrogação de algumas formas da lei do terceiro excluído e da lei da não-contradição, e sobre a possibilidade de construção de lógicas onde essas leis não fossem válidas em geral.

Segundo ele, a lei do terceiro excluído teria aparecido na mente de Aristóteles com o objetivo de refutar seus adversários, e não por razões lógicas. Vasiliev mostra que é possível substituir o princípio do terceiro excluído em sua formulação (duas proposições contraditórias não podem ser ambas verdadeiras e não podem ser ambas falsas) mantendo o princípio da não-contradição. Seu trabalho começa com uma nova classificação dos juízos em juízos sobre os fatos (aqueles que expressam um fato que ocorre em um instante fixo de tempo) e juízos sobre conceitos (aqueles que expressam leis não-temporais), e conclui que a lógica de juízos sobre conceitos é um tipo de lógica não-aristotélica. Argumenta que existem apenas três tipos distintos de juízos sobre conceitos e introduz um tipo de lei do quarto excluído: para todo conceito e todo predicado, apenas um desses julgamentos deve ser verdadeiro, e um quarto julgamento não pode ser formulado. (Arruda, 1991)

Vasiliev discute também a substituição do princípio da não-contradição e a conseqüente possibilidade de construção de uma nova lógica na qual essa lei não seria válida. Ele acreditava que as contradições não existiam num mundo verdadeiro, porém existiam em um mundo imaginário. Afirmava que a lógica aristotélica se referia ao mundo real, enquanto sua lógica imaginária referia-se a mundos cri-

ados pela imaginação. Supõe, então, a existência de mundos imaginários de qualquer dimensão lógica finita, os quais podem ser descritos por uma lógica de dimensão determinada (n), com juízos de n diferentes qualidades e com uma lei ontológica do $(n+1)$ -ésimo excluído. Na lógica imaginária de dimensão três, a lei ontológica da não-contradição, tomada na forma nenhum objeto pode ter um predicado que o contradiga, não seria válida, pois isso dependeria das propriedades dos objetos. Entretanto, seria válida a lei da não-autocontradição: um e o mesmo juízo não pode ser simultaneamente verdadeiro e falso. (Arruda, 1991)

Sistemas de comportamento caótico são detectados em muitos campos do conhecimento humano. A teoria do caos surgiu para compreender as flutuações erráticas e irregulares da realidade: decifrar o grande ovo do caos. Uma das características fundamentais de um sistema caótico é a chamada sensibilidade às condições iniciais. Isso significa que qualquer perturbação no estado inicial do sistema, mesmo que pequena, levará rapidamente a uma grande diferença no estado final, fazendo com que a previsão do futuro torne-se muito difícil. Porém, compreendendo o comportamento caótico, muitas vezes é possível entender de maneira geral como o sistema se comportará ao longo do tempo.

O estudo dos fractais está ligado à teoria do caos, que busca padrões organizados de comportamento dentro de um sistema aleatório.

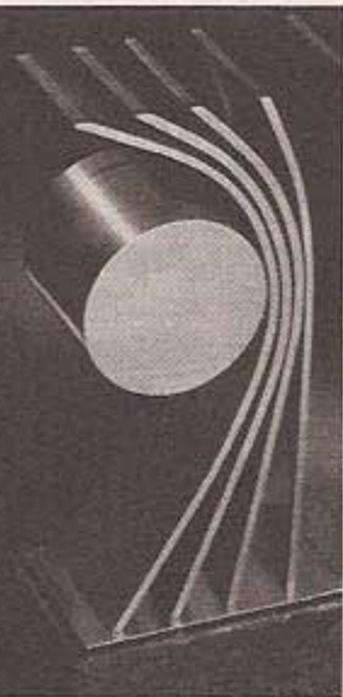
“Na mitologia grega, caos era o estado não-organizado, ou o nada, de onde todas as coisas surgiam. Mas não era apenas o mero vácuo e sim o estado de escuridão e nebulosidade infinita.” (Alves, 1994: 11)

A utilização da lógica derivada da teoria do caos se deve basicamente à aplicação da leitura fractal na busca de respostas relacionadas com

lógica contemporânea – admitindo e operando com proposições logicamente contraditórias.

Da Costa levanta uma questão de longo alcance:

“A Lógica, em seu estado de desenvolvimento hodierno, compromete-nos com posições filosóficas, em particular com estruturas ontológicas



conceitos de não-linearidade, descontinuidades e organizações globais a partir de pequenas unidades de informação. As fractais são concebidas como algo que apresenta autosemelhança e complexidade infinita, contendo cópias aproximadas de si mesma em cada uma de suas partes – certos objetos intrincados que possuem aplicações que ajudam, com a estatística, a compreender as flutuações econômicas e o comportamento de populações, por exemplo. A leitura do mundo pelo método da teoria do caos explora as relações semelhantes entre a parte e o todo. Permite uma generalização lingüística pela autosemelhança entre conceitos, como o de fractalização nos limites da fragmentação conceitual e da idéia de diluição e digitalização das imagens e dos conceitos.

Ainda é recente o caminho da teoria do caos, e há uma tendência à sua utilização em várias áreas do conhecimento graças ao seu casamento com a informática e a possibilidade de se trabalhar com uma enorme quantidade de informação em pouco tempo. Mas a possibilidade de se lidar de forma mais satisfatória com sistemas complexos já representa uma conquista pela sua capacidade de relacionar o complexo a suas infiniidades particulares.

Em Hegel se apresenta uma crítica e ao mesmo tempo uma síntese global do processo iniciado pelo empirismo inglês – que tivera íntimas relações com a revolução industrial – e pelo racionalismo francês – que desembocara na Revolução Francesa.

Num contexto filosófico permeado pelas antinomias kantianas, Hegel se preocupa com o objeto histórico, a totalidade de sua abordagem e seu processo. Uma das antinomias kantianas era justamente a oposição entre ciência (natureza) e mundo histórico (homem). Kant havia reconhecido a existência de um novo objeto e problema teórico: objeto histórico.

Hegel desenvolve a dialética moderna e recupera um caminho que parecia esquecido pela ocidentalidade cristã – a visão dialética. Pensar o sujeito no tempo, racionalizar a história e encarar a historização da razão são desafios hegelianos. Pensar não apenas o sujeito pensante, congelado no tempo para o experimento: pensar o sujeito que se transforma, pensar o movimento de uma razão dinâmica, com o desafio de não cair no relativismo absoluto. A filosofia, por essa época, passa a ter um objeto próprio e passa a ter a meta de estudar o todo, do qual o objeto das ciências é uma parte.

Hegel rechaçou de sua filosofia o raciocínio matemático, impregnado – em sua opinião – de arbitrariedade, de constitutivismo irreal. Afirmava assim o direito absoluto da dialética especulativa. Nele a lógica se absorve na dialética. Não ocupa um degrau próprio, um nível específico. O princípio do espírito/idéia é o próprio entendimento da realidade como espírito/idéia absoluta.

“Por outro lado, é igualmente importante que a filosofia tome nota de que o seu conteúdo não é mais nenhum senão o que originariamente se produziu ou se produz no domínio do espírito vivo, conteúdo que se tornou mundo, mundo exteno e interno da consciência – isto é, de que o seu conteúdo é realidade (a realidade em ato). Chamamos experiência à primeira consciência desse conteúdo. Uma inteligente consideração do mundo distingue já, no amplo reino da existência externa e interna, o que é unicamente aparência fugaz e insignificante, e o que em si merece verdadeiramente o nome de realidade. Visto que a filosofia se distingue só pela forma, de todo o outro tor-

nar-se consciente deste único e mesmo conteúdo, é, pois, necessária a sua consonância com a realidade e a experiência. Mais ainda esta consonância pode considerar-se como uma pedra-de-toque, pelo menos

extrínseca, da verdade de uma filosofia, da mesma maneira que se deve olhar como fim último da ciência o produzir, mediante o conhecimento de tal consonância, a reconciliação da razão autoconsciente com

a razão que simplesmente é, com a realidade.

No prefácio à minha Filosofia do direito, p. XIX, encontram-se as proposições:

O que é racional é real, e o que é real é racional.” (Hegel, 1817: 73/74)

Para Hegel, segundo Lênin,

“o movimento da consciência, tal como o desenvolvimento de toda a vida natural e espiritual, assenta na natureza das entidades puras, que constituem o conteúdo da lógica”. (Lênin, 1929: p. 92).

Para Hegel,

“O lógico, segundo a forma, tem três aspectos: o abstrato ou intelectual; o dialético ou negativo-racional; o especulativo ou positivo-racional. Estes três aspectos não constituem as três partes da lógica, mas são momentos de todo o lógico-real, de todo o conceito ou de todo o verdadeiro em geral.” (Hegel, 1817: 134)

Em Hegel a dialética aparece como associada à idéia de processo lógico e à idéia do dínamo de tal processo. Na idéia absoluta/espírito absoluto parecem se unir razão e processo. A dimensão do logos en-

Paraconsistência, caos e dialética; incompletude, fractais e processo

volve o processo e a dimensão relacional processual passa a ter uma lógica, uma dialética.

“A dialética considera-se ordinariamente como uma arte extrínseca, a qual, mediante o arbítrio, suscita uma confusão em conceitos determinados e nestas uma simples aparência de contradições, de maneira que não estas determinações, mas esta aparência é um nada e, pelo contrário, o intelectual é o verdadeiro. Muitas vezes, a dialética também nada mais é do que um sistema subjetivo em que o raciocínio vai e vem; onde falta o conteúdo e a nudez é coberta pela sutileza, que gera tal sofismar.

No seu caráter peculiar, a dialética é, pelo contrário, a natureza própria e verdadeira das determinações do entendimento, das coisas e do finito em geral. A reflexão é, em primeiro lugar, o ir-além da determinidade isolada e um referir-se da mesma pelo qual ela se põe em relação, mantendo-se, de resto, no seu valor isolado. A dialética, pelo contrário, é este ir-além imanente, em que a unilateralidade e a limitação das determinações do entendimento se apresenta como aquilo que ela é, saber, como a sua negação. Todo o finito é isto: suprimir-se a si mesmo. O (elemento) dialético forma, pois, a alma motriz do progresso científico e é o princípio mediante o qual unicamente a conexão e a necessidade imanentes penetram no conteúdo da ciência, da mesma maneira que nele reside em geral a elevação verdadeira, não extrínseca, sobre o finito.

O (momento) especulativo ou positivo-racional apreende a unidade das determinações na sua oposição; é que se contém de afirmativo na sua solução e na sua passagem.

A dialética tem um resultado positivo, porque possui um conteúdo determinado, ou porque o seu resultado não é o nada vazio e abstrato, mas a

negação de certas determinações, que estão contidas no resultado justamente porque este não é um nada imediato, mas um resultado.

O racional é, pois, se bem que algo de pensado, e também de abstracto, ao mesmo tempo um concreto, porque não é unidade simples e formal, mas unidade de determinações diversas. A filosofia não lida com simples abstrações ou pensamentos formais, mas só com pensamentos concretos.

Na lógica especulativa está contida a mera lógica do entendimento, que daquela se pode imediatamente tirar; para isso, basta apenas deixar de lado o (elemento) dialético e racional; assim ela transforma-se no que é a lógica ordinária, uma história (Historie) de várias determinações do pensamento reunidas em conjunto, que, na sua finidade, se admitem como algo de infinito.” (Hegel, 1817: 135/36)

A identidade e a diferença nas perspectivas de Hegel:

“A essência aparece em si ou é pura reflexão; por isso, é apenas referência a si, não enquanto imediata, mas como reflexa – identidade consigo. Esta identidade é identidade formal ou identidade de entendimento, enquanto a ela se adere e se abstrai da diferença. Ou antes, a abstração é o pôr da identidade formal, a transmutação de algo em si concreto para a forma da simplicidade – ou porque se abandona

(por meio do dito analisar) uma parte do múltiplo, que existe no concreto, e apenas se salienta um dos elementos da mesma, ou porque, em virtude da omissão da sua variedade, as múltiplas determinidades se reúnem numa só. [...] A essência é apenas pura identidade e aparência em si mesma enquanto é a

negatividade que a si mesma se refere e, portanto, a sua repulsa de si mesma; contém, pois, essencialmente a determinação da diferença.

O ser-outro já não é aqui o qualitativo, a determinidade, o limite; mas, encontrando-se na essência que a si se refere, é a negação ao mesmo tempo como referência, diferença, posição, mediação.” (Hegel, 1817: 157/8)

O século XX tem sido um grande revelador de novos paradigmas lógicos, decorrentes da tentativa de soluções para as novas demandas tecnológicas.

Em 1931, Kurt Gödel balançou os esforços lógico-formais de excluir as contradições. O primeiro resultado dos trabalhos de Gödel é sobre os sistemas formais, que mostra não ser possível provar que qualquer teoria matemática que inclua a aritmética não contenha contradição. Grande parte das teorias matemáticas incluem a aritmética e isso faz com que não seja possível demonstrar sua consistência, ou seja, a ausência de contradições. Essa impossibilidade é intrínseca. Não é um resultado não demonstrado, que em outro momento histórico poderia vir a ser efetivamente demonstrado, mas, pelo contrário,

a prova de Gödel demonstra a impossibilidade da ausência de contradições. O segundo resultado dos trabalhos de Gödel é a demonstração da incompletude dos sistemas formais. Pode-se construir, a partir de

regras de formação de sentenças bem construídas de um sistema formal, enunciados que não são decidíveis. Ou seja, não se pode provar se são enunciados verdadeiros ou enunciados falsos, mesmo usando axiomas e teoremas do próprio sistema formal. (Nagel & Newman, 1973)

Os resultados de Gödel podem

Para Hegel a dialética é a alma motriz do progresso científico

ser generalizados. Suas consequências envolvem o princípio da não-contradição e o princípio do terceiro excluído. Uma prova absoluta de consistência é impossível dentro do próprio sistema formal: dentro das entranhas da lógica formal nasce, paradoxalmente, a contradição. O princípio do terceiro excluído é contrariado, pois é sempre possível construir enunciados, a partir de regras de uma teoria formal, que não são dedutíveis do conjunto de axiomas de tal teoria; e, mais ainda, com qualquer conjunto de axiomas, é ainda sempre possível construir, dentro dessa teoria formal, uma nova proposição indecidível. (Uspensky, 1987)

As contradições – mesmo com todas as tentativas de ordenar definitivamente o pensamento, a sociedade e a natureza – continuam a chamar a atenção em diversas áreas do conhecimento, e se tornam mais evidentes a cada dia. O edifício clássico parece infiltrado de contradições e impossibilidades de solução, desde os fenômenos objetivos até as construções formais. Gödel reforça os pressupostos da dialética, demonstrando limites insolúveis no edifício da lógica formal. Depois de Gödel, alegar questões lógico-formais para evitar as contradições da realidade parece um caminho sem perspectiva. Uma nova lógica poderia resolver as contradições surgidas dentro do próprio âmbito da lógica tradicional. De dentro do sistema tradicional da lógica parece vir um chamado para que algo fora do sistema tradicional resolva a contradição em que ele se meteu, ao não conseguir apreender as contradições do mundo real.

A lógica que, paralela à lógica formal, trabalha com as contradições, e que pode resolver as próprias contradições em que a lógica tradicional se envolveu, também surgiu, se desenvolveu e criticou o edifício formal – ou seja, tal lógica exis-

te. Hegel e Gödel parecem se somar ao abordarem, respectivamente, as contradições na totalidade dialética e as contradições no sistema formal, ou seja, as contradições da idéia, no geral, e as contradições em uma idéia, em um sistema teórico.

A dialética de Marx localiza no trabalho o resgate da dignidade dos seres humanos e polemiza com as tradições da lógica dominante até então. O trabalho é categoria-chave para se problematizar a realidade: a inserção de todos os seres humanos na produção social é fundamental para a socialização da cidadania. A dialética de *O capital*, de Marx, ainda é válida para aqueles que procuram a substituição da lógica da exclusão por uma lógica humana?

Marx procurava compreender os elementos internos do desenvolvimento capitalista e das suas contradições, a correlação entre a política e a economia e o problema da luta de classes na sua época. Retirou conclusões de seu estudo da Revolução Francesa. O estudo da luta de classes na França naquele período de efervescência revolucionária, o entendimento profundo dessa luta e o papel que nela desempenharam as massas plebéias estimularam a sua concepção da história. Marx interessava-se principalmente pela estrutura econômica da sociedade como base da sua estrutura de classes, pela natureza das relações econômicas do mundo que o cercava e os conflitos decorrentes. Marx procurou responder à questão: como nos situamos perante a dialética de Hegel? Ressaltou o lado revolucionário dessa filosofia, e indicou, em contrapartida, a separação das formas de abstração e

pensamento de Hegel da realidade. Atribua enorme importância à crítica da concepção de Hegel sobre o Estado e o direito, que resumiria suas opiniões sobre a sociedade.

À medida que avançava no estudo da filosofia do direito de Hegel, Marx chegou à conclusão de que era necessário procurar a essência da chamada sociedade civil. Procurar a es-



Saulo Pompermaper

sência das relações sociais. De onde partir? Procurar na economia política: Marx evidenciava as lacunas da economia política burguesa – ela interpretava as relações capitalistas, produto histórico e transitório, como eternas e correspondentes à “própria destinação humana”. Criticava a economia burguesa pelo fato dela não compreender as “conexões do movimento” por ela própria estudado, e por, em geral, interpretar fatos, fenômenos e processos sem ligação entre si como resultantes da ação de uma força ou vontade exterior.

O problema central do manuscrito *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel* reside na relação entre o Estado e a sociedade civil. A solução do problema da natureza da sociedade civil e da sua atitude face ao Estado seria um passo importante. A sociedade civil seria, então, premissa do Estado, e o direito ficaria melhor explicitado por esse caminho.

Os estudos de Marx também demonstraram que há relação dialética entre a propriedade privada e o regime político, o que vai influir na

conformação do direito e da lógica dominante. Ainda para Marx, não se deve criticar Hegel por ele descrever o Estado moderno tal como ele é, e sim por Hegel fazer passar aquilo que o Estado moderno é pela essência do Estado em geral.

O método hegeliano seria idealista, porque

“Transforma o sujeito da idéia em produto, em predicado da idéia. Não desenvolve o seu pensamento de acordo com o objeto; pelo contrário, desenvolve o objeto partindo do pensamento, isto é, de algo acabado que se desenvolvera dentro dos limites da esfera abstrata da lógica”. (Marx, 1927: 22)

Marx procura tomar como referencial a análise da realidade concreta, e não das premissas abstratas, a lógica das coisas, e não a coisa da lógica, como explicita em *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. O problema da relação entre a sociedade civil e o Estado apenas podia ser resolvido depois de um estudo aprofundado da história da sociedade para esclarecer o problema no plano histórico – concreto –, sem se limitar a colocá-lo no plano geral – formal.

Marx procura solucionar as contradições que constata na ótica hegeliana, desenvolvendo uma ruptura com o individualismo metodológico do pensamento liberal como um todo.

Para Marx, o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. A produção de conhecimento tem bases materiais, e o homem que o faz está situado em um modo de produção. Sua visão, sua lógica, têm relação com tal situação. São as divergências filosóficas as bases teóricas para as divergências lógicas.

Esse enfoque permite abordar elementos da relação de influências entre lógicas e sujeitos coletivos como as classes sociais.

Um exemplo de concretização dialética é a abstração do conteúdo somente para reencontrá-lo e restituí-lo teoricamente. Marx afasta qualquer conteúdo da forma da mercadoria, o valor de troca. Mostra seu caráter formal, ligando-o explicitamente à forma lógica “pura”, e depois, às propriedades duais (forma relativa, forma equivalente). Ele tenta dar um fundamento concreto ao conhecimento do capitalismo. Demonstra tomando como ponto de partida a forma lógica dialética. Por conseguinte, ele expõe – a propósito do valor de troca – a forma, a estrutura inerente a essa forma, as funções que dela resultam (circulação monetária). Depois reencontra – elucidado – o conteúdo inicialmente abstraído: o trabalho social, em seu movimento dialético e sua complexidade possível de ser trabalhada pelas infinitas categorias da dialética, e as relações sociais de produção. Assim, Marx explicita o universo da mercadoria com uma lógica simples e elegante.

Valorizar o acúmulo científico dos trabalhadores

A experiência dos trabalhadores na implementação e desenvolvimento dos processos produtivos precisa ser entendida com muita atenção.

Uma inovação ou simples adaptação de um método por parte de um operário especializado pode gerar imensos lucros para o capital.

Como generalizar a vivência dos trabalhadores com os conhecimentos científicos, novas tecnologias, novas lógicas – a exemplo das lógicas não-clássicas –, para que o núcleo mais avançado do trabalho possa utilizar essa generalização para desenvolver métodos produtivos

para as grandes demandas da sociedade? Essa é uma boa questão para as pesquisas dialéticas atuais.

EDVAR LUIZ BONOTTO é mestre em filosofia do direito pela PUC-SP e tem estudos e pesquisas públicas na Sala de Lógicas Não-Clássicas/Prossiga/CNPq.

Bibliografia

- ARRUDA, Aydes Ignez. (1991) *N. V. Vasiliev e a lógica paraconsistente*, Campinas, CLE/UNICAMP, 1991.
- COSTA, Newton C. A. da. (1961) *Introdução aos fundamentos da matemática*, 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ENGELS, Friedrich. (1935) *A dialética da natureza*, 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEGEL, Georg Wilhelm. (1817) *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome, V. I: A ciência da lógica*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KANT, Immanuel. (1788) *A crítica da razão prática*, Lisboa, Edições 70, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. (1947) *Lógica formal/lógica dialética*, 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LÊNIN, V.I. (1929) *Obras escolhidas. v. 6, (cadernos filosóficos)*. Lisboa/Moscou: Avante/Progresso, 1989.
- MARX. (1927) *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, 2 ed. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1983.
- NAGEL, Ernest & NEWMAN, James. (1973) *A prova de Gödel*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. (1968) *A linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: Difel, 1985.
- STERNINE, A. (1988) *Sobre a obra de V.I. Lênine 'Materialismo e empiriocriticismo'*. Moscou: Progresso, 1988.
- USPENSKY, V.A. (1982) *Gödel's incompleteness theorem*. Moscou: Mir Publishers, 1987.

Tecnologia na ex-União soviética

The Ghost of the Executed Engineer, Technology and the Fall of the Soviet Union, [O fantasma do engenheiro executado, tecnologia e a queda da União Soviética], Loren R. Graham, Cambridge, Harvard University Press, 1993, 122 páginas.

O livro deste historiador norte-americano mescla duas questões sem conexão aparente. Segundo o próprio autor “*este livro tenta explicar porque a União Soviética falhou em tornar-se um país industrializado moderno. Ele começa com a história da vida de um notável engenheiro russo, Peter Palchinsky, que viu claramente no início da industrialização soviética os equívocos que estavam sendo cometidos, e tentou retificá-los*”. Dois trunfos valorizam este pequeno mas valioso livro: em primeiro lugar Loren Graham é hoje, provavelmente, o maior especialista em história da ciência e da tecnologia soviéticas, com uma vasta obra que o credencia pela profundidade e isenção neste domínio. Em segundo lugar o livro é fruto também do acesso a documentos dos arquivos soviéticos, como o relatório da polícia secreta sobre o “*Partido Industrial*”, datado de 1930. Embora o autor tivesse sua atenção despertada para o tema desde o início dos 60, este documento, e outras informações coligidas, eram indisponíveis antes da derrocada do estado soviético, no início dos anos noventa.

P. I. Palchinsky (1875-1929) é um nome conhecido na história do movimento marxista como o líder do “*Partido Industrial*”, acusado de conspirar para a derrubada do governo soviético e executado em fins dos anos vinte. Graham traz à tona uma trajetória de vida bem diferente desta “*história oficial*”. Este engenheiro russo desenvolveu uma elevada sensibilidade para as questões sociais desde a sua juventude, quando foi encarregado, ainda pelo governo czarista, de elaborar um relatório sobre o declínio da produção nas minas de carvão da Bacia do Don. Nessa missão Palchinsky se deu conta que não se poderia pensar em elevar a produtividade das minas sem mudar substancialmente as condições de vida e de trabalho dos mineiros. Ligou-se em seguida ao movimento revolucionário russo, foi preso, viveu anos no exílio, exercendo a profissão em diversos países europeus. Ocupou postos no governo de Kerenski, saído da revolução de fevereiro de 1917, e foi preso junto com membros do governo menchevique quando da tomada do Palácio de Inverno na Revolução de Outubro. A liberação de Palchinsky deve-se a uma intervenção de Lênin, que fora alertado para a sua compe-

tência técnica por uma carta do social-democrata suíço K. Moor. Desde então, nos dez anos que se seguiram, ele trabalhou ativamente como consultor do governo soviético em diversos projetos e em diversos órgãos, sem contudo aderir ao partido bolchevique.

Combinado com o trabalho estritamente técnico Palchinsky externou opiniões, muitas vezes contraditórias com aquelas dos bolcheviques, sobre a política de industrialização e tecnologia a ser seguida pelo regime emergente, sobre a função da engenharia nas sociedades contemporâneas e sobre a formação dos engenheiros. Ele defendeu a combinação de grandes plantas industriais com o papel de pequenas e médias indústrias, bem como a combinação do planejamento centralizado com a exploração das peculiaridades locais. Criticou a adoção pelos soviéticos do “*fordismo*” e do “*taylorismo*” implantados nas indústrias norte-americanas; defendendo o que chamava de “*engenharia humanitária*”, segundo a qual “*seres humanos não devem ser considerados como mãos de aluguel, mas indivíduos criativos com necessidades espirituais e culturais*”. Apoiou a iniciativa do governo de buscar capitais estrangeiros para auxiliar a industrialização. Sobre a formação dos engenheiros ele expressou reiteradamente sua preocupação com os programas tradicionais – com muita ênfase em ciências exatas e nenhuma preocupação com economia e economia política. Embora trabalhando para o governo soviético ele opôs-se ao controle pelo partido das organizações sindicais e culturais das quais ele era membro. Segundo Graham ele havia estabelecido uma “*distinção entre os interesses da Rússia enquanto país, os quais ele apoiava fortemente, e os interesses do Partido Comunista, aos quais ele se opunha*”. Uma tal atitude pôde conviver com a União Soviética dos anos vinte, mas entrou em colisão com os novos rumos políticos e econômicos a partir do final dos anos vinte.

Preso em abril de 1928, teve sua execução anunciada em 24 de maio de 1929. Um ano após, quando do julgamento do “*Partido Industrial*”, seu nome foi apresentado como líder de um complô para derrubar o governo. As pesquisas levaram Graham a uma outra conclusão, argumentando que “*suas [de Palchinsky] ambições para os engenheiros poderiam ser realizadas somente em uma sociedade que assegurasse às várias profissões um alto grau de autonomia e cujo governo fosse receptivo a ouvir conselhos oriundos de fora dos círculos oficiais*”. Graham conclui que efetivamente ocorreu uma colisão entre a atividade técnica e política do engenheiro e a política stalinista, exemplificando: “*enquanto Palchinsky sustentou que o fator humano era de fundamental importância, Stalin acentuou que ‘tecnologia decide tudo’*”.

Graham analisa em seguida, em detalhes, as opções técnicas e a viabilização de três grandes projetos que marcaram a industrialização acelerada na URSS – a represa do Dnieper, a cidade de aço de Magnitostroi e o Canal do Mar Branco – contrastando muitas das decisões adotadas com as opiniões expressas anteriormente por Palchinsky e por engenheiros a ele ligados. Muito interessante é a análise feita sobre o perfil dos engenheiros formados em larga escala no regime soviético e o papel político que esta camada social veio a jogar nas décadas subsequentes. Prevaleceu uma especialização absoluta – sem igual em outros países – combinada com aulas sobre história do partido bolchevique, materialismo dialético e economia política, com programas (Graham examina e evidencia) que primavam pelo ensino dogmático. Analisando o fato da geração que sucedeu os antigos bolcheviques na estrutura dirigente do partido ser, no fundamental, egressa destas escolas de engenharia, o autor conclui: “*se tecnocracia é definida como o domínio de pessoas educadas em assuntos técnicos, a União Soviética na altura do último quartel deste século foi claramente uma tecnocracia; foi uma tecnocracia dominada por engenheiros com uma educação mais estreita que em qualquer outro lugar do mundo*”.

O último dos cinco capítulos é dedicado à discussão das origens dos erros técnicos associados a dois grandes projetos soviéticos do pós-segunda guerra. A construção da estrada de ferro Baikal-Amur, cuja ineficiência econômica é notável, e o desastre da grande central nuclear de Tchernobyl. A esta altura do livro o autor justifica o título escolhido: “*alguns podem desejar chamar Palchinsky de profeta, eu prefiro chama-lo de um fantasma*”, porque “*o fantasma de Peter Palchinsky, que tinha alertado para os efeitos da educação técnica estreita e ignorância das questões sociais, voltou a frequentar a União Soviética*”.

Este livro nos leva, por fim, a refletir sobre o significado da abertura dos chamados “*arquivos soviéticos*”, afinal ele deve parte substancial de sua qualidade ao uso criterioso destas fontes. Em um primeiro momento, predominou o uso político destas fontes, cujo exemplo mais significativo parece ter sido a revelação, por Ieltsin, de documentos comprovando a responsabilidade de Stalin no massacre dos 26000 oficiais e civis poloneses em Katyn, durante a Segunda Guerra (Le Monde, 16.10.1992 e 11-12.04.1993). Se muitas das afirmações supostamente baseadas nestas fontes precisam passar ainda pelo crivo da pesquisa histórica rigorosa, também é verdade que começam a aparecer trabalhos significativos que nos ajudam a melhor compreender a experiência socialista soviética. O livro de Loren Graham insere-se nesta última categoria.

Olival Freire Jr.

O capitalismo não é eterno

Um olhar que persiste: ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo, Núcleo de Estudos d'O Capital – PT/SP, São Paulo, Anita Garibaldi, Preço: R\$ 20,00.

O presente livro constitui uma iniciativa cheia de significação. Mais que o texto, ele transcende às intenções dos autores. Pois eles estão mergulhados na divulgação de um estudo sério. O livro nega as propaladas predições de que o socialismo revolucionário e o marxismo perderam qualquer atualidade.

O que vemos é o inverso. Das várias correntes do socialismo revolucionário, o marxismo parece ser a que atrai a atenção dos jovens e cresce com todo o vigor. A razão é simples: os dilemas e iniquidades que ele repudia não foram inteiramente removidos pelo capitalismo oligopolista automatizado e pelo pseudo-“neoliberalismo”, uma justificação cínica de que tudo é devido ao capital, inclusive a homenagem da fome e da miséria.

Não tive a oportunidade de participar dos seminários, feitos por professores de envergadura, e das discussões dos estudiosos. Fui colocado entre uma carga de trabalho esmagadora, várias ocupações fora do âmbito da Câmara dos Deputados e outras obrigações de rotina. Queria agir de um modo, mas os fatos duros excluíram-me de algo maior.

O livro *Um olhar que persiste* concentra-se sobre Marx e na transcrição de seleções bem feitas e oportunas. Dá uma mostra de que o marxismo renasce – se esse for o termo adequado! – com promessas fortes. Só que seria imperioso juntar a teoria à prática. Os nossos partidos de esquerda deslocam-se, de forma crescente, da práxis teórica que deveria alimentar suas atividades. O reformismo, na situação brasileira, não pode ser jogado na lata de lixo da história. Está ocorrendo, porém, uma convergência cada dia maior entre o reformismo retórico e paralítico da direita e o reformismo de negação da ordem de esquerda. Pode-se começar a partir de baixo, para combater e superar as monstruosidades de nossa sociedade. Mas não se pode rastejar em torno do ponto zero, que não leva a nada – ou, antes, pressupõe a reprodução da ordem.

Desejo aos jovens autores que continuem a se bater pelo essencial. Não existe outra razão para ser maxista. Continuo, como antes, atento às suas realizações e esperanças. O capitalismo não é eterno. Ele terá, por contradições insanáveis, mais cedo ou mais tarde, de sofrer a ação renovadora imposta pela civilização sem barbárie.

Florestan Fernandes

Assine a revista



Um olhar rápido sobre as 45 edições publicadas nos índices remissivos por edição ou por assunto, encartados nas edições 41 e 44 pode fornecer uma indicação do papel desempenhado por esta revista na luta de idéias. A denúncia do neoliberalismo e da nova ordem mundial; suas conseqüências nefastas para a nação e os trabalhadores brasileiros; a crítica da política dos sucessivos governos das classes dominantes que buscam adequar a sociedade brasileira a tais projetos, com ênfase na crítica aos governos Collor e Fernando Henrique; a análise crítica da experiência socialista e dos desafios teóricos e políticos do marxismo aliada à contribuição para o desvendamento de perspectivas para a luta socialista no mundo e no Brasil; a análise das conjunturas políticas nacional e internacional. Estes têm sido os temas recorrentes nas sucessivas edições.

Merece a atenção editorial, também, a análise de questões relativas à ciência, às artes, aos aspectos históricos do movimento operário e popular, à luta contra a discriminação racial e de gênero, às lutas juvenis, entre outros temas. Contribuições inovadoras podem ser encontradas nos índices publicados. Predominam largamente os autores nacionais, mas é significativo o número de traduções, muitas vezes de autores publicados pioneiramente em nosso país. A quase totalidade dos autores insere-se na tradição marxista, independentemente de legendas partidárias, mas há contribuições oriundas de distintos setores do pensamento político e social. Um denominador comum liga o conjunto dos artigos: a insatisfação com as tendências dominantes no mundo, a busca de um pensamento criador capaz de abrir novos horizontes às transformações sociais.

Preencha hoje mesmo o cupom abaixo ou ligue fazendo sua assinatura e receba o índice remissivo como cortesia.



Sim, eu quero receber a assinatura da revista Princípios, conforme opção assinalada abaixo.

- Assinatura anual (4 edições) R\$ 30,00
 Assinatura especial (+5 edições anteriores) R\$ 45,00

- Cheque nominal à Editora Anita Ltda. Vale Postal p/ Agência Brigadeiro
 Cartão Credicard/Diners (N. _____ Validade ____ / ____)
 Depósito Itaú Agência 0251 C/C 48678-3

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone _____ Profissão _____

Rua Monsenhor Passalacqua, 158
01323-010 São Paulo-SP
Fone/fax (011) 289-1331

